INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BRASIL AÇUCAREIRO

ANO XIX — VOL. XXXVII — MAIO, 1951 — N.º 5

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

CRIADO PELO DECRETO Nº 22.789, DE 1º DE JUNHO DE 1933

Sede : PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42

Rio de Janeiro — Caixa Postal 420 — Enderêço Telegráfico «Comdecar»

EXPEDIENTE :	de 12 às 18 horas
Aos sábados :	de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — Presidente : — Sílvio Bastos Tavares. Delegado do Ministério da Agricultura — Vice-Presidente : — Álvaro Simões Lopes. Delegado do Ministério da Fazenda : — Epaminondas Moreira do Vale. Delegado do Ministério da Viação : — José de Castro Azevedo. Delegado do Ministério do Trabalho : — José Acioly de Sá.

Representantes dos usineiros : — Alfredo de Maya, Antônio Corrêa Meyer, Bartolomeu Lisandro de Albernaz e Gil Metódio Maranhão.

Representante dos banguezeiros : — Paulo de Arruda Raposo.

Representantes dos fornecedores : — Domingos Guidetti, João Soares Palmeira e Roosevelt Crisóstomo de Oliveira.

SUPLENTES

Representantes dos usineiros : — Afonso Soledade, Gustavo Fernandes Lima e Luis Dias Rollemberg.

Representante dos banguezeiros : — Moacir Soares Pereira.

Representantes dos fornecedores : — Clodoaldo Vieira Passos, Eustáquio Gomes de Melo e José Vieira de Melo.

TELEFONES :

PRESIDÊNCIA	23-6249
PRESIDÊNCIA (Gabinete)	23-2935
PRESIDÊNCIA (Oficial de Gabinete da)	43-3798
COMISSÃO EXECUTIVA	23-4585
COMISSÃO EXECUTIVA (Secretaria)	23-6183
DIVISÃO DE ESTUDO E PLANEJAMENTO	
Serviço de Estudos Econômicos	43-9717
Secção de Produção e Consumo	
Secção de Custos e Preços	
Secção de Limitação da Produção	
Serviço de Estatística e Cadastro	
Secção de Estatística da Produção	
Secção de Estatística do Comércio	43-6343
Secção de Revisão e Análise	
Secção de Cadastro e Expediente	
DIVISÃO DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	23-6251
Serviço de Arrecadação	
Secção de Taxas de Açúcar	
Secção de Taxas de Cana e Álcool	43-4099
Serviço de Fiscalização	
Secção de Fiscalização	
Secção de Administração	
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA À PRODUÇÃO	
Serviço Social e Financeiro	
Secção de Assistência Financeira	
Secção de Cadastro	23-6192
Secção de Contrôle e Planejamento	
Secção de Fiscalização Assistencial	
Serviço Técnico Industrial	
Secção de Fiscalização Técnica	43-6539
Secção de Pesquisa Industrial	
Serviço Técnico Agronômico	
Secção de Pesquisas Fitotécnicas	43-0422
Secção de Solos e Adubos	
DIVISÃO DE CONTRÔLE E FINANÇAS	23-6250
Serviço de Contabilidade	
Secção de Orçamento e Balanço	
Secção de Escrituração	
Secção de Revisão	23-2400
Serviço de Contrôle Geral	
Secção de Tomadas de Contas	
Secção de Contrôle Administrativo	
Serviço de Aplicação Financeira	
Secção de Operações de Crédito	
Secção de Cadastro	23-2400
Tesouraria	
DIVISÃO JURÍDICA	23-3894
Serviço Contencioso	
Secção de Contencioso Fiscal	
Secção de Contencioso Administrativos	
Serviço de Consultas e Processos	23-6161
Secção de Processos Administrativos	
Secção de Consultas e Contratos	
DIVISÃO ADMINISTRATIVA	23-5189 43-6724
Serviço do Pessoal	
Secção de Cadastro e Movimentação	43-6109
Secção de Direitos, Vantagens e Deveres	
Secção de Assistência Social	43-7208
Secção Financeira	23-2400
Serviço do Material	
Secção Administrativa	
Secção de Abastecimento de Material	23-6253
Secção de Aplicação e Recuperação	
Portaria	43-7526
Zeladoria da Sêde	23-0313
Serviço de Comunicações	43-8161
Secção de Recepção e Expediente	
Secção de Movimento e Informações	23-0796
Secção de Arquivamento	
Serviço de Documentação	
Secção de Publicações	
Secção de Documentação	23-6252
Biblioteca	
Serviço de Mecanização	
Secção Hollerith	
Secção Addressograph	23-4133
Secção de Contrôle e Codificação	
Restaurante	23-0313
SERVIÇO DO ÁLCOOL	23-2999
Secção do Álcool	43-5079
Secção Administrativa	

BRASIL AÇUCAREIRO

Órgão Oficial do Instituto do Açúcar e do Álcool

(REGISTRADO COM O Nº 7.626, EM 17-10-1934, NO 3º OFICIO DO REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS)

PRAÇA 15 DE NOVEMBRO, 42 - 9º pav. (Serviço de Documentação)

Fone 23-6252 — Caixa Postal, 420

Diretor — JOAQUIM DE MELO

Assinatura anual	Para o Brasil	Cr$ 40,00
	Para o Exterior ..	Cr$ 50,00
Número avulso (do mês)		Cr$ 5,00
Número atrasado		Cr$ 10,00

Preço dos anúncios

1 página	Cr$ 1.000,00
½ página	Cr$ 600,00
¼ de página	Cr$ 300,00
Centímetro de coluna	Cr$ 30,00
Capa (3ª interna)	Cr$ 1.300,00
Capa externa — 1 côr	Cr$ 1.500,00
» » — 2 côres	Cr$ 1.800,00

O anúncio e qualquer matéria remunerada não especificados acima serão objeto de ajuste prévio.

Vendem-se volumes de BRASIL AÇUCAREIRO, encadernados, por semestre, Preço de cada volume Cr$ 80,00.

Vende-se igualmente o número especial com o Índice Remissivo, do 1º ao 13º volumes. Preço Cr$ 10,00.

Agentes:

DURVAL DE AZEVEDO SILVA — Praça 15 de Novembro, 42 - (9º pav.) Rio de Janeiro

AGÊNCIA PALMARES — Rua do Comércio, 532 - 1º — Maceió - Alagoas

OCTÁVIO DE MORAIS — Rua da Alfândega, 35 — Recife — Pernambuco

HEITOR PORTO & CIA. — Caixa Postal, 235 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

---

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do Açúcar e do Álcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

Pede-se permuta.
On démande l'échange.
We ask for exchange.

Pidese permuta.
Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch.

SUMÁRIO

MAIO — 1951

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO XIX — VOL. XXXVII MAIO 1951 N.º 5

POLÍTICA AÇUCAREIRA

Certas dificuldades que periòdicamente ocorrem no mercado consumidor de açúcar no país tem servido de argumento para críticas formuladas à ação do Instituto do Açúcar e do Álcool no tocante ao abastecimento interno. De modo especial recentes operações de venda de açúcar brasileiro para o exterior deram motivo a repetidos ataques à autarquia açucareira. Sem se deter no exame mais demorado da situação, pois se tal fizessem veriam que a crise ocasional do açúcar decorrera, sobretudo, das deficiências dos meios de transporte, tais críticos investiam contra as exportações do produto para o exterior, que apontaram como operações ruinosas à economia nacional.

Um vespertino carioca, por exemplo, sustentou a tese de que as exportações de açúcar de Pernambuco para diversos mercados estrangeiros vinham se processando em detrimento do normal abastecimento dos mercados do sul do país. O comentário dizia, inclusive, que os consumidores cariocas, paulistas e gaúchos estavam sem açúcar devido à recusa dos produtores pernambucanos em satisfazer as quotas que lhes cabiam no atendimento das respectivas necessidades. Finalmente terminava o vespertino solicitando a intervenção governamental no sentido de proibir as exportações em causa que considerava contra indicadas na conjuntura.

Coube ao Sr. Gil Maranhão, na qualidade de representante da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, responder à nota jornalística, o que fez através de uma carta que vai publicada, na íntegra, no presente número do BRASIL AÇUCAREIRO. Nesse documento o usineiro pernambucano e membro da Comissão Executiva do I. A. A. examina atentamente a situação do mercado açucareiro quer do ponto de vista da produção, quer do ângulo do consumo. Exibindo dados estatísticos oficiais o representante da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco demonstra que as entregas aos mercados sulinos se processaram regularmente e que os estoques neles acumulados eram, ao findar o mês de março de 1951, sensìvelmente superiores aos anotados em igual período de 1950. Ao mesmo tempo os estoques acumulados em Pernambuco haviam subido de mais de um milhão de sacos entre um e outro ano, criando, em consequência, problema dos mais sérios para o escoamento regular da safra daquele Estado.

A proximidade da nova safra no sul do país significava, por outro lado, que o estoque acumulado em Pernambuco não mais lograria colocação nos mercados do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul. Daí a necessidade de encontrar colocação nos mercados externos para o produto excedente, cuja saída não viria a comprometer o abastecimento interno, já que os embarques previstos para o integral atendimento do mesmo haviam sido plenamente realizados. Negociando o açúcar pernambucano com os mercados externos realizou o Brasil um negócio vantajoso, pois obteve, através da operação, suprimento ponderável de divisas, num momento em que a moeda forte, era notòriamente escassa no nosso balanço de pagamentos.

Desejamos, portanto, chamar a atenção dos leitores para a carta do Sr. Gil Maranhão, cujos termos esclarecem, de forma definitiva, a questão da exportação do açúcar pernambucano. A divulgação dêsse documento no vespertino que veiculara o ataque constituiu, sem dúvida, excelente serviço à economia açucareira e serviu para deixar claro a maneira segura pela qual são orientados os negócios canavieiros a cargo do I. A. A.

DIVERSAS NOTAS

FUNDAÇÃO DE LAVOURA PRÓPRIA

Com base no parecer da Divisão Jurídica, a C. E., em sessão de 18 de abril, indeferiu o pedido de permissão para fundar lavoura própria, feito pela firma Marcos Malucelli & Irmãos Ltda., proprietária da Usina Malucelli, situada no município de Morretes, Estado do Paraná. Segundo o aludido parecer, permitir a alteração da cláusula que proíbe o requerente de fundar lavoura própria, na forma do art. 54, do Estatuto da Lavoura Canavieira, que determina o regime de absoluta separação entre atividade agrícola e industrial, seria um ato ilegal, pôsto que o contrato em apreço foi elaborado segundo as leis vigentes, não sendo admissível, portanto, que, sem nenhum fundamento jurídico, se modifique as suas determinações.

FINANCIAMENTO À USINA FRONTEIRA S. A.

Por proposta do Sr. Gil Maranhão, a Comissão Executiva em sessão de 18 de abril aprovou condições de financiamento à Usina Fronteira S. A. que se resumem em cinco itens, assim discriminados : 1) Ratificação pela C. E. dos atos das Presidências do Instituto, relativos aos adiantamentos feitos à Usina Fronteira S. A., por conta do financiamento de Cr$ 1.400.000,00 concedido em 10/1/51; 2) Aumento do financiamento, como suplemento ao já concedido, de Cr$ 806.146,90. conforme pedido do interventor, Sr. José Elias Feres; 3) Êsse suplemento do empréstimo será pago de uma só vez, juntamente com o saldo do empréstimo anterior, de Cr$ 1.400.000,00, atendendo aos motivos apresentados pelo citado Interventor da Usina; 4) O empréstimo suplementar será feito sem aumento da retenção sôbre saco de açúcar, dada em garantia do pagamento da dívida; 5) Adiamento da intervenção, assunto que deverá ser reexaminado no início da nova safra, pela Comissão Executiva.

AUXÍLIOS E DONATIVOS

Em sessão de 18 de abril, a Comissão Executiva aprovou Minuta de Resolução elaborada pelo Sr. Diretor da Divisão Administrativa abrindo crédito suplementar à rubrica Despesa Extraordinária - Donativos a Instituições de Caridade. Elevou-se assim ao total de Cr$ 2.186.500,00 a soma destinada pelo I. A. A. ao pagamento de donativos a instituições de caridade, beneficência, assistência social, etc., das zonas canavieiras do país e, em pequena escala, de outras regiões de simples consumo de açúcar.

EMPRÉSTIMO

De acôrdo com o voto do Relator, Senhor Gil Maranhão, a Comissão Executiva do I. A. A., em sessão de 18 de abril, aprovou parecer da Divisão Administrativa favorável ao adiantamento de Cr$ .... 10.000.000,00 a Usineiros de Pernambuco, por conta do empréstimo total de 30 milhões aprovado em sessão de janeiro do corrente ano. Segundo o referido parecer, a maioria das emprêsas interessadas na operação está habilitada a assinar o contrato com o Instituto do Açúcar e do Álcool, por terem cumprido as exigências da Divisão Jurídica. Opina, consequentemente, pela assinatura do contrato integral com tôdas as firmas usineiras que participarão do negócio, mediante a constituição das garantias previstas na decisão da Comissão Executiva e as indicadas pelas Divisões Jurídica e de Contrôle e Finanças.

VENDA DE FILTROS DA DESTILARIA CENTRAL LEONARDO TRUDA

Julgando uma proposta da Cia. Açucareira Rio Doce, no sentido da compra de dois filtros-prensa existentes na Destilaria Central Leonardo Truda, a Comissão Executiva aprovou, por unanimidade, o parecer

do Sr. Gil Maranhão, cujas conclusões são as seguintes:

«a) que seja sustada a venda dos filtros-prensa da Destilaria Central Leonardo Truda; b) que o I. A. A. promova a aquisição do filtro rotativo mais recomendado para a mesma destilaria; c) que, pôsto na destilaria, o novo filtro, sejam vendidos os filtros-prensa, mediante concorrência; d) que a Comissão Executiva, de qualquer modo decida do assunto independentemente da devolução do expediente ao Relator, Sr. Castro Azevedo, em virtude de sua ausência por motivo de doença; e) que a decisão que fôr tomada seja comunicada por telegrama urgente à usina interessada.»

USINA ACUTINGA

A Comissão Executiva aprovou o parecer do Diretor da Divisão Administrativa relacionado com o pedido de empréstimo, para reequipamento, da Usina Acutinga.

Nos termos do aludido parecer, resolveu a C. E. conceder um empréstimo de .. Cr$ 1.200.000,00, a ser liquidado em cinco anos, mediante o pagamento de prestações de Cr$ 240.000,00, juros de 7 por cento ao ano.

BOLETIM DE MERECIMENTO DO PESSOAL

Em sessão realizada a 11 de abril último, a Comissão Executiva examinou a exposição do Serviço do Pessoal, em que se propõe a substituição do boletim de merecimento do pessoal do I. A. A. pelo modêlo adotado no DASP.

Designado relator, o Sr. José Acióly de Sá, manifestou-se favoràvelmente à proposta do Serviço do Pessoal, que, de acôrdo com o seu parecer, foi aprovada.

A PRAGA DA «CIGARRINHA» EM VOLTA GRANDE

Em fins de março último, a Usina Açucareira de Volta Grande dirigiu-se ao I.A.A., comunicando ter sido observado um novo surto de «cigarrinha» naquela zona canavieira. Um técnico do Serviço Técnico Agronômico teve oportunidade de examinar os canaviais infestados pela praga, concluindo pela necessidade de ser adquirido o inseticida destinado ao combate à «cigarrinha».

A Comissão Executiva apreciou o caso, em 11 de abril passado, e autorizou a concessão de um auxílio de Cr$ 21.500,00 para a compra de inseticida. Aprovou ainda uma proposta do Sr. Álvaro Simões Lopes, no sentido de entrar o I.A.A. em contato com o Ministério da Agricultura para o fim de solicitar a cooperação do departamento competente no combate à «cigarrinha» na área de Volta Grande.

ARMAZÉM DE AÇÚCAR DO RECIFE

O engenheiro Leon Schwartz, encarregado da construção do Armazém de Açúcar do Recife, recorreu da decisão do Delegado do I. A. A., em Pernambuco, que lhe negou o direito à percepção da taxa de 2,98 por cento sôbre os serviços parciais executados na referida obra.

A Comissão Executiva conheceu e julgou o recurso em sessão de 4 de abril último, acolhendo o parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, no sentido de ser o mesmo denegado.

FIXAÇÃO DE QUOTA DE FORNECIMENTO

Acompanhando o voto do Sr. Epaminondas Moreira do Vale, a Comissão Executiva aprovou o parecer do Procurador Regional de Campos no processo de interêsse de Inácio Sales Peçanha, para o fim de atribuir ao mesmo a qualidade de fornecedor de cana junto à Usina Paraíso, fixando-se a quota de 128.000 quilos.

Na mesma sessão de 4 de abril último, a Comissão Executiva aprovou ainda o parecer do Procurador de Campos, no sentido de ser fixada em 49.000 quilos, a quota de fornecimento de Heloécio Gomes de Araújo junto à Usina São José.

ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva do I. A. A. Na secção "Diversas Notas" damos habitualmente extratos das atas da referida Comissão, contendo, às vêzes, na íntegra, pareceres e debates sôbre os principais assuntos discutidos em suas sessões semanais.

16ª SESSÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 4 DE ABRIL DE 1951

Presentes os Srs. Sílvio Bastos Tavares, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Gil Maranhão, Epaminondas Moreira do Vale, Moacir Soares Pereira (suplente do Sr. Paulo Raposo), Luis Dias Rollemberg, Roosevelt C. de Oliveira, Domingos Guideti, João Soares Palmeira, José Acioli de Sá e Gustavo Fernandes Lima, (suplente do Sr. Antônio Corrêa Meyer).

Presidência do Sr. Sílvio Bastos Tavares.

Foram lidas, aprovadas e assinadas as atas das sessões de 20 e 21 de março de mil novecentos e cinquenta e um.

Expediente — O Sr. Diretor da D. A. comunica que, em carta particular, o Sr. Antônio Corrêa Meyer informara que, restabelecida a sua saúde, em breve reassumiria as suas funções na C. E.

Financiamento — Aprova-se a minuta de Resolução, abrindo o crédito de Cr$ 1.700.000,00 para financiamento da Usina Santa Amália, Alagoas.

Fornecimento de Cana — Aprova-se a proposta do S. A. P., referente à limitação da Usina Modêlo, localizada em São Paulo, e ao respectivo regime de abastecimento de cana.

— Com as modificações propostas pela Divisão Jurídica, aprova-se a minuta de contrato-tipo apresentada pelo Usina Santo Antônio, localizada em São Paulo.

— Nos têrmos dos pareceres, aprova-se a minuta de contrato-tipo apresentado pela Usina Santa Lúcia, localizada em São Paulo.

— É também aprovada a minuta do contrato-tipo apresentada pela Usina Iracema, localizada em São Paulo.

Aumento de quota — Severino Gonçalves de Souza, engenho "Canafístula", Pernambuco — concede-se um aumento de 20 %.

— Alberto Rosa Santana, Goiás — nos termos do parecer do Sr. Castro Azevedo, resolve-se fixar a quota de 400 sacos.

17ª SESSÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 1951

Presente os Srs. Sílvio Bastos Tavares, Álvaro Simões Lopes, Castro Azevedo, Epaminondas Moreira do Vale, Bartolomeu Lisandro, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (suplente do Sr. Paulo Raposo), Luis Dias Rollemberg (suplente do Sr. Alfredo de Maya), João Soares Palmeira, Gustavo Fernandes Lima (suplente do Sr. Antônio Corrêa Meyer) e José Aciòly de Sá.

Presidência exercida inicialmente pelo Sr. Sílvio Bastos Tavares, Presidente, e, em seguida, pelo Sr. Álvaro Simões Lopes, Vice-Presidente, por ter se ausentado da sessão o Sr. Sílvio Bastos Tavares, em virtude de audiência marcada com o Exmo. Senhor Presidente da República.

Expediente — A C. E. toma conhecimento do ofício em que o Diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura comunica ter designado o Sr. João Soares Palmeira, Assistente Jurídico daquele serviço, para acompanhar o Senhor Presidente na sua viagem a Pernambuco e Alagoas.

Presidência — Aprova-se o projeto de Resolução, abrindo o crédito de Cr$ 99.000,00 para atender a despesas de representação da Presidência.

Auxílios e donativos — Aprova-se a minuta de Resolução, abrindo o crédito especial de Cr$ . . 200.000,00 para pagamento do auxílio concedido à Associação dos Fornecedores e Lavradores de Cana de Sertãozinho e destinado à construção de um hospital.

— Manda-se voltar ao Sr. Presidente, o processo relativo ao pedido de auxílio de alunos do 2º ano da Escola Superior de Agricultura de Lavras.

D. C. Leonardo Truda — Dá-se vista ao Sr. Gil Maranhão do processo relativo à proposta de venda de dois filtros-prensa à Cia. Açucareira Rio Do[illegible]

Tributação — De acôrdo com o parecer da Divisão Jurídica, é indeferido o pedido do fiscal Nelson Ribeiro de Almeida.

Fornecimento de cana — Dá-se vista ao Senhor Acióli de Sá do expediente referente aos serviços de Assistência Social na Usina Sant'Ana.

Limitação — Converte-se em julgamento o processo de interêsse da Usina Chibarro, S. Paulo.

— É também convertido em diligência o processo de interêsse da Usina Santa Cruz, S. Paulo.

18ª SESSÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1951.

Presentes os Srs. Sílvio Bastos Tavares, Álvaro Simões Lopes, Epaminondas Moreira do Vale, Antônio Corrêa Meyer, Gil Maranhão, Bartolomeu Lisandro, Moacir Soares Pereira (suplente do Senhor Paulo Raposo), Luis Dias Rollemberg (suplente do Sr. Alfredo de Maya), Roosevelt C. de Oliveira, Domingos Guidet, João Soares Palmeira e José Acióli de Sá.

Presidência do Sr. Sílvio Bastos Tavares.

Sr. Antônio Corrêa Meyer — Voltando ao convívio de seus pares, completamente restabelecido, o Sr. Antônio Corrêa Meyer é saudado na Comissão Executiva pelo Sr. Álvaro Simões Lopes, o qual salienta os relevantes serviços prestados ao I. A. A. por aquele membro da C. E.

Aquisição de automóvel para a Presidência — É aprovada a indicação do Sr. Diretor da Divisão Administrativa no sentido de ser adquirido novo automovel para a Presidência do I. A. A., visto que o atual não apresenta mais condições satisfatórias, nem técnicas, nem de aspecto externo e confôrto para o serviço a que se destina.

Suplementação de créditos — Por proposta do Relator, Sr. José Acióli de Sá, aprova-se a proposição do Sr. Diretor da Divisão de Contrôle e Finanças, referente à suplementação de crédito para [illegible]rização das verbas relativas ao orçamento de 1950 excedidas das respectivas dotações.

Exportação de Açúcar — A propósito de comentários tendenciosos sôbre o assunto, publicados no jornal "A Notícia", desta Capital, o Sr. Gil Maranhão leva ao conhecimento da Casa a carta que enviou àquele vespertino, em nome da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco. A referida carta foi publicada com um anexo no qual, citando cifras oficiais, o Sr. Gil Maranhão ampla e cabalmente pôs em seus devidos têrmos e em destaque a situação do açúcar e as possibilidades de exportação para o exterior, dos excedentes sôbre os reclamos do consumo nacional. Em resumo, para um consumo efetivo de 23 milhões de sacos, haverá uma produção que atingirá seguramente o volume de . . . 24.850.000 sacos, a maior da história do Brasil.

Financiamento — Aprova-se o parecer da D. A., com base em informações da Divisão de Contrôle e Finanças, relativo à suplementação do crédito para financiamento de açúcar em Pernambuco, no valor de Cr$ 4.987.250,00, bem como a respectiva Minuta de Resolução que abre o referido crédito.

Reequipamento — De acôrdo com o voto do Relator, Sr. Roosevelt C. de Oliveira, aprova-se o parecer da D. A. favorável à restituição à Usina Riachuelo S. A., de Sergipe, da importância de . . Cr$ 680.000,00, empregada no pagamento de prestações de compra de novas moendas, por conta do valor do empréstimo total de Cr$ 4.900.000,00, do qual ficará deduzida a importância supra.

Fornecimento de cana — Tendo obtido vista do processo relativo à minuta de contrato-tipo apresentada pela Usina Sant'Ana, de propriedade da firma L. Verry & Cia., de Sertãozinho, Estado de São Paulo, o Sr. José Acióli de Sá emite parecer concordante com as modificações sugeridas pela Divisão Jurídica, dando, porém, nova redação à cláusula II. Ausente o Relator da matéria, Sr. Gustavo Fernandes de Lima, o Sr. José Acióli de Sá propõe à C. E. lhes seja o mesmo encaminhado, com o seu parecer, desta data. A proposição é aprovada.

— Acompanhando o voto do Relator, a C. E. opina pelo indeferimento do pedido de reconsideração de decisão da C. E. sôbre inclusão do nome

de Argemiro Castro entre os fornecedores da Usina São Francisco, de propriedade da Cia. Industrial Oeste de Minas, do município de Lagoa de Prata, Minas Gerais, visto ter sido feito o pedido fora do prazo legal.

— De acôrdo com o parecer da Divisão Jurídica, aprova-se a fixação em 20.000 quilos da quota do fornecedor Manuel Cardoso à Usina Mineiros, do Estado do Rio.

19ª SESSÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1951

Presentes os Srs. Sílvio Bastos Tavares, Álvaro Simões Lopes, Epaminondas Moreira do Vale, Antônio Corrêa Meyer, Gil Maranhão, Moacir Soares Pereira (suplente do Sr. Paulo Raposo), José Vieira de Melo (suplente do Sr. Domingos Guidetti), João Soares Palmeira, Fernando Gustavo Lima (suplente do Sr. Bartolomeu Lisandro), Alfredo de Maya e José Acióli de Sá.

Presidência do Sr. Sílvio Bastos Tavares.

Administração — Aprova-se a minuta de Resolução, referente à aposentadoria compulsória dos funcionários do I. A. A.

— Aprova-se a proposta do Sr. Presidente relativa à instalação da Delegacia Regional da Bahia, no sentido de ser conseguida localidade de aluguel mais módico.

Financiamentos — Aprova-se a minuta de Resolução, abrindo o crédito especial de 5 milhões de cruzeiros para financiamento de álcool à Destilaria dos Produtores de Pernambuco.

— No processo de interêsse da Usina Sant'Ana, localizada em Campos, aprova-se a proposta do Senhor Epaminondas M. do Vale, no sentido de serem os bens da referida fábrica examinados e avaliados por técnicos do I. A. A.

Fornecimento — Manda-se encaminhar à Divisão de Assistência à Produção o processo de interêsse de Maria da Conceição Ribeiro.

— Nega-se provimento ao recurso da Usina Massauassu.

Produção de açúcar — Manda-se baixar em diligência o processo de interêsse da Usina São José, localizada em Macatuba, S. Paulo.

Inscrição de engenho — Júlio Rodrigues de Souza, Goiás — deferido.

Cancelamento de inscrição — Ladislau Pinto Rezende, Minas Gerais — deferido.

Majoração de quota — Alexandre de Melo Lemos, Minas Gerais — deferido.

— Foi aprovada uma proposta de José Vieira de Melo, no sentido de ser enviado um telegrama ao Sr. Castro Azevedo, que se acha enfêrmo e impossibilitado de receber visitas.

RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

RESOLUÇÃO Nº 515/51 — De 11 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre o crédito especial à rúbrica «6 069» do orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica «6.069», o crédito especial de Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros), para pagamento ao Serviço Nacional do Câncer do Ministério da Educação e Saúde Pública, como contribuição do Instituto do Açúcar e do Álcool à Campanha de Combate ao Câncer.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 2/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 516/51 — De 11 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre ao orçamento vigente, rubrica «0304», o crédito suplementar de Cr$ 99.000,00.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições e tendo à vista a representação da Divisão de Contrôle e Finanças, resolve :

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica «0304» (Administração Central - Representação) o crédito suplementar de Cr$ 99.000,00 (noventa e nove mil cruzeiros).

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 2/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 517/51 — De 18 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre o crédito especial de Cr$ 190.000,00 à rubrica «8.703» do orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, e tendo presente a informação da Divisão Administrativa, resolve :

Art. 1º — Fica aberto, ao orçamento vigente, rubrica «8.703», o crédito especial de Cr$ 190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros), destinado a atender ao pagamento de um carro «Chrysler», novo, com todos os acessórios, para os serviços da Presidência.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 2/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 518/51 — De 18 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre crédito especial, rubrica «9.310» (Empréstimos - D. R. São Paulo), do orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de aumentar o financiamento à Usina Fronteira S. A., sob intervenção do I. A. A., e o que foi decidido em sua sessão de hoje, resolve :

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica .. «9.310» (Empréstimos - Delegacia Regional de São Paulo), o crédito especial de Cr$ 806.146,90 (oitocentos e seis mil, cento e quarenta e seis cruzeiros e noventa centavos), como suplemento ao financiamento já concedido à Usina Fronteira S. A., quantia essa que deverá ser paga de uma só vez, juntamente com o saldo do empréstimo de Cr$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil cruzeiros);

Art. 2º — A presente resolução entrará em vigor na data da sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 15/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 519/51 — De 18 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abertura de crédito suplementar — Financiamento de açúcar — Pernambuco.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, à rubrica «9.509» (Financiamentos - Pernambuco), o crédito suplementar de Cr$ 4.987.250,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil e duzentos e cinquenta cruzeiros), destinado à cobertura dessa importância, relativa ao excesso verificado no limite estabelecido para financiamento de açúcar estocado em Pernambuco, com recursos do I. A. A., provindo o excesso da dotação orçamentária, pela aplicação e reaplicação dos referidos recursos, acumuladamente;

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 15/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 520/51 — De 11 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre crédito especial para financiamento de álcool direto e de méis ricos.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica .. «9.509» (Financiamento - Delegacia Regional de Pernambuco) o crédito especial de Cr$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), destinado ao financiamento de álcool direto da safra 1950/1951, à Usina Catende e de méis ricos da mesma safra às Usinas do Estado de Pernambuco, por intermédio da Cooperativa de Usineiros de Pernambuco, e a ser aplicado nas mesmas condições da decisão da Comissão Executiva de 20 de outubro de 1949;

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos onze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 15/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 521/51 — De 18 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre o crédito suplementar de Cr$ 680.500,00, à rubrica 6.066, do orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica ... «6.066», o crédito suplementar de Cr$ 680.500,00 (seiscentos e oitenta mil e quinhentos cruzeiros), destinado ao pagamento de donativos a instituições de caridade, beneficência e assistência social, das zonas canavieiras do país e de outras regiões de simples consumo de açúcar;

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 5/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 522/51 — De 25 de abril de 1951.

ASSUNTO — Dispõe sôbre aposentadoria dos funcionários desta Autarquia até o padrão «M».

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, usando das atribuições que lhe são facultadas por lei, resolve:

Art. 1º — A aposentadoria compulsória dos funcionários do Instituto do Açúcar e do Álcool terá por base, para os efeitos dos respectivos proventos, os vencimentos do padrão imediatamente superior àquele em que se encontre o servidor.

Parágrafo único — Para efeito do disposto neste artigo, fica estabelecido o padrão «M» como limite máximo para base do cálculo dos proventos da aposentadoria.

Art. 2º — Compete ao serviço do Pessoal ajustar os proventos dos funcionários já compulsòriamente aposentados às condições previstas no Art. 1º, e a partir da publicação da presente Resolução, mediante apóstilas nos respectivos títulos.

Art. 3º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 15/5/51)

RESOLUÇÃO Nº — 523/51 — De 18 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre créditos adicionais ao orçamento de 1950.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Ficam aprovados os registros feitos pela Contadoria Geral dos seguintes créditos, conforme autorização desta Comissão Executiva em sessão de 20 de dezembro de 1950:

a) Créditos Suplementares

Rubricas		Cr$
0101 —	Gratificação função-Fiscalização ..	24.559,80
0106	Ajuda de custo - Fiscalização	61.470,00
0173	Seguros - Fiscalização	1.639,20
0174 —	Aposentadoria - Fiscalização	19.139,80
0181 —	Encargos da Caixa do Álcool	26.843.788,90
0189	Quotas de Cr$ 10,40 e 50 % para Fundos Especiais	2.428.737,40
0200 —	Vencimentos - Pessoal	4.453,10
0244 —	Conservação e Reparação das Instalações	77.994,00
0301 —	Gratificação função	155.200,60
0305 —	Serviços Extraordinários	534.780,70
0306 —	Ajuda de Custo	12.810,00
0307	Diárias	169.489,00
0323	Uniforme e Vestuário em Geral ...	995,60
0324	Material de Limpeza e Conservação	5.979,70
0325 —	Combustíveis	5.498,90
0326 —	Gêneros Alimentícios	3.730,00
0345 —	Conservação de Veículos e Flutuantes	19.616,70
0349 —	Jornais, Revistas e Recortes	14.312,90
0350 —	Publicações	22.319,80
0354 —	Outros Serviços Profissionais	98.116,80
0356 —	Luz, Fôrça, Gás e Telefone	10.112,80
0360 —	Transporte Pessoal e s/Bagagens ..	103.054,10
0361 —	Outros Serviços de Terceiros	101.259,30
0373 —	Seguros	6.779,30
0374 —	Aposentadoria	71.059,60
0600 —	Vencimentos	126,60
6068 —	Multas	1.148.250,70
7001 —	Gratificação de função	18.084,80
7005 —	Serviço Extraordinário	18.502,60
7010 —	Salários	22.961,80

Rubricas		Cr$
7028	— Outros Materiais de Consumo . . .	1.365,00
7056	— Luz, Fôrça, Gás e Telefone	308,50
7074	— Aposentadoria	1.115,10
7124	— Material de Limpeza e Conservação	272.141,90
7161	— Outros Serviços de Terceiros	21.738,30
7224	— Material de Limpeza e Conservação	163 901,70
7228	— Outros Materiais de Consumo	82.170,40
7233	— Melaço	1.378.092,60
7261	— Outros Serviços de Terceiros	16.692,10
7328	— Outros Materiais de Consumo	16.591,30
7361	— Outros Serviços de Terceiros	6.917,80
7428	— Outros Materiais de Consumo	1.633,80
7501	— Gratificação função	7.200,00
7510	— Salários — Pessoal variável	25.659,50
7512	— Diárias — Pessoal variável	6.600,00
7528	— Outros Materiais de Consumo. . . .	93.471,70
7540	— Comissões	1.000,00
7701	— Gratificação função	7.194,00
7750	— Publicações Autorizadas p/Presidência	315.941,10
7777	— Salário Família	100,00
7810	— Salários — Pessoal variável	11.194,80
7823	— Uniforme e Vestuário em Geral . . .	35,00
7826	— Gêneros alimentícios	184.926,40
7860	— Transporte do Pessoal e s/Bagagens	100,00
7979	— Encargos Diversos	101.875,90
8009	— Armazens de Açúcar — Recife	235.882,70
8103	— Aumento de Instalações	68.962,20
8303	— Móveis e Utensílios — Sede	105.414,10
8304	— Móveis e Utensílios — Maceió . . .	554,00
8311	— Móveis e Utensílios — Aracaju . .	1.215,00
8324	— Móveis e Utensílios — Sub - Procuradoria — Maceió	1.500,00

Rubricas		Cr$
8378	— Móveis e Utensílios — Restaurante	4.188,20
9003	— Material de Consumo — Sede ...	183.975,70
9004	— Material de Consumo — Maceió .	11.615,20
9005	— Material de Consumo — Salvador	7.694,70
9008	— Material de Consumo — João Pessoa	951,30
9075	— Material de Consumo — D. C. Leonardo Truda	219.745,90
9078	— Material de Consumo — Restaurante	251.987,20

b) Créditos especiais

9303	— Empréstimos — Administração central	22.000.000,00
9303	— Empréstimos — Administração central	1.142.423,90
9305	— Empréstimos — Salvador — Bahia	248.187,80
9503	— Financiamentos — Administração Central	86.165,20
9508	— Financiamentos — Paraíba — D. R. J. Pessoa	16.263,50
9505	— Financiamentos — Bahia — D. R. Salvador	83.268,30
9507	— Financiamentos — M. Gerais — D. R. Belo Horizonte	47.714.50
9610	— Adiantamentos — S. Paulo	4.616,10
9672	— Adiantamentos — D. C. E. do Rio	1.940,40
9604	— Adiantamentos — Alagoas — D.R. Maceió	83.339,70
9603	— Adiantamentos — Administração central	33.268,10

Art. 2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 21/6/51)

RESOLUÇÃO Nº 524/51 — De 23 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abertura de crédito especial à rubrica «9.505» (Financiamento — D. R. em Salvador).

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica nº .. «9.505» (Financiamento Delegacia Regional em Salvador) o crédito especial de Cr$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil cruzeiros), para atender ao pagamento do empréstimo concedido à Usina «Acutinga» S. A., no Estado da Bahia, destinado ao financiamento de seu reequipamento industrial.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 21/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 525/51 — De 25 de abril de 1951.

ASSUNTO — Abre o crédito especial, rubrica «9.509» (Financiamento — Delegacia Regional de Pernambuco).

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica .. «9.509» (Financiamentos — Delegacia Regional de Pernambuco) o crédito especi l de Cr$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para financiamento de álcool à Destilaria dos Produtores de Pernambuco.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos vinte cinco dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 21/5/51)

RESOLUÇÃO Nº 526 — De 2 de maio de 1951.

ASSUNTO — Abre crédito especial rubrica «0199» ao orçamento vigente.

A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º — Fica aberto ao orçamento vigente, rubrica .. «0199» (Despesas Estatutárias — Combate às pragas da lavoura canavieira) o crédito especial de Cr$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos cruzeiros) destinado a fazer face às despesas previstas para combater a praga da «Cigarrinha» surgida em canaviais da Usina Volta Grande do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool, aos dois dias do mês de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e um.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente

(«D. O.», 25/5/51)

QUOTAS DE AÇÚCAR NOS ESTADOS UNIDOS

Os exportadores dominicanos, peruanos e portorriquenhos vêm intensificando seus esforços a fim de que o Govêrno norte-americano reforme a Lei Açucareira em 1951, *possibilitando-lhes aumentar suas quotas no mercado estadunidense — segundo informa o "Diario de La Marina", edição de* 14 *do corrente.*

Os industriais de açúcar de cana e de beterraba, nos Estados Unidos, todavia, são favoráveis a que não se tomem medidas legislativas êste ano — ponto de vista êste que vem sendo aceito no Congresso dos Estados Unidos, onde se discute a possibilidade da Lei Açucareira ser prorrogada ainda no ano corrente, portanto, sem esperar o seu término em 1952.

Preferem os legisladores norte-americanos que assunto de tal importância não seja tratado simultâneamente com as eleições presidenciais a serem realizadas no próximo ano.

JULGAMENTOS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A.

SEGUNDA INSTÂNCIA

Autuado — JOÃO MARCHESI — Us. São Vicente.

Recorrente *ex-officio*: — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 2/48 — Estado de São Paulo.

> Decreto-lei n. 5.998, de 18/11/43 Prejulgado — A existência de prejulgado sôbre a matéria, importa na baixa dos autos à Turma Julgadora para decidir de conformidade com o que ali se declara.

ACÓRDÃO Nº 466

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso *ex-officio*, em que é autuado João Marchesi, proprietário da Usina São Vicente, situada no município de Pitangueiras, Estado de São Paulo e recorrente *ex-officio* a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que, na hipotese, se tem de examinar em primeiro lugar, a tese da ab-rogação do Decreto-lei 5.998, de 18/11/43, diante da extinção do estado de guerra;

considerando que a Comissão Executiva do I. A. A., no processo A. I. 117/49, decidiu pela vigência do citado Decreto-lei 5.998;

considerando que, em consequência, estamos em face da existência de um prejulgado,

acorda, por unanimidade de votos, em determinar a baixa dos autos à Turma competente, para decidir como de direito.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 14 de março de 1951.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente; *João Soares Palmeira* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 7/4/51)

Autuado — SOCIEDADE IRMÃOS SENCE & CIA. LTDA. — Us. Sapucaia.

Recorrente *ex-officio*: — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 66/49 — Estado do Rio de Janeiro.

> Estando provado que a Usina, antes de ser autuada, havia requerido prorrogação de prazo para apresentação da proposta de que trata o art. 15, do Decreto-lei 6.969, de 19/10/44, tem decidido sempre o Instituto que, assim, é de ser julgado insubsistente o auto.

ACÓRDÃO Nº 467

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso *ex-officio*, em que é autuada a firma Sociedade Irmãos Sence & Cia. Ltda., proprietária da Usina Sapucaia, situada no município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e recorrente *ex-officio* a Segunda Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a Usina havia solicitado prorrogação de prazo, antes de ser autuada;

considerando que tem sido decidido não constituir infração, quando a Usina tenha, para exceder o prazo, apresentado motivos justos;

considerando, finalmente, que não houve por parte da Usina propósito de infringir a lei,

acorda, por unanimidade de votos, em negar, provimento ao recurso *ex-officio* de fls. para confirmar a decisão de primeira instância, que julgou insubsistente o auto de infração, baixando os autos à Divisão Jurídica para ser verificado se a Usina já atendeu ao que dispõe o art. 15, do Decreto-lei 6.969,, de 19/10/1944.

Intime-se, registre-se e cumpra-se

Comissão Executiva, 14 de março de 1951.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente; *Álvaro Simões Lopes* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 7/4/51)

Autuada e recorrente — CIA BRASIL RURAL S. A. — Us. São Luiz.

Recorrida — PRIMEIRA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. 81/49 — Estado de São Paulo.

Nega-se provimento a recurso interposto, quando a decisão recorrida está de acôrdo com a prova dos autos.

ACÓRDÃO Nº 468

Vistos, relatados e discutidos êstes autos em que é recorrente a Cia. Brasil Rural S. A., proprietária da Usina São Luiz, localizada no município de Pirassununga, Estado de São Paulo, e recorrida a Primeira Turma de Julgamento, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que a Resolução n. 183/48, de 25/6/48, no seu artigo 7º, § 2º, estabelece que o açúcar produzido além do limite e não comunicado ao I. A. A. é tido como clandestino;

considerando haver a firma autuada infringido à disposição do art. 60, alínea *a,* do Decreto-lei n. . . 1.831, de 4/12/39, referente à defesa da produção do açúcar no país,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário, mantida a decisão da primeira instância, que julgou procedente o auto de infração, para o fim de ser a firma autuada condenada à perda do açúcar, incorporando ao patrimônio do Instituto o produto da venda do mesmo, na forma do art. 60, do Decreto-lei n. 1.831, de 4/12/39.

Intime-se, registre-se e cumpra-se.

Comissão Executiva, 20 de março de 1951.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente; *Clodoaldo Vieira Passos* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 7/4/51)

Recorrente — ODILON XAVIER BATISTA.

Recorrente *ex-officio* e recorrida — SEGUNDA TURMA DE JULGAMENTO.

Processo — A. I. 22/49 — Estado de Pernambuco.

Estabelecida em lei a obrigatoriedade da apresentação da escrita fiscal e comercial, quando solicitada, constitui infração a sua recusa pelas usinas, engenhos, refinarias e estabelecimento de beneficiamento de açúcar.

ACÓRDÃO Nº 469

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de recurso voluntário e *ex-officio,* interpostos, respectivamente, por Odilon Xavier Batista, comerciante no Cabo, Estado de Pernambuco, e pela Segunda Turma de Julgamento, sendo recorrida essa mesma Turma e Odilon Xavier Batista, por infração do parágrafo único do art. 68, do Decreto-lei n. 1.831, de . . . 4/12/39, a Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool,

considerando que o pedido de baixa da firma do autuado processou-se em data subsequente à intimação que precedeu a lavratura do auto de fls.;

considerando também que a Fiscalização do I. A. A. tem competência para examinar a escrita geral de qualquer firma, por fôrça de disposição legal;

considerando que o recurso voluntário de folhas, não trouxe prova ou argumento novo, capazes de destruir os fundamentos do auto;

considerando, finalmente, que a reincidência deve ser especifica, não sendo êste o caso no presente processo,

acorda, por unanimidade de votos, em negar provimento aos recursos voluntário e *ex-officio,* mantida a decisão recorrida que condenou o infrator, na forma do disposto do parágrafo único do art. 68, do Decreto-lei n. . . 1.831, de 4 de dezembro de 1939, ao pagamento da multa, em grau mínimo, de Cr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).

Comissão Executiva, 21 de março de 1951.

Sílvio Bastos Tavares — Presidente; *Moacir Soares Pereira* — Relator.

Fui presente — *F. da Rosa Oiticica* — Procurador Geral.

("D. O.", 7/4/51)

ATOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

PROCESSOS DESPACHADOS EM ABRIL DE 1951

ESTADO DA BAHIA:

1.665/51 — Otávio Francisco de Sousa — Mutuípe — Transferência de engenho de mel para Antônio Borges dos Santos — Deferido, em 14/4/51.

ESTADO DE GOIÁS:

8.199/48 — Antônio Martins de Siqueira — Corumbá de Goiás — Inscrição de engenho de açúcar bruto — Deferido, em 9/4/51.

1.669/51 — Joaquim Pereira de Castro — Campo Formoso — Transferência de engenho de açúcar bruto para José Amâncio da Silva e remoção para o município de Goiana. — Indeferido, em 19/4/51.

ESTADO DE MATO GROSSO:

5.139/51 — Osvaldo Amorim — Miranda — Desistência da qualidade de fornecedor de canas da Usina "Santo Antônio", da firma Usina Açucareira Santo Antônio Ltda. — Deferido, em 14/4/51.

ESTADO DE MINAS GERAIS:

10.584/47 — Horácio de Medeiros — Passos — Inscrição de engenho de açúcar bruto — mandado arquivar, em 14/4/51.

Deferidos, em 4/4/51.

6.945/51 — Norvico José Lopes — São João Nepomuceno — Inscrição de engenho rapadureiro.

6.948/51 — João Ribeiro Toledo — Visconde do Rio Branco — Transferência de engenho rapadureiro para José Bernardo Pereira.

6.951/51 — Joaquim Tomás Figueiro — Novo Cruzeiro — Inscrição de engenho de aguardente.

6.940/51 — Antônio Tomaz de Aquino — Visconde do Rio Branco — Inscrição de engenho rapadureiro.

6.952/51 — Maria Rosa de Assunção — Guiricema — Transferência de engenho rapadureiro para Sebastião Ciríaco Godinho.

Deferidos, em 9/4/51

16.728/50 — Olíbrio Lima — Januária — Inscrição de engenho de rapadura.

5.732/51 — Usina São Sebastião S. A. — Muriaé — Certidão dos documentos juntados pela requerente no processo nº 32.188/49, inclusive memorial.

7.753/51 — Antônio Sales Filho — Tarumirim — Montagem de engenho de aguardente.

7.754/51 — Jeferson da Silva Campos — Arassuaí — Alteração de espécie para aguardente.

*

* *

17.435/47 — Otacílio Teixeira de Azevedo — São Sebastião do Paraíso — Autorização para montagem de uma turbina — Indeferido, em 14/4/51.

Mandados arquivar, em 14/4/51

4.099/40 — Maria Luiza de Sá — Arassuaí — Transferência de engenho de açúcar bruto para Domingos Alves de Oliveira.

6.467/41 — Virtulino Dias Albano — Cataguazes — Transferência de engenho de rapadura para Artur Dario Moreira.

Deferidos, em 14/4/51

457/51 — Olímpio José de Castro — Bom Sucesso — Baixa de inscrição de engenho de açúcar.

1.813/51 — Jorge Antero Corrêa — Resplendor — Transferência de engenho de aguardente para João Ribeiro.

1.984/51 — Job Juventino Ferreira — Santa Maria de Itabira — Inscrição de engenho de aguardente.

2.723/51 — Herculano Alves de Azevedo — Diamantina — Transferência de engenho de aguardente para Antônio Moreira Barroso.

3.042/51 — João Gomes Magalhães — Barra Longa — Inscrição de engenho de rapadura.

5.086/51 — João Henrique da Rocha — Uberaba — Transferência de engenho de açúcar bruto para Eduardo Antônio Borba.

Mandados arquivar, em 19/4/51

1.937/40 — Carlos Cesário de Figueiredo Murta — Arassuaí — Permuta de inscrição com Antônio Moreira da Silva.

34.303/47 — Amadeu Zanela — Cataguazes — Modificação de espécie, de rapadura para açúcar.

6.953/51 — Cesário Eufrásio da Silva — Arassuaí — Montagem de engenho.

ESTADO DA PARAÍBA :

Deferidos, em 9/4/51

5.953/51 — Arlindo Alves Barbosa — Santa Rita — Transferência de quota de fornecimento de cana, junto à usina São João, para Pedro de Souza Coutinho.

5.954/51 — João Alves Barbosa (Viúva) — Santa Rita — Transferência de quota de fornecimento de cana, junto à Usina São João, para Pedro de Souza Coutinho.

5.955/51 — Severino Higino — Santa Rita — Transferência de quota de fornecimento de cana, junto à Usina São João, para Domingos Martins de Lima.

*
* *

8.998/51 — Jaime Barreto de Almeida — Guarabira — Inscrição de engenho de aguardente — Deferido, em 19/4/51.

ESTADO DE PERNAMBUCO :

8.997/51 — Alexandre Ferreira da Silva — Bonito — Inscrição de engenho de rapadura — Deferido, em 19/4/51.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL :

1.574/51 — Wilibaldo Diedrich — Estrêla — Transferência de engenho de aguardente para Armando Meinerz. — Deferido, em 9/4/51.

1.575/51 — Júlio Schneider — Estrela — Transferência de engenho de aguardente para João Mates — Deferido, em 19/4/51.

ESTADO DE SANTA CATARINA :

6.845/40 — João Firmino Pereira — São José — Baixa de inscrição de engenho de

açúcar bruto — Mandado arqui[illegible] em 9/4/51.

ESTADO DE SÃO PAULO:

25.967/48 — Adelino Fortunato Simioni — Se[illegible] tãozinho — Aumento de quota — Mandado arquivar, em 4/4/51.

10.891/50 — Antônio Garcia dos Santos Medeiros — Jaboticabal — Transferência de quota de fornecimento de cana, junto à usina Jaboticabal, para Frederico Dias Guillon — Mandado arquivar, em 9/4/51.

6.283/51 — Agostinho Corocher — Araras — Transferência de quota de fornecimento de cana, junto à Usina São João, para Benedito Michielin — Deferido, em 9/4/51.

71/51 — Joaquim Garcia Lopes Sobrinho — Patrocínio Paulista — Transferência de engenho turbinador para Graciano R. Afonso e remoção para o município de Araraquara. — Deferido, em 14/4/51.

[illegible] — Deferido, em 19/4/51

[illegible] — Antônio David Gali (Herds.) — Penápolis — Transferência de engenho de açúcar para Luis Bezerra de Araújo.

[illegible]/51 — Irmãos Grizotto — Piracicaba — Transferência de engenho de açúcar batido para André Correia Gonzalez.

2.005/51 — Milos Filippini — Rio das Pedras — Comunica, para efeito das anotações necessárias, que a sua usina "Santa Helena" é localizada no município de Rio das Pedras e não em Piracicaba.

ESTADO DE SERGIPE:

1.966/51 — Paulo de Sousa Vieira — S. Luzia do Itanhi — Transferência da Usina "São Felix" para Anita Leite de Sousa Vieira — Deferido, em 19/4/51

6.478/41 — Francisco Leite Filho — Riachuelo — Transferência da usina "Espírito Santo" para Irmãos Leite — Mandado arquivar, em 19/4/51.

SERVIÇO DO PESSOAL

REQUERIMENTOS DESPACHADOS PELOS SENHORES PRESIDENTE, DIRETOR DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E CHEFE DO SERVIÇO DO PESSOAL, NO MÊS DE ABRIL DE 1951

Auxílio financeiro

62/51 — J.R.M.X.C.F. — Deferido, de acôrdo com a informação, em 12/4/51.

258/51 — I.T.C. — Indeferido, em 4/4/51.

334/51 — A.L.O. — Deferido nos têrmos da informação, em 5/4/51.

335/51 — E.C.L. — Indeferido, em 3/4/51.

357/51 — A.P. — Deferido, nos têrmos da informação, em 9/4/51.

365/51 — Y.L.C. — Inferido, em 25/4/51.

366/51 — M.C.M.B.S. — Deferido, nos têrmos da informação, em 14/4/51.

385/51 — C L.S.C.M. — Indeferido, por falta de apôio legal, em 19/4/51.

392/51 — A.M.C. — Deferido, em 14/4/51.

420/51 — I.M.B. — Indeferido, o auxílio requerido tardíamente, perdendo a sua oportunidade, em 23/4/51.

427/51 — O.M. — Indeferido, em 25/4/51.

428/51 — W.O. — Deferido, em 17/4/51.

440/51 — C.L.A. — Em face das explicações fornecidas pelo requerente, deferido o pedido de auxílio nos têrmos da informação da D. A., em 30/4/51.

448/51 — M.P.V. — Indeferido, em 30/4/51.

458/51 — F.P. — Deferido, com apresentação de recibo do tratamento executado, em 19/4/51.

475/51 — O.B.C. — Indeferido, em face da exorbitância da internação, em 30/4/51.

Auxílio pré-natal

171/51 — J.W.S. — De acôrdo com a concessão do auxílio pré-natal, em 16/4/51.

233/51 — A.F.L. — De acôrdo com a concessão do auxílio pré-natal, em 16/4/51.

380/51 — A.P. — De acôrdo com o auxílio pré-natal proposto na informação n. 219/51 dêsse Serviço, em 16/4/51.

432/51 — J.L.X.C. — De acôrdo com a concessão do auxílio pré-natal, de Cr$ ... 500,00, em 16/4/51.

465/51 — M.W.M.R. — De acôrdo com o auxílio de Cr$ 600,00, em 23/4/51.

Auxílio Odontológico

229/51 — V.L.F. — Deferido, nos têrmos do parecer da D. A., em 10/4/51.

230/51 — J.C.C. — Deferido, nos têrmos do parecer da D.A., em 10/4/51.

Licença-gala e donativo para casamento

214/51 — J.A.G. — De acôrdo com o donativo de Cr$ 500,00 e com a licença de 8 dias, em 6/4/51.

419/51 — S.S.C. — De acôrdo com a concessão da licença, à vista das informações prestadas, em 7/4/51.

430/51 — A.A.F. — De acôrdo com o donativo para casamento, proposto pelo Serviço do Pessoal, em 16/4/51.

469/51 — G.M.S. — De acôrdo, conceda-se a licença de 8 dias, para casamento e o donativo de Cr$ 500,00, para o mesmo fim, em 23/4/51.

478/51 — J.S.M. — De acôrdo com a licença de 8 dias e o donativo de Cr$ 500,00, em 23/4/51.

Abono de faltas

191/51 — S.M.B. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 3/4/51.

319/51 — A.T.B. — Deferido, nos têrmos do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

344/51 — O.E.M. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 11/4/51.

348/51 — I.T.C. — Deferido, nos têrmos dêste parecer, em 20/4/51.

349/51 — R.S.C. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 13/4/51.

358/51 — A.C.D. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 6/4/51.

375/51 — B.F.S. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 18/4/51.

377/51 — N.P.A. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 3/4/51.

384/51 — M.T.S.T. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 30/4/51.

388/51 — M.M. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 3/4/51.

389/41 — E.H.C.L. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 3/4/51.

393/51 — L.P.B.G. — Deferido, conforme parecer dêste Serviço, em 4/4/51.

394/51 — A.T. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 6/4/51.

403/51 — L.P.P. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 6/1/51.

404/51 — D.P. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 17/4/51.

405/51 — M.L.P.A. — Deferido, conforme parecer dêste Serviço, em 4/4/51.

406/51 — Y.S.V.A. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 18/4/51.

422/51 — I.V.R. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 11/4/51.

424/51 — E.B.S.M. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

425/51 — A.M.C. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 7/4/51.

433/51 — S.B.L.S. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

435/51 — M.S.C. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 14/4/51.

441/51 — J.A.C.B. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 18/4/51.

442/51 — M.A.A. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 16/4/51.

446/51 — M.C.F.C. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 12/4/51.

450/51 — C.S.T. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 13/4/51.

454/51 — D.C.R.A. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 16/4/51.

461/51 — F.P.F. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 18/4/51.

470/51 — C.L.S.C.M. — Autorizo o abono das faltas verificadas depois do vencimento da licença estabelecida por lei, em .. 16/4/51.

473/51 — R.M.O.G. — Deferido, nos têrmos do parecer dêste Serviço, em 20/4/51.

482/51 — C.Q.M.M. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

486/51 — A.S.S. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

488/51 — E.A.B. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

489/51 — M.T.S.T. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

490/51 — J.B.C. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 23/4/51.

498/51 — A.B. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 30/4/51.

502/51 — M.L.S.S. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 30/4/51.

503/51 — D.M.M. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 30/4/51.

Licença para tratamento de saúde

288/51 — J.A.L. — De acôrdo com a concessão da licença de 30 dias, com vencimentos, em vista do laudo médico e das informações, em 3/4/51.

300/51 — J.M.M. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 14/4/51.

307/51 — H.C.C. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 3/4/51.

352/51 — E.V.F. — Conceda-se a licença de 30 dias, nas condições de vencimentos que forem devidas, combinados o prazo com o da licença de 12 mêses, pedida, sem vencimentos, em 8/4/51.

371/51 — G.M.P. — De acôrdo com a licença de 30 dias, com vencimentos, em face das informações e dos laudos médicos, em 6/4/51.

443/51 — L.P.P. — Deferido, de acôrdo com o parecer dêste Serviço, em 18/4/51.

474/51 — G.B.W.C. — Deferido, na forma do parecer dêste Serviço, em 19/4/51.

Licença para tratamento de saúde e auxílio financeiro

313/51 — P.H.S. — De acôrdo com os têrmos do parecer, em 4/4/51.

396/51 — V.P.M.M. — Deferido, em 16/4/51.

Prorrogação de licença para tratamento de saúde

332/51 — J.A.R.L. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 3/4/51.

351/51 — Y.L.C. — Deferido, em 14/4/51.

387/51 — H.C.C. — Deferido, nos têrmos da informação, em 9/4/51.

407/51 — H.C.P. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 10/4/51.

431/51 — Y.L.C. — Deferido nos têrmos do parecer da D.A. Advirto, entretanto, a necessidade de se fazer sentir as solicitações abusivas de licença e auxílios para tratamento de saúde nem sempre justificados com razões plausíveis, em 25/4/51.

468/51 — A.R.V.M. — De acôrdo com a prorrogação da licença solicitação de 30 dias, em 23/4/51.

Licença para prestar assistência a pessoa da família

296/51 — C.L.S.C.M. — Indeferido, em 3/4/51.

Licença sem vencimentos

355/51 — H.F. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 3/4/51.

413/51 — E.V.F. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 10/4/51.

449/51 — J.C.N. — Conceda-se a licença de dois dias, sem vencimentos, em 17/4/51.

Retificação do período de licença

472/51 — I.T.C. — Deferido, nos têrmos dêste parecer, em 20/4/51.

Licença-especial

-755/50 — D.G. — Deferido, nos têrmos da informação, em 19/4/51.

330/51 — G.C.M. — Deferido, em 9/4/51.

391/51 — A.M.P.C. — Deferido, em 4/4/51.

400/51 — A.P.R. — Deferido, nos têrmos do parecer, em 5/4/51.

Horário-especial

429/51 — P.T. — Deferido, compensando o serviço na parte da manhã, em 19/4/51.

436/51 — Y.S.L. — De acôrdo com a alteração do horário, dentro do prazo de 4 mêses, estabelecidos no Aviso Circular 2/45, em 18/4/51.

451/51 — M.A.O.S. — Para atender ao que requer a funcionária durante o período de sua gestação ou menos, a critério da S.A.S., por motivo do estado da saúde requerente, apenas, pois a dificuldade de condução é geral e não justificaria, por si só, o pedido, em 27/4/51.

Cancelamento de penalidade

11/51 — A.C. — Indeferido, em 25/4/51.

Melhoria de situação funcional

286/51 — R.P.L. — Aguardar oportunidade, em face da informação, em 30/4/51.

340/51 — J.C.F.S. — Aguarde oportunidade, em 9/4/51.

397/51 — N.L.P. — Aguardar oportunidade, em 30/4/51.

401/51 — A.C.A. — Aguardar oportunidade, em face da informação, em 30/4/51.

Conversão de licença sem vencimentos em licença remunerada

308/51 — A.S.S. — Indeferido, de acôrdo com o parecer, em 3/4/51.

Reconsideração de despacho

267/51 — C.M.P. — Indeferido, em 19/4/51.

378/51 — L.G.C. — Deferido, nos têrmos do parecer da D. A., em 3/4/51.

439/51 — A.O.C. — Indeferido, de acôrdo com o parecer, em 9/4/51.

511/51 — C.L.S.C.M. — Indeferido, em ... 23/4/51.

Recurso

67/51 — J.M.M. — Indeferido, em 19/4/51.

Pedido de vista de despacho

462/51 — Z.B.F. — O requerente poderá obter vista do despacho e dos pareceres, não podendo sair dêsse Serviço, o expediente respectivo, em 19/4/51.

Exoneração

147/51 — O.M.G. — Conceda-se a exoneração, em 5/4/51.

367/51 — J.A.V.C. — Deferido, nos têrmos da informação, em 23/4/51.

Transferência de carreira

216/51 — Z.B.F. — Indeferido, em 5/4/51.

301/51 — D.J.A. — Indeferido, de acôrdo com o parecer, em 3/4/51.

O I. A. A. PRESTA INFORMAÇÕES À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Em resposta ao pedido de informações recebido da Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, o Doutor Sílvio Bastos Tavares, Presidente do Instituto do Açúcar e do Álcool, dirigiu ao Deputado Domingos Guimarães, 1º Secretário da referida Assembléia, com data de 23 de abril de 1951, a resposta que a seguir transcrevemos, na íntegra:

«Senhor Secretário.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício sob referência A/4, de 30 de março próximo findo, com o qual Vossa Excelência encaminhou a êste Instituto o requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Hélvio Bacelar da Silva e aprovado em sessão dessa Assembléia realizada no dia 27 daquêle mês.

Com relação, todavia, à aplicação da verba de 40 % destinada à execução de um plano de assistência social, médica e hospitalar, surgiram óbices que não puderam ser superados. De fato, pelos próprios têrmos da Resolução 58/43, o plano assistencial deveria ser amplo e abranger todos os trabalhadores ligados à lavoura e à indústria do açúcar. Para tanto, é bastante se ter em vista os têrmo dos arts. 12º, 13º e 14º, por onde se verifica:

1) — que os recursos financeiros em foco deveriam ser aplicados «na execução de um plano prèviamente organizado pelo I. A. A., para o que se constituiria um «Fundo de Melhoramento das Condições de Vida do Trabalhador Rural das Regiões Canavieiras» — Art. 13º;

2) — que os benefícios resultantes da execução do plano deveriam alcançar a todos os trabalhadores que empregassem a sua atividade na lavoura e na indústria canaveiras. — Arts. 12º e 14º;

3) — que, dessa forma, além dos recursos procedentes da arrecadação da taxa acima referida (40 % do valor da sua arrecadação em cada safra), o Instituto deveria promover tôda a diligência junto aos industriais, a fim de que subsidiassem aquêle «Fundo» com igual quantia, bem como contribuir, anualmente, por conta das suas disponibilidades, com importância equivalente. — Arts. 11º e 17º.

A despeito, no entanto, dos redobrados esforços desenvolvidos pelo I. A. A., não foi possível se encontrar uma fórmula capaz de conciliar os pontos de vista e interêsse de cada região ou grupo, tornando-se, assim, inexequível a organização do plano previsto no art. 13º da Resolução 58/43 e, por consequência, a constituição do «Fundo» de que trata a parte final do mesmo artigo.

Falharam, assim, os objetivos da Resolução 58/43 no que diz respeito à estruturação e execução do plano de assistência médico-social aos trabalhadores, nos moldes então previstos. E foi êsse insucesso que levou o Instituto a sugerir e obter do Govêrno da República a expedição de medida legislativa mais adequada sôbre o assunto. Essa é a origem do art. 8º e seu respectivo parágrafo único do Decreto-lei n. . . 9.827, de 10 de setembro de 1946, em face do qual os produtores de açúcar de usina ficaram obrigados a aplicar em serviços de assistência médico-farmacêutica e social e em benefício dos seus trabalhadores, industriais e agrícolas, a importância mínima de dois cruzeiros (Cr$ 2,00) por saco de açúcar, em cada safra. Ainda, de acôrdo com o mencionado Decreto-lei êsses serviços poderão ser organizados individualmente ou pelas associações de classe integrantes da produção açucareira.

Não obstante isso, as retenções feitas pelo Instituto, por conta da taxa de um cruzeiro, acima mencionada, estão contabilizadas em conta própria para a devida aplicação.

Tomando conhecimento do assunto, procurei prestar os esclarecimentos solicitados, de acôrdo com a formulação constante do requerimento do Sr. Deputado Bacelar da

Silva, observando também a enumeração feita.

Assim, passarei a responder, item por item, ao pedido de informações constante daquêle requerimento :

a) Está sendo convenientemente aplicada a verba de que trata o Decreto-lei nº 3.855, de 21 de novembro de 1941, regulamentado pela Resolução nº 58/3, do Instituto do Açúcar e do Álcool, determinando que 40 % da taxa de Cr$ 1,00 arrecadada por tonelada de cana de açúcar, dos fornecedores, seja aplicada em favor dos trabalhadores da lavoura açucareira, no plano de **Assistência médico-farmacêutica e Social ?**

A Resolução 58/43, de 3 de maio de 1943, dispondo sôbre a cobrança e aplicação da taxa de um cruzeiro (Cr$ 1,00) criada pelo art. 144, do Decreto-lei nº .. 3.855, de 31 de novembro de 1941, deu um tríplice destino ao produto da arrecadação da aludida taxa, conforme a indicação abaixo :

I) — 50 % para a prestação de assistência financeira aos plantadores de cana. De acôrdo com o estabelecido, no final de cada safra o Instituto entrega às Cooperativas de Plantadores de Cana ou outras entidades da classe, por intermédio das quais vem promovendo o financiamento de entre-safra, as importâncias apuradas na proporção do volume dos fornecimentos de cana realizados pelos fornecedores do Estado. Essas quantias são utilizadas na amortização dos empréstimos contraídos pelas referidas entidades com o Instituto e concorrem automàticamente para ampliação do capital das mesmas e das quotas respectivas dos seus associados — Arts. 8º e 9º da Resolução;

II) — 10 % são atribuídos às associações profissionais dos plantadores de cana e se destinam à manutenção e desenvolvimento dos seus serviços, ficando essas organizações com a obrigação de apresentarem ao Instituto a demonstração da aplicação de tais recursos — Arts. 11º e seus parágrafos;

III) — 40 % seriam aplicados na execução de um plano de assistência social, médica e hospitalar, em favor dos trabalhadores rurais que empregam a sua atividade na lavoura e na indústria canavieiras. — Arts. 12º, 13º, 14º, 15º e 17º.

As aplicações previstas nas alíneas I e II têm sido realizadas com tôda a regularidade, procedendo o Instituto, por inicativa própria, no final de cada safra, as transferências do numerário que cabe a cada uma das entidades dos Estados açucareiros. Nenhuma dificuldade tem havido no cumprimento dessas medidas, uma vez que a sua execução depende apenas de ato desta Autarquia.

Até o momento, as retenções relativamente à alínea III, e ao Estado do Rio de Janeiro e que já ascendem a Cr$ ...... 3 574 500,90, terão a sua destinação específica, sendo de salientar que a Presidência do I. A. A. está em pleno entendimento com a Associação Fluminense dos Plantadores e espera ser notificada da aquisição dos terrenos, onde serão construídos nada menos de seis postos rurais, para atender aos doentes de ambulatório. Logo que se conclua a construção das referidas unidades assistenciais com o seu respectivo equipamento e sejam essas providas do elemento técnico-pessoal, pensa a Direção do I. A. A. completar os serviços com a aquisição de auto-ambulâncias e estabelecimento de contratos com os hospitais das regiões açucareiras para remoção e internação dos doentes que necessitarem de assistência fixa — até que se verifiquem a conveniência e possibilidade da construção de hospital regional próprio.

b) Está, igualmente, sendo aplicada a verba de Cr$ 2,00 por saco de açúcar, em favor dos trabalhadores das Usinas de Açúcar no plano de **Assistência médico-farmacêutica e social ?**

De acôrdo com o estabelecido na Resolução 206/48, de 1º de setembro de 1948, foram adotadas normas relativamente ao contrôle da aplicação da importância de .. Cr$ 2,00 (dois cruzeiros) por saco de açúcar de usinas, que se acham consubstanciadas no art. 2º, suas alíneas e respectivo parágrafo único da aludida Resolução, cujos têrmos são os seguintes :

«Art. 2º — Para efeito da fiscalização a ser exercida por êste Instituto, na forma do Decreto-lei nº 9.827, de 10/9/46, as usinas ficam obrigadas a escri-

turar, em conta especial, sob a rubrica «Assistência Social» :

a) — como crédito, o valor da importância de Cr$ 2,00 por saco, relativa ao açúcar de sua fabricação, de conformidade com os dados do livro de produção diária, de modêlo oficial;

b) — como débito, o valor das importâncias efetivamente utilizadas nos serviços de assistência aos trabalhadores industriais e agrícolas, na forma desta Resolução.

Parágrafo único — Para fins de fiscalização, as usinas são obrigadas a conservar em seu poder e em perfeita ordem os comprovantes relativos às importâncias efetivamente aplicadas, ou empenhadas, nos têrmos desta Resolução e constantes dos respectivos lançamentos.»

Por outro lado, com a finalidade de se disciplinar os gastos com a prestação dos serviços assistenciais, adotou ainda aquela Resolução, em seu art. 3º e alíneas a, b, e c a ordem abaixo a ser observada na aplicação daquela verba :

«Art. 3º — Na aplicação das importâncias de que trata o artigo 1º será observada a seguinte ordem de gradação e preferência :

a) — na manutenção dos ambulatórios em funcionamento nas usinas, ou que venham a ser instalados de acôrdo com o plano adotado para cada região canavieira, nos têrmos desta Resolução;

b) — no custeio do internamento dos trabalhadores nos hospitais regionais ou centrais;

c) — na fundação e manutenção de escolas e instituições recreativas e culturais destinadas aos trabalhadores e seus filhos.»

Para a efetivação do contrôle e fiscalização previstos nas disposições transitórias, adotou o I. A. A. os modêlos anexos.

c) — Em caso negativo, se têm sido aplicadas as penalidades que são estabelecidas nas leis acima mencionadas aos infratores ?

As fábricas que até o momento não têm observado com a indispensável regularidade aquelas disposições têm sido notificadas pelo I. A. A.

No caso de reincidência, serão as usinas faltosas sujeitas a processo de infração, sendo-lhes imposta multa correspondente ao dôbro da importância que tiver deixado de aplicar na forma estabelecida, consoante o disposto nos arts. 5º, 6º, 7º e 8º daquela Resolução, de que juntamos um exemplar.

d) — Quantos são os infratores e quais são êles ?

Determinei o procedimento de um levantamento geral sôbre a situação de cada usina, no que diz respeito à prestação dos seus serviços assistenciais e a aplicação da aludida importância para o efeito de adotar as providências previstas na citada Resolução.

a) — Em quanto montam as quan-

MODIFICAÇÃO DA LEI AÇUCAREIRA NORTE AMERICANA

[illegible] D[illegible] L. Ma[illegible] [illegible] Lei Açucareira [illegible] Pôrto Rico [illegible] República Dominicana.

[illegible] Pôrto Rico a quota atual [illegible] 190.000 toneladas [illegible] 1.200.000 toneladas. Quanto à República Dominicana, cuja quota é de 5.000 toneladas, não se indicaram cifras.

É grande o interêsse dos países exportadores de açúcar em obterem a elevação de suas quotas nos Estados Unidos, graças ao que poderiam equilibrar as respectivas balanças comerciais com aquele país, do qual são compradores de outras mercadorias.

Também o Peru, de acôrdo com a mesma fonte de informações, iniciou a campanha, visando a maior participação no mercado norte-americano de açúcar, havendo proposto através da W. R. Grace and Company a quota peruana de 193.000 toneladas e a dominicana de 89.000 toneladas. Atualmente a participação do primeiro dêsse países é de 13.000 toneladas. Alega a W. R. Grace que a atual Lei Açucareira, cuja vigência expira em 31 de dezembro de 1952, constitui uma grande descriminação para o Peru e grande preferência para Cuba.

tias não aplicadas até a presente data, tanto sôbre as taxas de Cr$ 1,00 cobradas por toneladas de cana, como também de Cr$ 2,00 por saco de açúcar ?

Para melhor apreciação do assunto, remeto, em anexo, um quadro demonstrativo da aplicação da verba de que trata o art. 8º, do Decreto-lei nº 9.827, onde se acham indicados o valor da obrigação legal de cada usina, as importâncias despendidas e os saldos a empregar, no período de 1946 a 1949, inclusive.

Outrossim, as aplicações feitas no total de Cr$ 21.589.932,30 (vinte e um milhões quinhentos e oitenta e nove mil novecentos e trinta e dois cruzeiros e trinta centavos), conforme o quadro anexo, tiveram a seguinte destinação :

a) — Despesas com a manutenção de serviços já existentes :

	Cr$
Lactário ou Creche	573.312,00
Escola	567.572,00
Ambulatório	8.935.608,90
Hospital	2.866.493,60
Auxílio Enfermidade	1.895.683,10
Auxílio Aposentadoria	421.934,70
Auxílio Funeral	137.845,20
Auxílio Alimentação	367.154,40
Auxílio Natalidade	2.430,00
Auxílio Diverso	2.193.257,00
Diversões e Esportes	898.967,70
Transporte de doentes ou acidentados	608.925,50
Festas Religiosas	332.959,20
	19.802.143,40

b) — Gastos com obras novas :

	Cr$
Construção de escolas	1.060.908,40
Construção de hospital, enfermaria, lactário ou maternidade	20.066,50
Construção de ambulatório ou farmácia	349.490,10
Construção de cinema ..	21.886,00
Construção de praça de esportes ou salão de festas	285.443,90
	1.737.794,90

a) —	19.802.143,40
b) —	1.737.794,90
Soma	21.589.932,30

Dos quadros acima, apura-se que as despesas com os serviços já existentes correspondem a 91,92 % das aplicações feitas e com obras novas a 8,08 %.

Informa, ainda, a Direção do I. A. A. que está sendo elaborado e, já em fase de conclusão, um plano de padronização da contabilidade das usinas que venha a facilitar à Fiscalização uma ação mais eficiente no verificar, além de outras rubricas, aplicação dos recursos destinados à assistência médica, farmacêutica, odontológica e educacional ao trabalhador e seus beneficiários da agro-indústria canavieira.

Prevalecendo-me do ensejo, renovo a V. Exa. os meus protestos do mais alto aprêço e consideração.

Sílvio Bastos Tavares
Presidente»

MONTAGEM DE USINA EM JAÚ

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer do Sr. João Soares Palmeira:

«Esta Comissão Executiva, em decisão de 29 de novembro de 1950 (fls. 27), deferiu o pedido da Cooperativa Jauense de Plantadores de Cana, proprietária da Usina Jaú, no sentido de lhe ser atribuída uma quota de 30.000 sacos **«em virtude de ter sido declarada caduca, por motivos alheios à vontade dos interessados, a quota concedida a Jaú e destinada ao aproveitamento das canas dos lavradores do município».**

Na forma da deliberação, a quota deveria ser retirada do saldo de 102.155 sacos, existente no Estado de São Paulo (fls. 22), com a observância das normas fixadas no art. 6º e seguintes da Res. 105/45.

Sucede porém, que, por ocasião do reajustamento de que trata a Res. 501/51, aquêle saldo foi incorporado ao contingente geral do aludido Estado, deixando de ser cumprida a decisão desta Executiva, em virtude de não se achar então averbada, no cadastro próprio, a inscrição da Usina Cooperativa de Jaú.

Resta, portanto, a esta Comissão Executiva dizer de onde deve ser retirado o limite concedido à Usina.

No nosso modo de entender assiste direito à Cooperativa Jauense sôbre a quota que lhe foi concedida.

Assim, julgamos que o caso pode ser resolvido com a retirada daquêle limite do saldo a que se refere o art. 8º da citada Res. 501/51, tendo em vista que êsse saldo já se achava comprometido em 30.000 sacos em face de decisão anterior dessa Comissão Executiva e ainda que a aludida Resolução tem por objetivo inclusive a fundação de novas usinas.

Caso, entretanto, esta Executiva não julgue conveniente tal solução, só nos restaria a atribuição dos 30.000 sacos sem prejuízo do saldo referido no art. 8º da Resolução 501/51.

Em qualquer caso porém deve ser determinada a inscrição da fábrica com o limite já mencionado, na forma de decisão proferida por esta Comissão Executiva em 29 de novembro de 1950.»

INCORPORAÇÃO DE PARCELA DE TAXA

Através de uma indicação apresentada à Comissão Executiva, na sessão de 8 de novembro de 1950, manifestaram os representantes dos fornecedores de cana, ponto de vista contrário à incorporação à receita do Instituto da parcela de 3 % sôbre as quotas-partes da taxa de Cr$ 1,00 por tonelada de cana de fornecedores. A matéria, tratada em sessão de 20 de dezembro de 1950, teve como relator o Sr. Castro Azevedo, cujo parecer foi favorável à referida incorporação. O Sr. Domingos Guidetti pediu vista do expediente, apresentando, em sessão de 28 de fevereiro de 1951, ponto de vista oposto ao do relator, isto é, contrário à incorporação da parcela de 3 % sôbre a taxa de .. Cr$ 1,00 à receita do I. A. A.

Do parecer do Sr. Domingos Guidetti obteve vista o Sr. Castro Azevedo que, em sessão de 1 de abril de 1951, voltou novamente, a abordar a questão, sustentando o seu primitvo parecer e refutando as considerações expendidas pelo Sr. Domingos Guidetti. Posta a matéria em discussão participaram dos debates, que se prolongaram, numerosos membros da Comissão Executiva presentes à sessão. Encerrada a discussão foi a matéria submetida a votos, tendo os presentes, com exceção do Sr. Castro Azevedo que manteve o ponto de vista do seu parecer, se manifestado contrário à incorporação à receita do I. A. A., de que trata a Resolução nº 233/48, de 8 de dezembro de 1948, da parcela de 3 % sôbre as quotas partes da taxa de Cr$ 1,00 por tonelada de cana criada pelo E. L. C. e atribuída pela Resolução nº 583, às Cooperativas de Crédito dos Fornecedores e às suas associações de classe.

FIXAÇÃO DE QUOTA

Acompanhando o voto do Sr. João Soares Palmeira, a Comissão Executiva resolveu deferir o pedido da Usina Sant'Ana, localizada em Campos, para o fim de fixar em 1.800 toneladas de cana a quota do fornecedor Pedro José Martins

FINANCIAMENTO DE MÉIS RICOS EM PERNAMBUCO

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer do Sr. Moacir Soares Pereira :

«A solicitação da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, no sentido da reabertura do crédito autorizado na safra .. 1950/51 para «financiamento de méis ricos destinados à produção de álcool anidro», é perfeitamente regular, de vez que o Plano do Álcool na atual safra prevê adiantamentos desta natureza.

Acontece, porém, que o pedido veio tardiamente e já agora chega a seu têrmo a safra açucareira nordestina, embora se prolongue ainda por algum tempo a de álcool naquela região. Também se constata no mapa da Delegacia Regional de Pernambuco, o qual dá a posição e estoque de álcool em 28/2/51, que aquele atingiu 20.162.247 litros (usinas), sendo 3.610.452 litros de álcool anidro : 17,9 % contra 82,1 % de hidratado. Apenas uma usina, a Catende, apresenta contingente apreciável dêsse tipo de álcool, 2.800.000 litros, enquanto outros quatro aparecem com o volume global de 800.000 litros. E certamente a parcela de álcool direto no conjunto é bem reduzida.

Levando em conta tais circunstâncias, parece não ser esta a oportunidade para se dar início ao financiamento em causa.

Por outro lado, tivemos conhecimento, na recente viagem ao Nordeste, que a Destilaria Central Presidente Vargas luta presentemente com falta de depósitos para estocagem dos melaços adquiridos às usinas e destinados à fabricação de álcool anidro, pelo que o recebimento de méis pela D. C. P. V. vem sendo efetuado mais lentamente do que seria de desejar, prejudicando assim seus fornecedores de matéria prima. Achamos por isto que seria mais aconselhável proceder a Delegacia Regional, juntamente com a Gerência de Dicenper, o estudo da situação das usinas fornecedoras de melaços à Destilaria Central, propondo em seguida os adiantamentos que julgarem necessários às referidas usinas, sôbre os méis em estoque e aguardando transporte para o Cabo.»

Foi ainda aprovada a seguinte emenda apresentada pelo Sr. Gil Maranhão :

«Para atender às necessidades urgentes de financiamento de álcool direto, que será o caso da Usina Catende, e de méis ricos nas usinas de Pernambuco, dada a circunstância da impossibildade do recebimento total do referido produto, pela D.C.P.V., pelos motivos expostos no parecer do Senhor Moacir Soares Pereira, abrirá o Instituto, desde logo, o crédito de Cr$ ...... 2.000.000,00, à Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco Ltda., a ser aplicado nas mesmas condições da decisão de 20/10/49 da Comissão Executiva. »

CONTRATO VERBAL ENTRE USINA E FORNECEDOR

Pela Comissão Executiva, em sessão de 4 de abril último, foi aprovado o seguinte parecer do procurador Chermont de Miranda :

«Em carta de 27 de dezembro do ano passado, o Sr. Dalmiro de Almeida, consulta se :

> «quando tem início um contrato verbal entre um agricultor e uma usina com o fito de ser explorado o cultivo da cana de açúcar em terras pertencentes a essa última, deverá a emprêsa, incontinenti, atribuir quota de fornecimento ao arrendatário e vincular a mesma ao fundo agrícola a ser cultivado mediante pagamento de taxa de arrendamento, bem como providenciar a respectiva averbação no Cadastro de Fornecedores do I. A. A., ou se, sòmente após ter sido realizado o triênio de fornecimento, terá o lavrador feito jús a uma quota de fornecimento junto à fábrica.»

O Estatuto da Lavoura Canavieira admite dois modos, através dos quais será possível a aquisição, pelo lavrador, de qualidade de fornecedor, a saber :

a) em virtude do fato do fornecimento sucessivo durante 3 ou mais safras,

b) em virtude de contrato.

A propósito do segundo modo de aquisição da qualidade de fornecedores, tive ensejo de tecer, em meu livro «O Estatuto da Lavoura Canavieira e sua Interpretação», página 312, as seguintes considerações que, a meu ver, esclarecem completamente a dúvida suscitada pelo consulente :

> «O segundo modo de aquisição da qualidade de fornecedor está consignado no § 2º do artigo 1º que prevê a possibilidade dessa aquisição por parte de pessoas que se não podem beneficiar com a aplicação da norma contida no corpo do artigo.
>
> A disposição se aplica tão sòmente aos lavradores aos quais a quota de fornecimento venha a ser atribuída mediante contratos assinados posteriormente à publicação do Estatuto. É uma exceção ao princípio fixado no artigo 1º, segundo o qual a qualidade de fornecedor se adquire pela continuidade do fornecimento.
>
> O preceito teve em vista facilitar a criação de novos fornecedores. Dispondo a lei que a qualidade de fornecedor se adquira através da continuidade do fornecimento em um mínimo de 3 safras, está claro que o lavrador a quem a usina viesse a atribuir quota de fornecimento, ficaria numa situação muito precária enquanto não conseguisse completar o triênio legal. Daí a necessidade de permitir aos novos fornecedores a aquisição daquela qualidade mediante contrato.
>
> Êsse dispositivo é de inestimável valia, por exemplo, nos casos do § 3º do artigo 63, § 2º, do artigo 77, artigo 84, etc.
>
> Está claro, todavia, que o contrato, por si só, é insuficiente para a criação do fornecedor, porquanto sòmente o Instituto é competente para fixar e distribuir quotas de açúcar ou de fornecimento. A usina poderá, certamente, ter a iniciativa da criação dessa quota, desde que o faça sem prejuízo dos demais fornecedores, isto é, através da redução da sua percentagem de canas próprias ou utilizando-se dos aumentos definitvos (art. 63 e 66). Mas mesmo nesse caso, é imprescindível o pronunciamento do Instituto para efeito de aprovação e registro.
>
> Desta forma, são elementos indispensáveis para a aquisição da qualidade em aprêço, nos têrmos dêste dispositivo :
>
> a) pessoa habilitada;
>
> b) contrato;
>
> c) aprovação do Instituto.»

Logo a seguir, nas páginas 313 e seguintes do mesmo livro, o consultante encontrará rápida explicação sôbre os elementos acima referidos:»

AUXÍLIO DO I. A. A. PARA A CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL

A Comissão Executiva aprovou o seguinte parecer do Sr. João Soares Palmeira:

«A interessada, em 1949, solicitou e obteve dêste Instituto a qûantia de Cr$ ...... 151.000,00 relativo ao recolhimento de 10% da taxa de Cr$ 1,00 por tonelada de cana e auxílio concedido pelo Instituto, para a construção de um ambulatório destinado à assistência médico-farmacêutica dos fornecedores de cana seus associados.

Posteriormente, com a visita feita a Sertãozinho pelo então Presidente do Instituto, Dr. Neto Campelo Júnior — que sugeriu a ampliação do anterior projeto de construção do prédio —, a interessada apresentou uma planta do hospital e pediu mais um auxílio de Cr$ 200.000,00, para atender às necessidades do orçamento da nova construção.

Essa planta foi, entretanto, impugnada pela Divisão de Assistência à Produção, pelos defeitos técnicos que apresentava e, quando o caso ia a julgamento, propuz, na sessão da Comissão Executiva de 28/11/50, fôsse o processo confiado ao Sr. Domingos Guidetti para se entender com a Diretoria daquela Associação a respeito das objeções levantadas pela referida Divisão

Diante dos entendimentos havidos, foi elaborada nova planta por profissional de reconhecida competência técnica no assunto, o Dr. Eurico Dias da Silva, Diretor do Departamento de Obras da Santa Casa de S. Paulo, planta essa que obteve o acôrdo da interessada, do Sr. Prefeito Municipal e do Médico Chefe do Pôsto de Saúde de Sertãozinho.

À vista, portanto, da nova planta do hospital a ser construído naquela cidade, proponho seja a mesma aprovada e concedido pelo Instituuto o auxílio pleiteado de Cr$ 200.000,00, destinado àquela construção, tendo em vista também que a doação do respectivo terreno, feita pela Prefeitura à Associação dos Fornecedores de Cana de Sertãozinho, caducará caso as obras do prédio não se iniciem dentro do prazo marcado.»

ÁCIDO LÁTICO DOS MÉIS

Prossegue a Sugar Research Foundation, informa "Cuba Económica y Financiera", de janeiro de 1951, *investigando a formação do ácido lático por processo puramente químico, que consiste no aquecimento dos méis com cal até aproximadamente* 250º C, *sob pressão. Tem-se dito ser possível obter ácido lático, dos méis, com rendimentos perfeitamente comparáveis aos alcançados por processo de fermentação. O novo método, porém, oferece a vantagem e a reação completa-se em* minutos, *e não em dias. Outra vantagem do método químico é poder-se converter em processo contínuo, o que representa uma economia. Segundo os cálculos seria possível produzir uns* 5.000.000 *de libras de ácido lático, anualmente, com um reagente tubular de aço, medindo apenas* 3 *metros de comprimento por* 0,45 *metro de diâmetro. Comparada com os tanques e cubas de fermentação de cêrca de* 100.000 *galões de capacidade necessários para produzir a mesma quantidade esta simples instalação explica a economia em espaço que pressupõe o método químico.*

Verificou-se no decurso das experiências, que como acontece na fermentação crua de ácido lático, o crú produzido por transformações químicas também contém outros ácidos. Alguns dêstes, juntamente com o ácido lático podem ser isolados em forma de uma mistura de ésteres metílicos, dos quais é possível extrair ácido lático puro.

Mas, se a finalidade foi produzir um plastificador para rezinas vinílicas não é preciso recorrer ao processo de purificação, já que a mistura de tais ácidos se converte em um plastizador adequado ao uso na plastização de resinas vinílicas. De maneira análoga, é possível converter a mistura de ácidos esterificados em ésteres acrílicos de elevado rendimento. Vê-se, assim, que os méis finais, convertidos em ácido lático, oferecem outra fonte de plastizadores e de resinas acrílicas, cujas fontes comuns, até agora, provinham da indústria do petróleo.

DISTRIBUIÇÃO DE ÁLCOOL PELA D. C. DO ESTADO DO RIO

A propósito de um memorial de comerciantes grossistas de álcool, da praça de Campos, que reclamam contra as quotas de álcool da Destilaria Central do Estado do Rio que lhes foram distribuídas na atual safra, o diretor do Serviço do Álcool apresentou ao Sr. Presidente a exposição abaixo, que foi aprovada pela Comissão Executiva, de acôrdo como parecer do Sr. Moacir Soares Pereira, em sessão de 4 de abril último:

«O nosso trabalho, que foi apresentado ao Diretor da Divisão Administrativa, e em seguida ao Sr. Moacir Soares Pereira, Superintendente do Plano do Álcool, mereceu parecer favorável de ambos, tendo sido aprovado pela Comissão Executiva, em sessão de 7 de março findante.

Conforme consta do nosso ofício n. 109/51, de 6/3/51, organizou êste Serviço, para a distribuição de 2.700.000 (dois milhões e setecentos mil) litros de álcool da Destilaria Central, uma relação com os recebimentos de álcool, no ano de 1950, pelas firmas que operam no ramo no Distrito Federal, divididas em dois grupos distintos:

a) o dos atacadistas, engarrafadores e fabricantes de bebidas;

b) o dos intermediários distribuidores.

Para os do primeiro grupo, consideramos todo o álcool recebido, sem discriminação de procedência: álcool de produção das usinas fluminenses, álcool do norte, álcool de produção da Destilaria Central do Estado do Rio e álcool anidro distribuído pelo I. A. A.

Para os do segundo grupo, consideramos, apenas o álcool adquirido diretamente das usinas fluminenses e o álcool importado do norte do país, excluindo qualquer parcela de álcool recebido por fôrça de distribuição do I. A. A.

Salientamos que os componentes do primeiro grupo são, sem exceção, associados do Sindicato da Indústria de Bebidas em Geral, estando sujeito ao tabelamento baixado pela C. C. P. em sua Portaria n. 63, de .. 7/11/49.

Quando da reunião havida na C.C.P. entre o Vice-Presidente dessa Entidade, a Diretoria do Sindicato, o Sr. Moacir Soares Pereira e o signatário da presente, ficou então assentado que, com o funcionamento da Destilaria Central do Estado do Rio, procuraria o I. A. A. assegurar, tanto quanto possível, o abastecimento direto dos atacadistas, que desta forma, receberiam o álcool rigorosamente aos preços da tabela.

Daí o critério, por nós adotado, de fazer a distribuição aos atacadistas na base do seu movimento total em 1950.

Levar em conta, para os intermediários, as quantidades que, no mesmo ano de 1950, retiraram da Destilaria Central para o Distrito Federal, não nos pareceu acertado, porquanto essas retiradas, embora proporcionais ao movimento das mesmas firmas em 1949, representaram elevada percentagem das suas vendas para o Distrito Federal, conforme demonstramos no quadro anexo.

Assim é que, no total de vendas de álcool para o Distrito Federal, o contingente da Destilaria Central representou 60,72 % do movimento de Armando Viana & Cia., 47,02 % do de Rabelo de Almeida Ltda., 44,80 % do de Irmãos Moll & Cia. Ltda., e 39,00 % do de João dos Santos Cunha.

Considerando de 4 mêses o período de distribuição de álcool da Destilaria Central, verificamos o seguinte:

MOVIMENTO MÉDIO MENSAL EM 1950

Firmas	Dest. Central 4 mêses	Div. Usinas 8 mêses
Irmãos Moll & Cia.	76.888	47.375
Rabelo Almeida Ltda. ..	113.120	63.735
João Santos Cunha ...	72.410	56.625
Armando Viana & Cia.	36.873	11.925

Incontestàvelmente, a distribuição de 1950 não pode servir de base para qualquer reclamação das firmas a que acima nos referimos, e muito menos para as outras signatárias do memorial : W. R. Mosso e C. Gomes.

De início desejamos salientar que essas firmas não deveriam subscrever tal memorial de vez que no decorrer da safra 1950/51, não remeteram álcool de produção das usinas fluminenses para o Distrito Federal. Só por ocasião do funcionamento na Destilaria Central, em 1950, transacionaram com firmas desta praça.

W. R. Mosso comprou :

Na safra 1950/51 um total de 1.117.353 litros.

Dessa quantidade, nenhuma venda foi realizada para o Distrito Federal.

C. Gomes comprou :

Na mesma safra 1950/51 um total de .. 265.600 litros.

Também dessas compras, nenhum embarque foi realizado para o Distrito Federal.

Reclamam os signatários do memorial contra o fato de ter sido considerado, no rateio, o contingente de álcool recebido pelo Distrito Federal, do Norte do país, e de Minas Gerais e não, como seria «justo, razoável e correto», exclusivamente o álcool de produção fluminense.

Os reclamantes ignoram que, no Distrito Federal, em 1950, não entrou, procedente de Minas Gerais, **um só litro de álcool.**

Quanto ao Norte, a parcela recebida pelo Distrito Federal é ponderável e constitui, a nosso ver, refôrço indispensável ao abastecimento desta praça. Nesta fase de escassês, supera mesmo os suprimentos do Estado do Rio, como aconteceu em fevereiro último, quando do volume de entradas — 1.347.379 litros — a parcela maior ... 729.015 correspondem às entradas do norte, figurando o Estado do Rio com os restantes 618.364 litros.

Por outro lado, a importação de álcool do norte, representa sem dúvida alguma um esfôrço apreciável, quer para o embarcador, quer para o recebedor, parecendo-nos desnecessário enumerar a série de trabalhos e encargos que vai do enchimento dos tambores ao retorno dêsse mesmo vasilhame.

Não obstante, elaboramos o quadro anexo, em que o rateio proporcional dos 2.700.000 litros do Martins Lage foi feito pelas quantidades recebidas por cada firma em 1950, com exclusão do álcool do norte.

Verifica-se, desde logo, que o critério não beneficia os reclamantes de maneira apreciável :

[illegible]	[illegible]	[illegible]
Armando Viana & Cia.	11.568	13.914
Irmãos Moll & Cia. Lda.	45.163	55.277
João dos Santos Cunha	53.982	66.070
Rabelo Almeida Ltda.	60.761	74.366
	171.274	209.627
A mais	38.353	—
	209.627	209.627

Outra alegação dos reclamantes é a de que o álcool distribuído por seu intermédio, sujeito portanto a duplo faturamento, beneficia, a Fazenda do Estado do Rio, pelo pagamento do impôsto de vendas e consignações.

Reconhecendo a procedência dessa alegação, não podemos, entretanto, deixar de salientar que, por fôrça dêsse duplo faturamento, têm os intermediários distribuidores um desconto de Cr$ 0,08 (oito centavos) por litro, no recolhimento devido à Caixa do Álcool (decisão da Comissão Executiva de 6/10/1948).

Desta forma, o que é pago ao Estado do Rio (impôsto de vendas e consignações) deixa de ser arrecadado pela Caixa do Álcool.

Em outro tópico do memorial, assinala-se...

«que os distribuidores cariocas, ora tão grandemente beneficiados, naturalmente obtiveram quotas nas Destilarias Centrais mantidas por êste Instituto nos

outros Estados produtores, dentro dos limites de suas aquisições nas Usinas dos mesmos e destinadas ao Distrito Federal. Infere-se daí que foram êles duplamente aquinhoados...»

O Instituto fez funcionar em 1950, para a produção de álcool hidratado, a Destilaria Central do Estado do Rio, a Destilaria Presidente Vargas, em Pernambuco e a Destilaria Central Leonardo Truda, em Minas Gerais.

A distribuição de Álcool da Destilaria Central Presidente Vargas foi feita aos exportadores de Pernambuco, notadamente à D. P. P., organização de produtores.

Nenhuma parcela dessa produção foi vendida pelo I. A. A. a firmas desta capital.

Em Ponte Nova, o álcool produzido foi entregue, em sua totalidade, à Cia. Usinas Nacionais em Minas Gerais.

Como ficou dito acima, não recebeu o Distrito Federal, em 1950, um só litro de álcool de Minas Gerais.

Vê-se, pois, que também nesta parte, carecem inteiramente de fundamento as alegações do memorial.

———

A produção da Destilaria Central do Estado do Rio, em 1950, foi de 6.832.000 litros. Êste ano, a estimativa mais recente já incluído o melaço a receber da Usina do Queimado, é de 4.950.000, havendo, pois, uma redução de 1.882.000 litros (27,5 %) na atual campanha, em relação à anterior.

Isto pôsto, acreditamos que os reclamantes só possam ser atendidos se o Instituto reservar uma parte dos 2.700.000 litros para distribuir exclusivamente aos interessados.

No quadro anexo, tomamos por base uma distribuição de 2.200.000 litros para as firmas desta Capital e 500.000 para as do Estado do Rio.

Nessa base, as quotas dos signatários do memorial sofrerão as seguintes modificações :

Firmas	Quota Aprovada	Quota 500.000
Armando Viana & Cia.	11.368	33.188
Irmãos Moll & Cia. Lda.	45.163	131.846
João dos Santos Cunha	53.982	157.589
Rabelo Almeida Ltda. .	60.761	177.377
Diversos	1.085	—
	172.359	500.000

No período de safra os fornecimentos de álcool ao Distrito Federal, realizados através dessas firmas, foram em média de 179.660 litros mensais.

Os 500.000 litros representam 71,4 % do movimento normal que teriam nos mêses de março a junho.

A apreciação do memorial alongou-se demasiadamente, em virtude dos têrmos e alegações utilizados pelos reclamantes .

Julgamos, porém, apresentar a V. Excelência, com êste trabalho, todos os dados necessários para a completa apreciação e julgamento da questão.»

MERCADO AÇUCAREIRO INTERNACIONAL

Sofreu o mercado internacional do açúcar, em abril próximo findo, a influência do agravamento da situação política mundial. Aparentemente podem ser considerados, como índices do que vem ocorrendo, os seguintes fatos :

a) Tendência de alta imoderada dos preços, agravada na primeira quinzena de maio corrente;

b) Redução do rítmo da produção açucareira em Cuba;

c) Interêsse incomum de compradores europeus;

d) Desinterêsse dos compradores norteamericanos dos açúcares de Cuba.

Tentaremos, a seguir, o exame de cada um dos itens acima.

PREÇOS

No primeiro dia útil de abril as cotações verificadas no fechamento das operações da Bolsa de Nova York, para o demerara, foram as seguintes em cents de dólar por libra-pêso, com o respectivo cálculo em cruzeiros por sacos de 60 quilos :

Prazos de entrega	Em cents de Dólar por libra-pêso	Em Cruzeiros por saco
Maio, 1951	5,43	132,00
Julho	5,43	132,00
Setembro	5,44	132,25
Março, 1952	5,00	121,56
Maio	5,00	121,56

Até o dia 5 do mês em causa a tendência visível era do reajustamento dos preços em condições melhores para os compradores. Naquela data o açúcar para entrega em maio corrente foi cotado no fechamento a 5,40, ou sejam Cr$ 131,28 mas, em compensação o produto para entrega em setembro atingia 5,45 cents por libra, equivalente a Cr$ 132,50 por saco de 60 quilos.

Isto evidencia o interêsse pelas entregas futuras, à base dos estoques remanescentes da safra cubana e de outros produtores da mesma área.

Daí por diante o movimento definiu-se pela alta e, no último dia do mês (30), as cotações de fechamento assim se apresentaram :

Prazos de entrega	Em cents de Dolar por libra-pêso	Em Cruzeiros por saco
Maio, 1951	6,00	145,87
Julho	6,03	146,60
Setembro	6,03	146,60
Março, 1952	5,27	128,12
Maio	5,28	128,36

Mantida a característica da preocupação pelas entregas futuras as cotações da bolsa atingiram os níveis mais elevados dos últimos anos, nos negócios realizados à base do Contrato n. 4, mercado livre mundial.

Situados os limites mínimos e máximos, cumpre assinalar a posição das médias de fechamento abril :

Prazos de entrega	Em cents de Dólar por libra-pêso	Em Cruzeiros por saco
Maio, 1951	5,51	133,95
Julho	5,58	135,66
Setembro	5,57	135,41
Março, 1952	4,87	118,40
Maio	4,86	118,15

Num outro quadro comparativo observe-se o gráu da evolução das médias, tomadas em cruzeiros por saco, no curso dos primeiros quatros mêses.

COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS DE FECHAMENTO, NA BOLSA DE NOVA YORK, JANEIRO/ABRIL

Mêses	PRAZOS DE ENTREGA					
	Março 1951	Maio 1951	Julho 1951	Setembro 1951	Março 1952	Maio 1952
Janeiro	127,15	126,90	126,90	126,90	121,56	—
Fevereiro	120,13	120,77	120,95	121,13	117,59	—
Março	—	132,79	132,94	133,95	123,47	122,85
Abril	—	133,95	135,66	135,41	118,40	118,15

O movimento de vendas, na Bolsa de Nova York, em abril próximo findo, foi de 2.026 contratos, ou sejam, aproximadamente 101.300 toneladas, de vêz que cada contrato comporta 50 toneladas ou fração. É êste um volume bem menor que o verificado nos três mêses anteriores, mas superior às vendas verificadas no primeiro trimestre dos dois anos passados.

Na análise das cotações diárias verifica-se por exemplo que a alta tornou-se mais forte a partir do dia 25. Esta incidência tem uma justificativa que define o grâu da sensibilidade do mercado.

No dia 24 o Secretário da Agricultura, Brannan, numa carta ao Senador Ellender, mencionava os baixos preços do açúcar e a necessidade de armazenar de pronto grandes quantidades antes que venham a surgir dificuldades de transporte nos mêses de verão. Semelhante aviso desencadeou a ação dos especuladores que, para o consumo do mercado local entraram a negociar o bruto para entrega em julho a 6.15 por libra-pêso.

No mercado mundial, desde que a carta de Brannan assegurou que não haveria aumento na quota de Cuba destinada ao mercado livre mundial, o preço para compradores elevou-se ràpidamente : no dia 24 o fechamento para entrega em julho foi de 5,69 e já a 25 atingia a 5,85.

Informou ainda o Secretário do Agricultura na carta aludida :

> "O fato de que os preços correntes do açúcar não estão de acôrdo com os custos das utilidades em geral e muito menos com os lucros líquidos de outras safras dá margem a que os fazendeiros noticiem ser sua intenção diminuirem os plantíos da beterraba em cêrca de . . 12,4 %."

Está clara a orientação preventiva de estocar açúcar e é oportuno assinalar o resguardo impôsto ao mercado livre mundial que não disporá de contingentes extras da produção de Cuba.

A PRODUÇÃO DE CUBA

Neste particular é oportuno ter em conta os rumos da produção em Cuba, aparentemente frustada no propósito de superar os níveis da safra anterior.

Segundo informações do "Journal of Commerce", de Nova York, haverá uma redução de . . . 50.000 toneladas de açúcar sôbre a previsão inicial de 5.600.000; em compensação espera-se que a produção do melaço seja bastante superior, sendo que até 15 de março já havia uma produção a maior, em relação à de igual período de 1950, de . . . . . 17.132.783 galões. Não será exagêro ver-se no caso o propósito de melhorar o suprimento de álcool ao mercado dos Estados Unidos, matéria-prima essencial para indústrias químicas de interêsses militar.

Até 28 de abril Cuba havia produzido . . . . 4.946.736 toneladas de açúcar, volume igual ao produzido em período idêntico de 1950. Até a mesma data a exportação fôra de 1.597.384 toneladas contra embarques de 1.484.021 toneladas dos primeiros quatros mêses da safra anterior. O estoque, em 28 de abril último, era de 3.349.352 toneladas contra um estoque verificado em 28/4/1950 de 3.462.715 toneladas.

Até 30 de abril 46 fábricas cubanas haviam encerrado a moagem; na mesma data, há um ano passado, 60 haviam feito o mesmo.

INTERÊSSE INCOMUM DE COMPRADORES EUROPEUS

A pressão dos compradores europeus, processando-se de forma efetiva, levou Cuba a desinteressar-se por vendas imediatas aos norte-americanos, preferindo assim liquidar primeiro a sua quota livre para o mercado mundial.

Em fins do mês o seu açúcar estaria logrando 90 pontos mais em libra no mercado livre mundial que nas vendas aos Estados Unidos. Isto conduziu os refinadores ianques a maiores compras em Pôrto Rico e nas Filipinas. Os preços que os refinadores americanos vinham pagando pelo bruto situaram-se em tôrno de 6,00; o preço do refinado para consumo doméstico mantém-se oficialmente em 8,25 por libra-pêso.

Dentre os negócios realizados na fase da alta destacamos os seguintes :

— Portugal comprou 10.000 toneladas de demerara à Cuba, para entrega imediata, ao preço de 5,57 fob, equivalente a Cr$ . . . 135,41 por saco de 60 kgs.;

— Paquistão, comprou 10.000 toneladas de refinados aos Estados Unidos a 6,75 por libra-pêso igual a Cr$ 160,10 por saco de . . 60 kgs.;

— Uruguai comprou 10.000 toneladas de refinado cubano, desta operação não temos referência de preços.

A transação mais surpreendente, porém, foi a realizada pela Grã-Bretanha, adquirindo 45.000 to-

neladas à Polônia. Atribuía-se que êst[illegible]
remetido para o Irã.

A Alemanha e o Japão estão interessados [illegible] comprar mas não podem realizar qualquer negócio em virtude de objeção da E. C. A.

De janeiro a março foram negociados [illegible] 1.800.000 toneladas de açúcar cubano para o mercado mundial.

DESINTERÊSSE DOS NORTE-AMERICANOS

Os Estados Unidos, valendo-se dos acôrdos com Cuba e Filipinas e de sua ascendência sôbre Pôrto Rico, limitaram suas necessidades a um volume de 8.000.000 de toneladas. Os preços por que tradicionalmente pagam o produto cubano sempre esteve acima da média dos preços vigentes para o mercado livre mundial. Com a reviravolta havida nos negócios, subiram os preços do mercado mundial acima daqueles. Como o açúcar refinado para consumo doméstico está sob contrôle governamental, não podem os refinadores pagar a matéria-prima acima de um certo nível. Há porém a expectativa de que êsses preços venham a ser elevados.

Daí, como já assinalamos, o aparente desinterêsse, no momento, dos compradores americanos pelo açúcar de Cuba.

Por seu turno Cuba tem uma quota a entregar para consumo dos Estados Unidos e dela não poderá dispor; isto dá uma certa tranquilidade ao consumidor dos Estados Unidos.

INTERÊSSE PELO BRASIL

Nas condições expostas é natural que haja interêsse, de parte de importadores da Europa, por açúcares de outras procedências e, dentre estas, inclui-se o Brasil. Os países com que temos firmado acordos comerciais na base de ajustes de pagamento, funcionando o dólar apenas como uma medida de valor mas com as liquidações realmente efetuadas nas moedas nacionais respectivas, podem levar vantagens especiais neste momento.

Enquanto os nossos preços legais têm se mantido numa mesma base desde 1949, temos assistido à evolução do preço demerara no mercado livre mundial, culminando com as médias de abril último. A apreciação de qualquer proposta, a nosso ver, deverá ser considerada inclusive à luz do preço do dólar no chamado mercado negro. A paridade do cruzeiro com relação ao dólar permanece a mesma de 1947, quando regularizamos nossa posição no Fundo Monetário Internacional. Depois disto ocorreram muitas desvalorizações, sobretudo na Europa, onde o [illegible] teve influen[illegible]

Os [illegible] que [illegible]emos [illegible] relação das cotações de Nova York para a unidade saco (60 kgs.) em cruzeiros partem do dolar a Cr$ 18,38. Partin[illegible] do valor do dolar no mercado negro igual a Cr$ 32,00, teríamos então as seguintes correspondências aos valores das médias de fechamento em abril para demerara.

Prazos de entrega	Em cents de Dolar por libra-pêso	Em Cruzeiros por saco
Maio, 1951	5,51	233,17
Julho	5,58	236,13
Setembro	5,57	235,70
Março, 1952	4,87	206,08
Maio	4,86	205,66

Estamos em face de uma diferença ponderável ao tentar estabelecer paralelo entre as cotações do dólar nos mercados oficial e "negro" ou livre.

CONSELHO INTERNACIONAL DO AÇÚCAR

Malograram mais uma vez os esforços do Conselho Internacional do Açúcar em prol da elaboração de um novo acôrdo que viria substituir o estabelecido em 1937 e que vem sendo sucessivamente prorrogado, cuja vigência em curso expirará em 31 de agôsto vindouro.

Desta feita, conforme comunicação transmitida ao Instituto pelo Ministério das Relações Exteriores, foi adiada a reunião do sub-comitê encarregado da redação do ante-projeto "sine die".

Com estas informações acreditamos ter apresentado um balanço da situação internacional do açúcar em abril de 1951.

(Trabalho elaborado pela Secção de Custos e Preços do Serviço de Estudos Econômicos da Divisão de Estudo e Planejamento do I. A. A.).

INFORMAÇÕES DE M. GOLODETZ

Em carta de 15 de maio dêste ano, M. Golo- & Co., de Nova York, informam que o preço do açúcar sofreu elevação no mercado mundial, em consequência de grande procura simultânea com uma queda de fornecimentos por parte de Cuba. Em 8 de maio foram vendidas para o Marrocos 7.000 toneladas de açúcar cubano ao preço de US$ 6,60 por libra bruto fob Cuba, cujo preço era, em 24 de abril, 5,60. A ascenção dos preços foi interrompida apenas uma vez no começo dêste mês, graças aos boatos segundo os quais o Reino Unido se voltaria para o Continente em busca de suprimentos.

Referiam aquelas informações que o Reino Unido iria adquirir 45 mil toneladas de granulado da Polônia e Tchecoslováquia ao preço de £ 64 por tonelada longa fob. A importância dessas compras foi exagerada, visto que o Reino Unido importa habitualmente quantidades similares todos os anos, de acôrdo com tratados comerciais em vigor, sendo tal açúcar destinado a satisfazer os mercados do próximo e do médio oriente. Após um recuo inicial, os preços tornaram a subir e a ascenção continuou até a data dessas informações, atingindo o alto nível de 6,50.

Em 9 de maio foi proposta na Alemanha a compra de 33.000 toneladas de açúcar bruto cubano ao preço de 6,33 fob, para entrega no período maio-junho. A Alemanha comprou ainda parcelas menores de açúcar europeo, especificadamente 6 mil toneladas do tipo bruto e 1.300 toneladas de cristais provenientes da França e ainda 5 mil toneladas de açúcares cristais poloneses, êstes ao preço de US$ 190 cif por tonelada métrica. De acôrdo com os fornecimentos atuais, e com base na estimativa de consumo para a safra de 1950/51, a Alemanha necessitará 200 mil toneladas adicionais antes do início da nova safra beterrabeira, em outubro. Até o presente momento, apenas três milhões de dólares dos fundos do Plano Marshall são disponíveis.

Aguarda-se para breve a compra de 20 mil toneladas de açúcar cubano bruto. A possibilidade de a Alemanha realizar compras ulteriores dependerá de autorização dos dirigentes do Plano Marshall.

10 mil toneladas de açúcar refinado cubano foram vendidas ao Uruguai à base de US$7.45 por libra fob Cuba, cujo embarque se verifica em maio e o frete foi orçado em US$29.50 por tonelada. Também a Grécia adquiriu açúcar cubano em 9 de maio, isto é, 10 mil toneladas de refinado a . . . US$7.55 fob, para embarque em maio-junho.

Um carregamento de açúcares cristais colombianos acondicionados em sacos de papel foi dirigido ao Paquistão ao preço de US$184 por tonelada, custo e frete em Karachi. O frete foi calculado em $36 por tonelada. O Paquistão comprou ainda algumas toneladas de refinado americano. Entretanto, de acôrdo com o Departamento de Agricultura de Washington serão feitas restrições à exportação do refinado americano, restrições essas que implicam na concessão de licença de exportação de quantidades superiores a mil toneladas sòmente no caso dêsse açúcar ser integrante da quota mundial e ter sido importado em bruto para refinação e re-exportação. Esta restrição impede, na prática, a exportação de açúcar americano em larga escala, visto que as refinarias não estão em condições de competir com Cuba. Não obstante, continuarão a ser obtidas licenças de exportação para quantidades menores. No momento, as refinarias estão fixando em US$7.85 fob Nova York.

Em Cuba 102 usinas terminaram suas atividades. Sua produção total monta a 20.017.277 sacos, contra 20.111.640 do ano passado. 58 usinas continuam a moagem, a qual se encerrará no fim dêste mês. Admite-se, de modo geral, que a safra atual terá 100 mil toneladas curtas a menos do que foi prevista oficialmente, isto é, 5.600.000 toneladas longas. Tendo-se isto como certo, o balanço na "quota" especial será reduzido de 383 mil para 283 mil toneladas. Outra dedução de, aproximadamente, 50 mil toneladas deverá ser feita para a exportação de xaropes cubanos, principalmente para os Estados Unidos, para os quais são adotados certificados "especiais". Dêsse modo, apenas 233.000 toneladas

PREÇO DO AÇÚCAR NOS ESTADOS UNIDOS

Segundo a publicação "News Matter", de B. W. Dyer & Co., de Nova York, por uma emenda ao Regulamento Geral de Preços-Teto, foi o açúcar, pelo menos temporàriamente, liberado, embora, indiretamente, seus preços continuem sujeitos a relativo contrôle através do Decreto de 1.948.

O próprio comércio de açúcar — em todos os estágios de produção e distribuição, surge agora isento de preços-teto, incluindo os primeiros distribuidores — refinadores e importadores — e segundos distribuidores — atacadistas, intermediários e retalhistas.

Esclarece ainda a publicação que as disposições da referida emenda não se aplicam aos artigos agrícolas e de primeira necessidade, mesmo que possam ser importados, tais como a cana de açúcar, açúcar e açúcar líquido.

Apezar de liberado o comércio de açúcar, os consumidores de açúcar industrial e distribuidores de produtos contendo elevadas quantidades de açúcar parece terem tido seus preços e margens de lucro congelados.

Finalizando, informa B. W. Dyer & Co., que não foram ainda estabelecidas normas específicas de preços-teto, dada a exiguidade de tempo e complexidade do assunto.

ficarão na quota "especial", além de cêrca de 150 mil toneladas que se presume não serem vendidas na quota mundial livre.

O govêrno japonês está considerando a compra de 60 mil toneladas de açúcar bruto cubano durante o período maio-junho. Tal compra deverá ser aprovada pelas autoridades competentes. As necessidades de importação do Japão neste ano se elevam a 600 mil toneladas, mas até o presente só foram adquiridas 278.000, como se segue:

Comércio privado

Cubano bruto	90.000 tons.
Colombiano refinado ...	3.000 "
Formosa	50.000 "

Comércio oficial

Formosa	60.000 "
Cubano bruto	75.000 "
Total	278.000 tons.

Mesmo que as necessidades japonêsas fôssem reduzidas a 500 mil toneladas, teriam que ser importadas ainda cêrca de 220 mil. O Japão poderá contar com [illegible] mil toneladas adicionais, de Formosa. A produção de açúcar de Formosa êste ano sobe a aproximadamente 340 000 toneladas, das quais 140 mil são para consumo local. Das 200 mil toneladas restantes, cêrca de 110 mil já foram encomendadas pelo Japão, cêrca de 90 mil foram vendidas a vários destinos e 80 mil são ainda disponíveis, das quais 40 mil estão programadas para o Japão e 40 mil para outros mercados.

De acôrdo com cifras do Escritório Comercial Britânico, a Grã-Bretanha importou em março 110 mil toneladas de açúcar bruto e exportou 78 mil de refinado. As refinarias britânicas estão cotando presentemente a £ 69 fob por tonelada longa.

O mercado de açúcar bruto norte-americano tem experimentado elevação firme nas últimas semanas, mas não tem podido concorrer com as rápidas elevações dos preços mundiais. Em 24 de abril o açúcar bruto cif foi cotado em US$5,45 por libra, exceto os impostos. Hoje o açúcar bruto não é oferecido por menos de US$5,85. O frete de Cuba para os Estados Unidos é de cêrca de 45 centavos. A procura do açúcar refinado nacional tem aumentado nos Estados Unidos, e as refinarias elevaram o preço de US$8,25 para US$8,50.

CRÔNICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

CANADÁ

Segundo o "Diario de La Marina", de Havana, edição de 6 do corrente, o Canadá anunciou sua disposição de comprar 150.000 toneladas de açúcar cru à Cuba, anualmente, nos próximos três anos, em reciprocidade por concessões comerciais naquele país, estabelecendo uma redução na tarifa alfandegária, igual à fixada para as "nações mais favorecidas".

O acôrdo representa a primeira reação do Canadá contra o programa de preferência ao comércio do Império Britânico e às restrições aos produtos canadenses, tendo provocado protestos de alguns países da Comunidade, que, todavia, não lograram modificar os propósitos do Govêrno do Canadá. Êsses países, entre os quais figuram a Austrália, Jamaica e Ilhas Fiji, desfrutavam até a data presente de situação previlegiada no Canadá, constituindo um monopólio virtual no mercado canadense, graças à diferença a seu favor de um dólar por quintal de açúcar entrado no país.

Acredita-se que Cuba haja realizado acôrdos similares com a própria Inglaterra e Alemanha Oriental.

EGITO

Ficou resolvido em definitivo liberar ao consumidor a ração de açúcar do mês de junho próximo com um acréscimo de 50 %.

O Escritório de Aprovisionamento do Cairo deu início à distribuição dos novos cartões da quota de verão para aprovisionamento, em quantidade suplementar, dos estabelecimentos especialisados na venda de refrigerantes.

ESPANHA

De acôrdo com os dados publicados no "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de 31 de maio de 1951, a produção espanhola de açúcar refinado na safra 1949/50 subiu a 146.539 toneladas, das quais 23.439 toneladas de açúcar de cana, contra 257.988 toneladas na safra de 1948/49. A queda da produção decorreu de uma grande redução na fabricação de açúcar de beterraba motivada pela diminuição da área cultivada com beterraba e pela ação das pragas e insetos no verão de 1950. A produção de cana de açúcar subiu de 25 %, de uma safra para outra.

As importações espanholas de açúcar, em 1950, somaram 12.805 toneladas contra 11.739 toneladas, em 1949. As maiores vendas foram realizadas por Cuba, vindo em seguida Portugal, França, México, Estados Unidos e Argentina. O consumo atingiu a 166.701 toneladas, das quais 147.047 toneladas de açúcar de beterraba e 19.654 toneladas de açúcar de cana. Os estoques desceram a níveis tão baixos que as rações tiveram de ser reduzidas. Os estoques no começo de 1951 não devem ter sido superiores 23 mil toneladas.

ESTADOS UNIDOS

O "Diario de La Marina", de Havana, estampou na edição de 2 do corrente um telegrama de Washington, informando que o Govêrno interveio nas atividades de um alto negociante de açúcar, o qual procurava beneficar-se com os elevados preços mundiais, exportando sua quota de açúcar.

O Departamento de Agricultura anunciou que não será aprovada remessa superior a mil toneladas, até ficar provado tratar-se de açúcar estrangeiro "importado para refinação e reexportação".

O Sr. Lawrence Myers, técnico da Secção de Açúcar, declarou ter sido a ordem baixada depois de se verificar que várias refinarias norte-americanas haviam exportado mais de mil toneladas.

"Avisamos a Porto Rico que não poderia exportar sua quota de açúcar", disse Myers. "Para sermos justos com êles e os demais países, não podemos permitir que se faça isso aqui".

A pressão para lançar as reservas de açúcar no mercado mundial tem sido forte depois que os preços estrangeiros aumentaram de um dólar pór 100 libras em relação aos preços domésticos.

PARAGUAI

A revista "Paraguay Industrial y Comercial", número de maio de 1951, transcreve o relatório da comissão especial incumbida pelo Govêrno de examinar a questão do preço da cana. Segundo informa a comissão, no seu relatório dirigido ao Ministro da Agricultura, os cálculos realizados levaram em conta, de forma real e racional, tôdas as rubricas que integram o custo da produção. O custo foi fixado tomando por base o rendimento médio de

30 toneladas por hectare, pois os rendimentos inferiores não justificam a atividade agrícola e os superiores asseguram renda de crescimento proporcional. No que diz respeito aos salários dos trabalhadores foram levados em conta os níveis fixados pelo Departamento do Trabalho. Em alguns casos foram, porém, considerados níveis de pagamento do trabalho mais elevados, levando-se em consideração o fato de nos mesmos já carecer de atualidade o salário legal. Em virtude dos estudos procedidos pela comissão o Govêrno fixou em 47 guaranís o preço da tonelada de açúcar posta na usina.

O Govêrno, segundo informa "El Pais", de 16 de maio de 1951, tendo em vista os excedentes disponíveis da safra finda e as perspectivas de produção na safra em curso, deliberou iniciar gestões no sentido de vender nos mercados externos açucares somando até mil toneladas. O produto pertencente à safra de 1950 deverá ser exportado refinado.

REPÚBLICA DO SALVADOR

Informa "The Journal of Comerce", de New-York, que trinta usinas da República do Salvador completaram a produção de 501.427 quintais geométricos, dos quais 445.721 de açúcar branco refinado e 55.706 de açúcar não refinado.

De acôrdo com o Ministério da Economia o volume de açúcar com destino ao consumo interno atingirá a cifra de 400.000 quintais. O restante da colheita do ano, proveitosa para exportação, será adquirida na sua totalidade pela República de Honduras, a qual já recebeu 51.807 quintais, em meiados de agosto.

A produção de açúcar do Salvador, êste ano, será prevista em 68.500.000 quintais mais do que em 1946, e a exportação torna-se possível graças à existência, atualmente, de estoques de colheitas anteriores.

O consumo interno tem aumentado progressivamente e de 343.400 quintais, em 1942, elevou-se para 537.964 quintais, em 1946, e êste ano o acréscimo será de 10.000 quintais, aproximadamente.

O aumento de produção verificado no período de 1942 a 1946 foi acompanhado por um aumento nos preços, que subiram no varejo de 13 para 25 colones; no atacado de 9,67 para 23,75 colones; e no comércio de exportação de 8,87 para 36,27 colones. Em consequência o valor total da produção de 4.729.750, correspondentes a 412.000 quintais, elevou-se para 14.859, 308 colonos, equivalentes a 570.000 quintais.

SUÉCIA

[illegible] açúcar bruto [illegible] 1950 [illegible] 1949. A produção de 1950 incluiu cerca de 7 mil toneladas de rama obtidas com beterrabas recebidas da Dinamarca. A média das importações anuais no período 1936-1949 subiu a 309.000 toneladas. O açúcar refinado disponível em 1950 somou 291.000 toneladas. O consumo de açúcar refinado em 1950 alcançou o elevado nível de 356.000 toneladas. As vendas pela Companhia Açucareira Sueca, um monopolio, subiram consideràvelmente no decorrer do primeiro trimestre de 1951. O fato decorreu do aumento das reservas em poder dos atacadistas e varegistas motivado pela expectativa do aumento dos preços. Acreditam os observadores que o consumo de açúcar na Suécia seja superior no ano corrente ao verificado em 1950. As importações de açúcar refinado subiram em 1951 a 106.118 toneladas contra 54.035 toneladas em 1949. O principal fornecedor do mercado suéco foi a Dinamarca, seguida pela Tchecoslovaquia e a Grã Bretanha.

SUÍÇA

A produção de beterraba açucareira somou em 1950 o total recorde de 238.000 toneladas, que permitiram a fabricação de 25.000 toneladas de açúcar refinado. As importações de açúcar atingiram a cifra jámais alcançada de 297.064 toneladas, dos quais 50.632 toneladas de açúcar bruto, 243.317 toneladas de açúcar refinado e 3.115 toneladas de açúcar de outros tipos. As importações de açúcar bruto e refinado, em 1950, representaram, respectivamente, 81 e 17 % contra 84,4 e 12 % em 1949.

Segundo informa o "Weekly Statistical Sugar Trade Journal", de 31 de maio, 81,6 % das importações de açúcar bruto foram de origem cubana e 18 % provieram da Ilha Formosa. Do açúcar refinado 42,8 % foram recebidos da Grã Bretanha pois, durante bôa parte do ano de 1950, o açúcar refinado da rama cubana era mais barato no mercado britânico do que em Cuba. A França e a Tchecoslovaquia foram os dois maiores vendedores de açúcar refinado depois da Grã Bretanha, com 15,3 e 8,05 % respectivamente das importações suíças. O consumo de açúcar em 1950 subiu na Suíça a .. 170.500 toneladas o que evidencia que parte ponderável do açúcar disponível foi destinado à formação de grandes estoques. Os cálculos dizem que a produção de açúcar refinado em 1951 deverá atingir a cêrca de 25.000 toneladas baixando, porém, as importações para 150.000-170.000 toneladas.

MOVIMENTO MUNDIAL DA EXPORTAÇÃO DE AÇÚCAR

Extraímos do F. O. Licht's Sugar Information Service, de 10 de Março de 1951, as seguintes observações do Dr. Hugo Ahfeld :

"No decorrer das discussões relativas à eliminação da falta de açúcar na Alemanha durante as semanas recentes, o Ministério Federal da Nutrição, Agricultura e Florestas referiu-se repetidamente às consideráveis dificuldades que impediam a importação das quantidades necessárias. Quanto às discussões surgidas pela falta geral de moeda forte, não é de nossa tarefa entrar neste assunto.

No resumo que se segue há ùnicamente a intenção de apontar as possibilidades de obtenção de açúcar no mercado mundial. Para êste fim publicamos abaixo uma avaliação relativa à provável exportação dos principais países exportadores do mundo, durante o ano açucareiro de 1950/51, comparada com a dos três anos precedentes.

Em relação a êstes números poderão afirmar o seguinte :

Na zona oriental da Alemanha avaliamos a produção de açúcar de 1950/51 em 800.000 toneladas métricas, valor bruto. De acôrdo com as nossas estimativas o consumo de açúcar em 1949/50 foi de 325.000 toneladas. Devido a grande produção dêste ano, que talvez exceda de 800.000 toneladas, é de se esperar que uma quantidade maior de açúcar será produzida para o consumo interno. No entanto, levando em consideração um consumo interno de 400.000 toneladas, na zona oriental, e um pequeno aumento na estocagem, haverá ainda cêrca de 393.000 toneladas para a exportação. Naturalmente isto não significa que taisquantidades de açúcar apareçam no mercado mundial. Pelo contrário, pode-se prever que, como nos anos anteriores, a maior parte dêste excesso de açúcar seguirá para a Rússia, e sòmente pequena quantidade será liberada a fim de ser exportada para a Escandinávia e a Alemanha Ocidental, como ocorreu em 1949/50. As exportações definitivas dependem das deliberações do poder de ocupação, que ainda exerce o contrôle da economia da zona oriental na Alemanha.

De acôrdo com as mais recentes notícias, a produção de açúcar na Tchecoslováquia aumentou para 880.000 toneladas durante a safra de 1950/51. Levando em consideração que os estoques iniciais eram bastante pequenos ao se iniciar a safra, podemos esperar um aumento, na estocagem, de cêrca de 30.000 toneladas. O racionamento do açúcar continuou na Tchecos-lováquia durante 1949/50 e o consumo do país chegou a 390.000 toneladas, valor bruto. Um consumo de açúcar de 415.000 toneladas em 1950/51 faz prever que 435.000 toneladas podem ser exportadas, comparado com 250.000 toneladas, apenas, em 1949/50. Um acôrdo comercial foi concluído entre a União Soviética e a Tchecoslováquia para fornecimento de consideráveis quantidades de açúcar. Portanto, sòmente parte das . . 435.000 toneladas mencionadas, estará disponível para a exportação para outros países. Pode-se esperar, no entanto, que esta parte já seja superior à quantidade disponível no ano passado.

Na Polônia, a produção de açúcar em 1950/51 superou as expectativas anteriores. De acôrdo com as últimas informações estima-se que a produção de açúcar suba a 1.056.000 toneladas. Durante os últimos anos o consumo de açúcar na Polônia mostrou uma tendência ascendente. Em consequência dêste fato julgamos que o consumo de açúcar em 1950/51 atingirá a cerca de 577.000 toneladas. Considerando estas cifras, aproximadamente . . 470.000 toneladas estarão disponíveis para a exportação em 1950/51. Não obstante a Polônia, exportar, também, grandes quantidades de açúcar para a União Soviética, espera-se que grandes fornecimentos tenham lugar para outros países.

Na Hungria, em 1950/51, a produção de açúcar foi um pouco menor do que em 1949/50. É de se acreditar, pois, que a produção húngara de açúcar declinará, em comparação com a do ano passado. O fato da exportação húngara de açúcar atingir sòmente a pequenas quantidades não é de tanta importância, dentre os limites do mercado mundial, comparada com os outros países acima mencionados.

A Dinamarca conseguiu aumentar sua produção de açúcar para 370.000 toneladas durante o ano de 1950/51, contra 321.047 toneladas no ano passado. O consumo dinamarquês de açúcar ainda está racionado, e não há indícios de ser liberado durante 1950/51. Considerando que o consumo da própria

Dinamarca será, aproximadamente, de 220.000 toneladas e que o pequeno estoque inicial será aumentado, julgamos que uma exportação de 130.000 toneladas poderá ocorrer em 1949/50, contra ... 114.000 toneladas em 1949/50. Como é sabido, a exportação de açúcar da Dinamarca é destinada principalmente aos países Escandinavos, porém, a Alemanha também recebeu considerável quantidade durante o ano passado. Pode-se, assim, esperar que a Alemanha venha a ter a possibilidade de comprar açúcar dinamarquês, em 1950/51.

Quanto à França, verificou-se uma nova situação. A França aumentou a sua produção de açúcar de 880.748 toneladas em 1949/50, para ..... 1.444.444 toneladas em 1950/51. Com êste grande aumento a França ficará possibilitada a exportar grandes quantidades de açúcar para o mercado mundial. Como os leitores sabem, houve durante as semanas recentes negociações relativas à exportação de açúcar francês para a Alemanha Ocidental. Como foi anunciado há pouco pelo Ministério da Nutrição, Agricultura e Florestas, estas negociações resultaram de 125.000 toneladas de açúcar refinado, provando assim que a França, ao contrário do ano passado, está em condições de contribuir com quantidades consideráveis de açúcar para o mercado mundial.

Em Cuba, a exportação de açúcar para outros países, afora os Estados Unidos, importou em ... 2.149.000 toneladas em 1949/50, contra ..... 2.261.000 toneladas em 1948/49. A produção de açúcar em Cuba avaliada em 5.873.000 toneladas em 1948/49. A produção de açúcar em Cuba é avaliada em 5.783.000 toneladas métricas, valor bruto em 50/51, contra 5.557.504 toneladas valor bruto em 1949/50, significando um aumento de cêrca de 300.000 toneladas. Calculamos as possibilidades de exportação do açúcar cubano, excluindo os Estados Unidos, em 2.500.000 toneladas em 1950/51. Acreditamos que esta avaliação foi feita com muita cautela. Em condições políticas e econômicas normais, Cuba poderia na nossa opinião, aumentar a sua exportação de centenas de milhares de toneladas, se houvesse possibilidade de colocação. Notícia digna de menção é a de que Porto Rico poderá exportar diretamente grandes quantidades de açúcar para o mercado mundial. O aparecimento repetido do açúcar portoriquenho no mercado mundial resultou num declínio considerável nas quotas da "New York Cofee Sugar Exchange Inc." Estimamos a provável exportação de açúcar de Porto Rico em 200.000 toneladas. Estas cifras coincidem com as estimativas dos observadores norte americanos.

No Mexico o aumento da produção resultará, provàvelmente, no aumento da exportação. Presentemente, contudo, as quantidades para exportação não representam parte importante. Nesta relação gostaríamos de mencionar os planos do govêrno mexicano para elevar a produção açucareira a 1.500.000 toneladas, nos proximos cinco anos, o que tornará o Mexico num país exportador.

A República Dominicana, o Haiti e outros países exportadores de açúcar das Antilhas demonstram um ligeiro acréscimo em relação aos anos anteriores.

A política do Brasil, quanto à exportação do açúcar, é uma problema de certo modo complexo. Durante os anos-safra de 1948/49 e 1947/48 a exportação de açúcar do Brasil atingiu a 165.000 toneladas e 254.000 toneladas respectivamente, ao passo que nenhuma exportação teve lugar em 1949/50. Levando em consideração uma provável produção de açúcar de 1.746.000 toneladas, comparando com 1.615.332 toneladas no ano passado, deveria haver quantidades disponíveis de açúcar para exportar. A nossa avaliação preliminar é de 100.000 toneladas.

A exportação de açúcar do Perú, durante os últimos anos, foi um pouco além de 300.000 toneladas. Em 1950/51 a produção diminuirá ligeiramente. Não obstante êste fato, pode-se esperar uma exportação de cêrca de 300.000 toneladas.

A situação da indústria açucareira de Java não é fácil de ser definida. Notícias de Java demonstram grandes dificuldades quanto à produção de açúcar em 1950/51. Enquanto que um correspondente avalia a produção, durante a safra, a começar em maio de 1951, em 600.000 toneladas, outros são da opinião de que o resultado não ultrapassará de ... 350.000 toneladas. Em todo caso um apreciável aumento da produção açucareira pode ser antecipado. Êste incremento provàvelmente, resultará, também, numa maior exportação. Consideramos possível uma exportação de 150.000 toneladas. Estamos, porém, cientes de que esta cifra é simples suposição, sujeita a ser corrigida. É preciso levar em conta que ainda continua o racionamento de açúcar, em Java, e que qualquer mudança no consumo local influirá nas possibilidades de exportação.

A produção açucareira de Formosa em 1950/51 é avaliada em apenas 400.000 toneladas, contra .. 615.378 toneladas do ano passado. Em vista dêste declínio abrupto da produção é de se esperar, certamente, a redução da exportação. Avaliamos a possível exportação de 1950/51 em 300.000 tonela-

EXPORTAÇÃO DE EXCEDENTES DE AÇÚCAR

A Comissão Executiva do I. A. A., em sua sessão de 18 de abril de 1951, tomou conhecimento dos têrmos da carta dirigida pelo Sr. Gil Maranhão ao vespertino "A Notícia", desta capital, determinando fossem os têrmos da mesma transcritos no BRASIL AÇUCAREIRO.

É a seguinte a carta do Sr. Gil Maranhão:

"Rio, 16 de abril de 1951. — Ilmo Sr. Doutor Chagas Freitas. M. D. Diretor da "A Notícia". — Nesta. — Ilustrado patrício: — A propósito do editorial publicado em seu conceituado vespertino, edição de 13 do corrente, relativa à exportação de açúcar, vimos oferecer a V. S. e solicitar a publicação dos esclarecimentos que julgamos necessários.

Assumimos inteira responsabilidade com relação aos dados e afirmativas contidos na exposição anexa, e feitas com o conhecimento de causa de membro da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Álcool e de Secretário da Subcomissão de Exportação, criada desde 1948 e que até hoje tem primado pelo acêrto de seus estudos e deliberações.

Muito agradecido pela atenção que puder dispensar à presente, subscrevo-me, atenciosamente. — (a.) *Gil Maranhão.*"

Publicou a "A Notícia", em sua edição de sexta-feira, 13 do corrente, com o título aberto no alto da primeira página, um editorial sôbre a exportação de açúcar, a propósito do qual julgamos oportuno os seguintes esclarecimentos.

Pernambuco é a unidade federal tradicionalmente exportadora dos excessos de açúcar do país, por ser o Estado maior produtor e concentrar sua produção no pôrto de embarque mais próximo dos mercados mundiais. O Estado não produz nenhum tipo de açúcar especialmente destinado à exportação. Assim, é que, na última safra, 1949/50, todo o açúcar de sua produção dos mesmos tipos da atual colheita, foram totalmente colocados no mercado interno. Quando se verifica necessidade de exportar, dá-se preferência aos tipos mais finos, deixando-se o tipo cristal, mais barato, para o suprimento do país. Os tipos chamados "granulados", preferidos pelo mercado externo e de melhores cotações, proporcionando ao país mais divisas, não permite, todavia, ao produtor a obtenção de preço superior aos oficiais, para o mercado interno, revertendo a diferença que houver para o Fundo de Compensação.

No início da corrente safra, em agosto de 1950, o Instituto do Açúcar e do Álcool, balanceando as estimativas da produção e do consumo, previu um excedente de sôbre as necessidades internas de cêrca de 1.300.000 sacos. Deliberou, então, exportar ... 500.000 sacos e aguardar o desenvolvimento da safra para decidir sôbre a exportação do restante.

Verificando-se a formação de estoques anormais no Nordeste, principalmente em Pernambuco, passou a ser estudada a necessidade de venda para o exterior de um segundo lote de 500.000 sacos, havendo a Comissão Executiva, composta de antigos representantes ministeriais e de produtores do norte e do sul, aprovado em fins de março, por unanimidade, a indicação, também, unânime, da Subcomissão de Exportação, no sentido de ficar o presidente do Instituto autorizado a promover a exportação até aquela quantidade, com o necessário resguardo do abastecimento do país.

Os dados mais recentes, relativos a 31 de março, reforçam a necessidade da exportação.

Assim, comparando-se a posição dos estoques, da produção e do escoamento para o mercado inter-

---

das, comparadas com as 514.000 toneladas do ano passado e as 50.000 de 1948/49

Em resumo, a provável exportação mundial de 1950/51 resulta numa soma total de 6.140.000 toneladas métricas, valor bruto, em comparação com 4.876.000 toneladas em 1949/50 e 4.871.000 toneladas em 1948/49. Temos portanto que isto significa um aumento de cêrca de 1.264.000 toneladas em 1950/51 em relação a 1949/50. Quanto às quantidades requeridas, não pode haver dúvida de que as possibilidades de fornecimento de açúcar à Alemanha Ocidental são bem melhores na atual safra de 1950/51 do que na safra anterior. Além disso considerando que, segundo avaliação oficial do consumo de açúcar da Alemanha Ocidental, são necessários apenas de 50.000 a 100.000 toneladas, podemos afirmar que esta quantidade não tem maior significação no quadro da exportação açucareira mundial. O problema a ser solucionado é, sobretudo, o da moeda forte.

no naquela data dos dois últimos anos, [illegible] o seguinte, relativamente a Pernambuco

Estoque a 31/3/50	1.451.316 scs.	
Entradas posteriores	420.839 scs.	[illegible]
Estoque a 31/3/51	2.403.691 scs.	
A entrada na base de . . 8.000.000	623.357 scs.	3.027.051 [illegible]
Estoque a maior em 1951		1.154.896 [illegible]

Êsses números mostram que o Estado de Pernambuco conta com um volume de açúcar superior em 1.154.896 sacos ao que escoou para o mercado interno até o final da safra anterior, no mesmo período. Com os insistentes reclamos da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, tomou o Govêrno providências no sentido de proceder ao embarque para o mercado interno do açúcar já vendido, podendo considerar-se normalizado o abastecimento da principal região consumidora do país que tem por centro o Rio e São Paulo, não sòmente em face dêsses embarques, como pela proximidade da nova safra, a começar no vindouro mês de maio, a qual, sòmente no sul do país, deverá exceder a safra anterior em 1.200.000 sacos.

Com relação ao Rio Grande do Sul, Estado grande consumidor e não produtor, a situação do abastecimento é a mais lisonjeira, oferecendo os últimos dados disponíveis, referentes ao mês de fevereiro, em comparação com os do mesmo período dos anos anteriores, quanto às entradas pelos portos de Pôrto Alegre e Pelotas, o seguinte desenvolvimento :

Safra	1948/49	794.134 sacos
"	1949/50	815.776 "
"	1950/51	1.165.269 "

Relativamente aos estoques, os únicos dados que possuímos, são os referentes a Pôrto Alegre e zonas tributárias, a 28 de fevereiro :

1949	205.000 scs.
1950	210.000 "
1951	350.000 "

Ainda, segundo informações disponíveis, as entradas no mês de março superaram as de fevereiro.

É preciso esclarecer que os estoques do Rio Grande do Sul, como os dos Estados e regiões não produtoras, não são levantados pelo Instituto, que, assim, considera estatìsticamente consumido o açúcar cuja posição lhe escapa.

O consumo apurado pelo Instituto é o de saídas para o consumo. O consumo efetivo é representado pela média das saídas anuais que apresenta uma taxa de crescimento inferior a seis por cento.

O consumo efetivo para a corrente safra, segundo os melhores cálculos, não deverá passar de 23.000.000 de sacos, para uma produção que seguramente atingirá o volume de 24.850.000 sacos, a maior da história do Brasil, a ser por sua vez largamente ultrapassada, segundo as estimativas disponíveis, pela safra próxima vindoura".

[illegible] USINA DOMINICANA

[illegible] Central Romana [illegible] considerada [illegible] República Dominicana [illegible] do país [illegible] 18.000 dedicados a [illegible] 10.000 em [illegible] 70.000 [illegible] área coberta por 232 kms. de [illegible] ferro [illegible] e 365 kms. de linhas telefônicas.

Durante a colheita a usina emprega [illegible] de 1.100 carros de bois, e à época da moagem 20.000 operários, dos quais 6.000 cortadores de cana.

A direção da Central Romana procura torná-la auto-suficiente, assim, constrúin ela própria suas estradas, pontes e barragens, bem como uma torre de rádio. Para seus operários edificaram-se 900 casas, um moderno hospital, clube rural e 85 armazens de provisões. Gigantescos entrepostos guardam milhares de instrumentos, indo dos cilindros das moendas aos pulverizadores de inseticidas, representando o valor total de dois milhões de dólares.

Há ali 36.000 cabeças de gado : bois para tração, cavalos de sela, jumentos, mulas, etc.

A instalação de moagem tem capacidade para moer 4.500-5.400 T. em 24 horas. Na safra 1949-50 a Central Romana produziu 133.057 T. de açúcar bruto, tendo refinado 9.000 T. e exportado o restante.

Uma tonelada de cana dá aproximadamente 120 ks. de açúcar bruto, 19 litros de melaço e 110 k. de bagaço: o resto é água.

A produção recorde foi registrada em 1944 com 160.789 T. de açúcar bruto, resultantes da moagem de 1.181.986 T. de cana.

Devido ao elevado preço do saco de juta, a partir de 1949 a usina principiou a usar barris para embalagem do produto, sendo exportadas então, 36 T. acondicionadas dessa forma.

NOVOS HORIZONTES DO AÇÚCAR

A indústria açucareira tomou posição entre as cinco mais importantes indústrias mundiais de alimentação. Deve-se êsse destaque ao grande valor alimentício do açúcar, quer de cana quer de beterraba, o qual fornece maior número de calorias que qualquer outro alimento.

Sabia-se de há muito no fabrico do pão que o açúcar formado no seio da massa fermenta sob a ação da levedura para formar as bolhas características às quais deve o produto a sua leveza. Recentemente conseguiu-se preparar partindo do açúcar de cana um fermento que promete melhorar o regime alimentar de milhões de sêres humanos. De acôrdo com os resultados de estudos empreendidos na Jamaica 14 gramas dêsse fermento bastam para fornecer ao organismo humano a sua ração diária de proteínas e vitamina B. O novo fermento é da mesma família do fermento da cerveja e se reproduz 64 vezes em nove horas. Pode ser consumido isolado ou adicionado a diversos gêneros alimentícios que ajuda a enriquecer. Calcula-se que um hectare de cana de açúcar aplicado na fabricação dêsse fermento fornece 840 vezes mais proteínas que qualquer outra planta.

Constatou-se na indústria relativamente recente dos legumes congelados, bem como na das conservas alimentícias, que a qualidade dêsses artigos é sensívelmente melhorada pela adição de açúcar. O emprêgo de açúcar nesse domínio é perfeitamente lógico pois a acumulação de açúcar nas plantas desempenha papel importante no sabor dos legumes frescos. Ora, durante o armazenamento que precede à preparação, os legumes tais como o milho e o "petit-pois", perdem parcialmente o seu saber em consequência da transformação do açúcar em amido sob a ação dos enzimas. A função do açúcar adicionado é, pois, de lhe restituir o sabor que tinham no momento da colheita.

A partir de 1883 os botânicos admitiam que a formação de açúcar nos vegetais estava ìntimamente ligada ao respectivo crescimento. Observara-se, sobretudo, que uma folha verde não deixa jámais de formar açúcar quando exposta à luz solar. Recentemente uma experiência feita na Califórnia determinou o papel do açúcar no crescimento das plantas. Verificou-se que plantas de tomate colocadas na escuridão deixam de crescer depois de 30-40 horas quando as suas reservas de açúcar estão esgotadas. O crescimento recomeça tão pronto se lhes fornece açúcar mediante injeções nas hastes, ou de preferência mediante a aspersão das folhas com uma solução a 10 %. Essa técnica oferece a possibilidade não sòmente de ativar o crescimento das plantas de estufa quando a luz solar baixa, mas também de estender mais ao norte os limites de determinadas culturas.

Um progresso alcançado há pouco no domínio das conservas alimentícias é o emprêgo do glutamato monosódico, substância cristalina branca, derivada de um sub-produto da fabricação do açúcar de beterraba conhecido na indústria sob a denominação de resíduo de Steffen. Embora sem sabor o glutamato monosódico possui a notável propriedade de sensibilizar as glândulas salivares e de pôr em relêvo os aromas mais subtís dos alimentos aos quais foi adicionado. Êsse resultado não é de modo algum afetado pela cocção, o congelamento ou a preparação em conservação. Nos Estados Unidos o seu maior emprêgo, atualmente, é na preparação de sopas em conserva ou em pó.

A assimilação do açúcar pelo organismo humano é objeto de estudos científicos há bastante tempo. Os médicos atribuem ao açúcar um tão grande valor nutritivo que não exitam em autorizar a sua adição ao leite de vaca na alimentação das crianças na primeira infância. A dextrina, matéria gomosa e esbranquiçada produzida pela ação de certos fermentos sôbre o açúcar, constitui um sucedâneo eventual do plasma sanguíneo, suscetível de ser produzido economicamente em caso de emergência. Certos preparados à base de dextrina têm a propriedade de separar do plasma os glóbulos vermelhos e os glóbulos brancos e de lhes servir, em seguida, de veículo tendo em vista ulterior utilização.

O açúcar invertido, mistura líquida de dextrose e levulose (que são os dois elementos constitutivos do açúcar ordinário ou sacarose), é administrado a alguns pacientes deficientes por meio de injeções endovenosas. Atribui-se à fração de levulosa a melhoria do metabolismo observada no tratamento clínico pela via endovenosa do açúcar invertido estéril.

Embora menos conhecidas as aplicações dos subprodutos do açúcar contribuiram para elevar os ganhos da indústria açucareira e para reduzir, portanto, o custo de produção do açúcar. A folhagem e o bagaço da beterraba são ricas em elementos nutritivos de primeira ordem para o gado. Os melaços são utilizados na fabricação da aguardente e do álcool

industrial e, em menor escala, na alimentação do gado de grande porte.

O único emprêgo conhecido durante muitos anos do bagaço de cana foi como combustível nas caldeiras das usinas. Mas a partir de 1939 uma usina do Perú passou a utilizar parte ponderável do bagaço na fabricação de papel. A produção abrange uma gama de artigos : sacos reforçados (de 1 a 6 espessuras), grandes sacos de 1 a 12 quilos, papeis de embrulho de cinco qualidades diferentes, papéis de embrulho à base de sulfito, papelão ondulado para caixas, papel de jornal e papel extra fino para correspondência aérea.

A única fábrica de papel do mundo que produz em escala industrial papéis finos de impressão e de máquina de escrever, tendo como matéria prima o bagaço de cana está situada nas Filipinas. Instalada em 1941 suspendeu suas atividades durante a ocupação japonesa para só reiniciá-las em 1949. A sua produção é calculada em cerca de 4.500 toneladas de papel fabricado quasi que exclusivamente a base de pasta do bagaço local.

Em janeiro de 1950 um jornal americano imprimiu tôda a edição diária em papel fabricado com pasta de bagaço esbranquiçada. Êsse papel era muito mais rígido que o papel de imprensa ordinário e não se prestava para tal fim. É de prever, pois, que no futuro os fabricantes de papel norte-americanos prefiram misturar a pasta de bagaço à de madeira, visto esta última ter as fibras maiores. Nas atuais condições a pasta de bagaço é menos cara que a pasta de madeira e não deverá haver dificuldades para dosar os dois tipos de pasta de modo a obter qualidades de papeis satisfatórias para a produção de sacos, papel de embrulho e mesmo papelão.

O outro escoadouro eventual para o bagaço é a produção de briquetas análogas ao aglomerado de carvão de madeira. Prevê-se que a maior parte das usinas poderia anexar uma instalação dêsse tipo, exigindo mão de obra reduzida e não especializada, e cuja produção de briquetas seria fácil de escoar nas regiões próximas para finalidades de aquecimento e combustivel.

Outras pesquisas foram empreendidas visando a utilização do bagaço para a produção de xilitol, produto, de composição análoga à da glicerina ou da Sorbite. O emprêgo eventual do xilitol nas indústrias plásticas resta por estudar. Se êsse produto oferece interêsse para as resinas do tipo gliptal é possivel que se cuide de recuperar os xilênios do bagaço.

Os melaços que constituem outro sub-produto abundante das fábricas de açúcar seja de beterraba seja de cana tornam até [illegible] escoadouros importantes na fabricação de álcool industrial. O desenvolvimento da indústria dos álcoois sintéticos obrigará porém a indústria açucareira a procurar novas utilizações para os melaços. O mais indicado parece ser a alimentação do gado, já importante no passado mas que poderia ser desenvolvido numa escala maior, notadamente sob a forma de forragem ensilada. Designa-se sob êsse nome a forragem preparada nos silos a partir de matérias vegetais de um teor suficiente em açúcar para suportar a fermentação lática. O processo utilizado nos Estados Unidos nas regiões de cultivo do milho consiste em cortar as hastes verdes do milho e depositá-las em silos onde fermentam. Nas regiões que não cultivam milho poder-se-ia preparar uma forragem similar juntando ao feno e à alfafa, menos ricos em açucar, um hidrato de carbono fornecido pelos melaços.

Poder-se-ia utilizar, igualmente, os melaços para produzir a custo reduzido o ácido lático que encontra largo consumo nas operações de curtir e na indústria das matérias plásticas. São conhecidos atualmente dois processos de fabricação, um à base de fermentação, e outro puramente químico, que consiste em aquecer os melaços com alcalis apropriados. Não se logrou, porém, até agora, estabelecer um processo econômico para a purificação do acido lático assim obtido.

Entre os sub-produtos não alimentícios da indústria açucareira convém citar ainda, a sacarose de alilo. Êsse produto poderia servir para fabricar vernizes de grande resistência aos solventes e ao calor para a indústria do mobiliário e outros empregos. Embora o preço seja ainda um pouco elevado em relação ao de outras matérias plásticas dispõe o produto de aplicações interessantes, sobretudo para melhorar as qualidades dos óleos secativos como o óleo de soja.

O número de derivados do açúcar se eleva a milhares. As pesquizas de laboratório neste domínio prosseguem sem cessar. Atualmente os químicos estudam certo número dêsses derivados para utilizá-los como emulsivos na indústria notadamente dos produtos alimentícios, a partir da colheita.

O domínio das pesquisas na indústria açucareira é pràticamente ilimitado. Como a indústria açucareira sofre periòdicamente crises de super produção a descoberta de novas aplicações encerra interêsse vital, tanto para os fornecedores como para os fabricantes, a fim de libertá-los das frequentes oscilações das cotações do açúcar nos mercados mundiais.

(Traduzido de «Esso Oiway.». vol. III — N. 6-1950).

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA JAVANESA

O relatório suplementar n. 7, do "F. O. Licht's Sugar Information Service", de 11 de abril de 1951, transcreve o artigo do Dr. K. Douwes Dekker, Diretor do Instituto de Pesquisas Açucareiras, relativo à situação da indústria do açúcar na Ilha de Java. O autor assinala, inicialmente, o caráter instável das atuais condições na Indonésia afirmando que, em consequência, os dados disponíveis devem ser tomados com a devida reserva. Em seguida faz referência ao processo de emancipação política que levou as Índias Orientais Holandesas a se transformarem na República da Indonésia após breve passagem pelo estágio intermediário dos Estados Unidos da Indonésia.

Ao terminar o ano de 1950 pràticamente tôdas as plantações e usinas se encontravam, novamente, em mãos dos antigos proprietários. As fábricas estão sendo reparadas com os materiais disponíveis em Java e postas a funcionar nas melhores condições possíveis no momento. Periòdicamente surgem notícias sôbre planos de nacionalização da indústria açucareira. A medida, porém, não parece iminente. Os proprietários holandeses, no entanto, mostram-se relutantes no que toca a novos investimentos financeiros na indústria, enquanto a situação política não estiver mais clara.

Durante a ocupação japonesa muitas usinas foram destruídas ou desmontadas para serem instaladas em outras regiões da Ásia. Findo o conflito algumas dessas fábricas puderam ser recuperadas na Malásia e no Sião. As plantações foram reiniciadas em 1948, embora a moagem nesse ano haja sido reduzida. Em 1949 foram colhidos 56.000 acres dando uma produção de 244.000 toneladas curtas de açúcar. O rendimento por acre foi apenas 60 % do de antes da guerra, quando alcançava a 7,5 toneladas curtas de cristal por acre.

No comêço de 1950 calculou-se viessem a operar na safra 30 fábricas aptas a fabricar 365.000 toneladas de açúcar com a cana colhida em 68.000 acres cultivados. No entanto os acontecimentos políticos subsequentes comprometeram tais cálculos, verificando-se um período de roubos de canas nos campos que trouxe sérias dificuldades à indústria.

Presentemente o agricultor javanês, afora a renda que recebe pela terra que arrenda à usina para a plantação de cana e afora, também, o seu salário como trabalhador na próprio terra, por conta da usina, não tem interêsses diretos na fabricação de açúcar. Foi advogada a vantagem de se estabelecer um sistema de moagem das canas de fornecedores autônomos javaneses pelas usinas de propriedades dos europeus. Êstes, porém, não concordam com a proposta, embora seja evidente, devido à nova situação surgida no país, a conveniência de dar ao fornecedor javanês maior interêsse no esmagamento da cana por êle produzida. Trata-se, sem dúvida, de um dos problemas mais importantes a ser resolvido em futuro próximo.

Para a safra de 1951 foi cultivada uma área muito maior e dada a disponibilidade de fertilizantes calcula-se seja possível obter um rendimento agrícola mais elevado. A Estação Experimental de Pasoeroean está funcionando outra vez, embora com um quadro de pessoal menor. A seleção de canas foi reiniciada e novas variedades estão sendo experimentadas. Com a assistência dos departamentos químico e técnico da estação um novo tipo de instalação para sulfitação contínua foi pôsto em serviço numa usina, evidenciando apreciável economia de produtos químicos com se deduz dos números abaixo :

	1940	1950
Libras de enxofre por tonelada curta de cana	1,54	0,96
Libras de cal por tonelada curta de cana	2,82	2,46
Sais de cal contidos no caldo clarificado	536 mgs CaO por litro	447 mgs CaO por litro

Estão previstos diversos aperfeiçoamentos nesta experiência de modo a tornar a instalação inteiramente automática, guiada por dois medidores de pH Micromax.

O autor conclui afirmando que os técnicos e industriais do açúcar holandeses revelam grande perseverança, havendo numerosas demonstrações de dificuldades por êles superadas. No entanto o êxito no refôrço de restauração da indústria nos seus antigos níveis depende, essencialmente, da capacidade governamental para restabelecer a ordem e proteger os interêsses europeus e da habilidade dos usineiros de adaptarem o seu negócio às novas condições surgidas no país.

A PALHADA DOS CANAVIAIS

A "Folha da Manhã", de S. Paulo, em sua edição de 28 de abril de 1951, publicou, sob o título acima, a seguinte informação:

"O velho hábito das queimadas ainda persiste no espírito de muitos lavradores. Já é tempo, porém, de acabar com essa prática primitiva, empírica e prejudicial, para substituí-la por processos racionais e equilibrados de trabalho. No que diz respeito à cana de açúcar, são inúmeros os prejuízos causados pela queima da palha após o término da colheita.

A ação do fogo enfraquece sensìvelmente o terreno, que tende para a esterilização. Destruída a matéria orgânica que cobre o solo, o fogo deixa-o mais pobre, uma vez que tira o humos, o fator mais importante na fertilidade da terra. Sem humos não pode haver vida vegetal.

O papel do humos no solo é múltiplo e complexo; fornece os elementos nutritivos imprescindíveis à vida das plantas; torna as terras compactas mais leves, e mais coêsas as terras soltas; possibilita a vida microrgânica, o que é essencial para a vida dos vegetais; conserva a umidade na terra, etc. "A questão do humos é uma questão de vida ou morte", dizia com razão Pereira Barreto. Tôda a agricultura depende da tênue camada humífera da crosta arável da terra. Uma vez esgotada essa camada não há mais cultura possível.

Calcula-se que um alqueire de canavial produz de vinte a vinte e cinco toneladas de palha. A destruição dêsse material pelo fogo corresponde a perda de considerável quantidade de humos e de 200 a 250 quilos de azoto, elemento êste de grande importância para o rendimento da lavoura. Em condições médias, são necessários 1.250 quilos de sulfato de amôneo, para compensar as perdas orgânicas de um alqueiro de palha destruída pelo fogo.

Mas, não é só isso. A conservação da palha no terreno concorre para a manutenção e retenção da humidade, possibilitando ao canavial maior resistência às sêcas e maior rendimento na produção. A crença de que o fogo favorece a brotação das socas não é verdadeira. Se as socas nascem melhor depois da queima, sofrerão logo em seguida a falta de umidade provocada pela evaporação do terreno descoberto; além disso, também sofrerão com o mato que cresce mais depressa e concorre com as plantas, roubando fertilidade e umidade do solo.

Outro grande inconveniente da queima da palhada é favorecer enormemente o desenvolvimento da broca da cana. Segundo observação feita na antiga estação experimental de cana, de Piracicaba, a queima da palha destroe completamente os inimigos naturais da broca, enquanto, quase sempre a mariposa da broca voa para o canavial vizinho, onde vai constituir novos focos de infecção.

Uma vez brotada e crescida a soqueira, as mariposas da broca existentes nas plantações adjacentes vêm depositar nas folhas das canas seus numerosos ovos, dos quais nascem as pequenas larvas, que descem das folhas para os colmos, onde penetram. A infestação será tanto maior quanto mais livre estiver a cultura dos inimigos naturais da broca. Quando a queima da palhada fôr praticada durante muitos anos seguidos, o desenvolvimento da broca toma aspectos desoladores.

Experiências realizadas em vários engenhos, revelaram que onde a infestação da broca atingia a 50 %, baixou em um ano a 16 %, com a simples medida de não queimar a palhada.

A afirmativa de que o enterramento da palhada encarece o tratamento da cultura não tem razão de ser, pois há o meio prático de enleirar a palha, o que muito economicamente permite desobstruir as fileiras de socas e proteger o solo nas ruas intermediárias.

Conforme recomendações da estação experimental de Piracicaba, a palhada deve ser enleirada de duas em duas ruas, alternando-se tôdas as ruas de modo que uma possa receber diretamente o sol enquanto a outra conserva a umidade. No ano seguinte, as ruas que não receberam palhada passam a recebê-la e vice-versa.

Vê-se, pois, que a palha dos canaviais não deve ser queimada, não só para manter a riqueza de humos no solo e a água de que tanto necessitam as plantas, como para evitar maiores prejuízos com a terrível broca da cana."

PRODUÇÃO E MOVIMENTO DE ÁLCOOL NO MUNDO

MÉXICO

O "Boletim Azucarero Mexicano", em seu número de abril de 1951, indica haverem sido faturados para venda, no primeiro trimestre do corrente ano, 7.251.403 litros de álcool. Dêsse total foram exportados apenas 67.876 litros, total de uma única venda realizada em janeiro. Em igual período de 1950 o total das vendas alcooleiras atingiu a ... 7.883.180 litros.

VENEZUELA

A indústria alcooleira, florescente há alguns anos, encontra-se presentemente em situação difícil, com uma crise de super-produção das mais sérias. A revista "Producción", de maio de 1951, informa que as destilarias dispõem de estoques superiores a três milhões de litros sem possibilidades de colocação. Diz a publicação que a crise decorre, sobretudo, da redução da saída de álcool para a indústria de licores pois o consumo na indústria farmacêutica, de perfumes, etc. continua subindo. Os fabricantes de álcool dirigiram-se ao Govêrno solicitando medidas capazes de amparar a indústria alcooleira e sugerindo, inclusive, sejam suspensas as importações de álcool para os centros assistenciais oficiais.

O BAGAÇO E O PAPEL

Conforme acentua "Cuba Económica y Financiera", número de março, a escassês, em parte já existente e, em parte eminente, de pasta para papel e o efeito desta situação na defesa nacional dos Estados Unidos, torna atual como nunca a possibilidade de fabricar papel de bagaço. Nos últimos meses vários fabricantes de papel procuraram o Sugar Research Foundation para inquerir sôbre as possibilidades de obter pasta à base de bagaço. Vale a pena mencionar que a escassês de materiais para caixas e embalagens de papelão, papel, etc., será de cinco milhões de toneladas em 1951. *A escassês seria inevitável, mas a situação foi agravada pelas necessidades do programa de defesa.*

Fazer pasta para papel com bagaço é idéia conhecida e sem dúvida se pode manufaturar um material de boa qualidade. Porém, o problema, até o presente, tem sido obter um rendimento comercialmente aceitável, em relação ao custo da pasta, abastecimento dágua, transporte, etc. Todavia o custo nas circunstâncias atuais e a situação cada dia mais crítica no mercado de pasta, está alterando a posição do bagaço como fonte para a produção de papel.

Muito se tem falado do rendimento relativamente baixo em pasta de boa qualidade obtido de cada tonelada de bagaço. Sabe-se, porém, que é possível melhorar a qualidade da pasta, extraindo-lhe primeiro o bagacilho, ou bagaço fino do bagaço bruto. Se fôsse possível descobrir colocação apropriada para o bagacilho, o resultado sôbre o aspecto econômico da fabricação de papel do bagaço seria excelente. Há indicação de que algo nêste sentido é possível. Recentemente foram concluídas experiências com rações para animais utilizando-se espigas de milho moídas. O êxito obtido foi tal que foi sugerida a possibilidade do bagacilho ter valor similar, devido à sua composição químico-física muito parecida com a da espiga do milho.

O Dr. E. C. Lathrop, Chefe da Divisão de Resíduos Agrícolas do Laboratório Regional de Investigações do Norte, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, efetuou uma série de experiências preliminares para a separação do bagacilho da fibra mais grossa, depois de tratar o material numa máquina apropriada. Também vale consignar que um novo método de fazer polpa de bagaço deu excelentes resultados em experiências preliminares para tratar a fibra assim separada. Muitos dêstes dados estão mencionados no trabalho apresentado pelo Dr. Lathrop à American Society of Sugar Cane Technologists, em 22 de fevereiro do corrente ano, em Houma, Louisiana.

Despertou, também, grande interêsse a possibilidade de fabricar briquetas *de carvão à base de bagaço carbonizado, utilizando algum aglutinante. O bagacilho não serve para a produção de polpa para papel, então êsse produto poderia ser utilizado na confecção de* briquetas *de carvão de bagaço, deixando as partes das fibras mais largas do subproduto para a elaboração de pasta de papel. Eis, portanto, uma aplicação imediata e prática para o bagacilho.*

O PROCESSO AMATOS DE FERMENTAÇÃO CONTÍNUA

Sob o título acima, o Sr. Earl L. Symes, ex-representante no Brasil da Divisão Petree & Dorr, da Dorr Co., Engenharia, de Nova York, publicou o artigo que transcreveremos abaixo da revista norte-americana "Sugar", de fevereiro último. O Processo Amatos, de que BRASIL AÇUCAREIRO já deu notícia em suas edições de agosto de 1946 e abril de 1947, é de autoria do Sr. Aníbal Ramos de Matos, Chefe da Inspetoria Técnica do I. A. A. em Recife e professor da Escola de Engenharia de Pernambuco.

Acontecimentos recentes tornaram possível o desenvolvimento de um processo prático de fermentação contínua de grande interêsse para muitas indústrias. Em pouco mais de um ano, o melaço final da Lousiana subiu de 5 para 32 centavos o galão, preço médio registrado na semana que findou a 11 de janeiro de 1951. O melaço das Índias Ocidentais custa pouco menos, não obstante o fato de o melaço cubano da quota exportável em 1951 ter sido vendido a 20 centavos o galão.

Quando se considera que são necessários de 2 ½ a 5 galões de melaço padrão para produzir um galão de álcool etílico absoluto, é fácil compreender a importância da redução do custo da matéria prima de um dólar por galão de álcool da mais baixa eficiência a cêrca de 50 centavos, com o mais alto rendimento.

O processo Amatos de fermentação contínua tem evoluído desde 1945, com especial cuidado pelos principais fatores que controlam a eficiência elevada, tais como a acidez, pureza e concentração dos levedos, nutrientes, temperatura e contaminação.

O Dr. Aníbal Ramos de Matos tem sido por muitos anos engenheiro-assistente e professor de química no Estado de Pernambuco. Na Conferência de 1945 realizada em São Paulo pela Associação Brasileira de Química, descreveu êle o seu processo de fermentação contínua e forneceu detalhes dos resultados obtidos nas primeiras aplicações. Registrou patentes em vários países, incluindo o Brasil, com o nº 31.601; os Estados Unidos, sob o nº 2.451.156; a Argentina, nº 58.120/7.8141 e o Uruguai, sob o nº 3.289. Uma das primitivas instalações Amatos em Pernambuco é a da Usina Santo Inácio, com a capacidade diária de 5.000 litros de álcool absoluto (1.320 galões). Tem operado continuamente por períodos de dez a 15 dias com rendimentos acima de 90 % do teórico de Pasteur. Não se empregou a esterilização, a despeito da qualidade pobre do melaço e da água usados, desde que o suprimento abundante de levedos foi suficente para superar essas desvantagens.

Outra instalação foi feita na Usina Barão de Suassuna, em Pernambuco, com capacidade diária de 6.000 litros (1550 galões) de álcool absoluto. Foi empregado melaço de baixa qualidade com Brix médio de 71.9 e 49 % de açúcares redutores fermentáveis. A massa foi tratada entre 18 e 20° Brix e depois de 8 horas ou menos o conteúdo alcoólico variou de 7.5 a 8.2 % no alambique. Êstes dados são o resultado médio de um período de sessenta dias, quando foi obtida a eficiência de 92 % em comparação aos 70 % conseguidos com o antigo método de trabalho. Os proprietários da Usina Barão de Suassuna, em 20 de setembro de 1950, escreveram dizendo estar bem satisfeitos com o Processo Amatos de Fermentação Contínua, fazendo especial referência à simplicidade da operação, aos altos rendimentos, economia de vapor, elementos químicos e trabalho, bem como à capacidade de produçao mais alta dos alambiques com a alimentação mais concentrada. Também a pequena área ocupada pelo Processo Amatos foi ressaltada, desde que além da habitual sala de fermentação, tanques de mistura, etc., o equipamento especial incluiu apenas dois fermentadores e um decantador.

A economia de espaço e de tanques de aço é muito importante nas novas instalações, bem como na remodelação do velho equipamento de fermentação. Uma instala-

ção para 15.000 litros (4.000 galões) diários de álcool absoluto pelo Processos Amatos de Fermentação Contínua consiste de dois fermentadores de cêrca de 36 pés ou onze metros de altura por quatorze pés ou quatro metros de diâmetro, com capacidade para aproximadamente 140.000 litros (... (30.000 galões) cada. O decantador é de cêrca de 20 pés de altura ou seis metros por 16 ½ pés ou cinco metros de diâmetro, com capacidade aproximada de 113.000 litros (30.000 galões). Os três tanques de aço são cobertos e os gases de fermentação retirados para preenchimento com álcool. São aparelhados com instrumentos de contrôle com as bombas e as tubulações necessárias, a fim de oferecer eficiência completa à instalação. Não há necessidade de centrífuga, desde que a concentração de levedo é mantida sem recuperação mecânica. Também não é necessária aparelhagem para cultura de levedo puro, pois que podem ser empregados levedo comercial ou tipos especiais continuamente após a semeadura preliminar.

O uso de equipamento comum para a capacidade diária de 15.000 litros (4.000 galões) exigira cêrca de 8 fermentadores com uma capacidade total de cêrca de ... 175.000 galões (663.000 litros), incluindo pre-fermentadores. Como foi assinalado acima, a capacidade total dos três tanques usados no processo Amatos seria aproximadamente de 105.000 galões (397.000 litros) ou cêrca de 40 % a menos de volume, com uma redução correspondente na montagem com chapas de aço. Em muitas destilarias existentes e que possuem fermentadores de aço de boa qualidade, os três tanques do processo Amatos poderiam ser construídos pelo seccionamento e ligação dos fermentadores do velho processo sem necessidade de despesa com novo aço. Seria de grande vantagem a substituição dos tubos de madeira pelos do Processo Amatos de Fermentação Contínua, onde as temperaturas apropriadas podem ser obtidas com despesas menores para resfriamento de água, etc. Tôdas as instalações de fermentação pelo processo de cozimento, especialmente as menores, onde prevalece a baixa eficiência, deveriam ser cuidadosamente estudadas diante das novas condições de alto custo da matéria prima, visando assegurar maiores rendimentos com o Processo Amatos de Fermentação Contínua.

Oito novas instalações estão no momento em construção no Brasil e mais ainda estão projetadas. Algumas são para a produção de rum ou aguardente e outras para álcool industrial bem como para álcool absoluto. As vantagens agora encontradas no processo Amatos são: baixo custo de produção; equipamento menos dispendioso; economia em combustível e trabalho; redução no consumo de elementos químicos; contrôle técnico mais simples; maior recuperação industrial; eficiência aumentada na fermentação; maior capacidade de destilação com maior concentração alcoólica. O contrôle efetivo da contaminação no levedo conduz a um nível mais constante de qualidade no álcool final produzido, especialmente quando necessário para bebidas ou usos aromáticos.

ALGO SÔBRE FLORESTAS

Pimentel Gomes

No Brasil, como em todos os países novos, foi necessário devastar parte da floresta para abrir lugar às lavouras, invernadas, cidades, estradas e fábricas. Infelizmente, aqui como alhures, levou-se muito longe o desflorestamento. Devastou-se demasiado, às vezes em pura perda. Urge mudar de rumo, para não transformarmos o Brasil num amplo deserto, como aconteceu no Saara e pelo menos num trecho dos Estados Unidos, conhecido, agora, sob a denominação de Caldeirão de Pó — «Dustbowl». Ademais, a floresta, além de contribuir para melhorar o microclima, regularizar o regime dos rios e das fontes, controlar as erosões e deter os ventos, constitui, quando tècnicamente explorada, formidável fonte de rendas. A Finlândia vive de suas florestas. E vive muito bem. A floresta é elemento primordial da riqueza da Suécia, Noruega e Canadá. Embora mais devastadas que exploradas, dão ao Brasil, direta e indiretamente, cêrca de 10 bilhões de cruzeiros anuamente.

Vejamos algo sôbre florestas :

AS FLORESTAS NA AMÉRICA LATINA

Na América Latina há países muito ricos em florestas, ao lado de outros pobres ou paupérrimos. O Brasil, incontestàvelmente, é o que possui as maiores, mais ricas e mais futurosas florestas.

Conforme os dados da FAO, assim se distribuem as florestas latino-americanas : Brasil, 3 milhões, 959 mil km2; Colômbia, 720 mil km2; Perú, 700 mil km2; Venezuela, 550 mil km2 Argentina, 485 km2; Bolívia, 460 mil km2; México, 258 mil km2; Chile,, 162 mil km2; Honduras, 100 mil km2; Paraguai, 78 mil km2; Guatemala, 72 mil km2; Panamá, 52 mil km2; Nicarágua, 40 mil km2; Costa Rica, 38 mil km2; Cuba, 34 mil km2; República Dominicana, 34 km2; El Salvador, 19 mil km2; Haití, 6 mil km2; Uruguai, 6 mil km2.

A superioridade brasileira neste setor, sôbre os outros países latino-americanos, é extraordinária. Acontece ainda que possuímos muito mais de coníferas — os afamados pinheirais —, atualmente as mais valiosas, do que todas as outras nações juntas. Ainda de acôrdo com os dados da FAO, o Brasil possui 87.500 km2 de pinheirais; o México, 20.000; o Chile, 3.790; a Republica Dominicana, 7.500; a Argentina, 1.500; El Salvador, 810; o Uruguai, 70; o Haití, 10.

FLORESTAS EUROPÉIAS

Melhor se avalia a importância das áreas latino-americanas florestadas quando se as comparam com as de alguns países europeus : Suécia, 226 mil km2 de florestas; Finlândia, 216 mil km2; França, 108 mil km2, Alemanha, 99 mil kms2; Iugoslávia, 77 mil km2; Noruega, 75 mil km2; Polônia, 61 mil km2; Rumânia, 61 mil km2; Áustria, 30 mil km2; Portugal, 24 mil km2; Espanha, 23 mil km2.

As florestas européias são quase tôdas artificiais e de grande rendimento; as latino americanas, em regra, naturais e de rendimento muito menor. As florestas artificiais brasileiras rendem mais que as florestas artificais européias.

O VALOR ECONÔMICO DAS FLORESTAS

Nossas florestas são pèssimamente exploradas. Salvo raras exceções, em vez de explorá-las racionalmente, as destruímos, com visíveis e grandes prejuízos para a nacionalidade. Mesmo assim, conforme o Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, um órgão que merece francos elogios em 1947 produzimos 5 milhões e 336 mil metros cúbicos de madeira, valendo 1.150 milhões de cruzeiros; 79 milhões e 713 mil metros cúbicos de lenha, valendo 1.862 milhões de cruzeiros; 593 mil toneladas de carvão , valendo 272 milhões de cruzeiros; 3 milhões e 776 mil dormentes, valendo 54 milhões de cruzeiros.

Em 1948, as florestas ainda nos davam: amêndoas de babaçu, 82 mil toneladas e 252 milhões de cruzeiros; borracha, 27 mil tone-

ladas e 321 milhões de cruzeiros; caroá, 7 mil toneladas e 19 milhões de cruzeiros; castanha do Pará, 19 mil toneladas e 62 milhões de cruzeiros; cera de carnaúba, 11 mil toneladas e 216 milhões de cruzeiros; erva mate, 65 mil toneladas e 105 milhões de cruzeiros; guaraná, 24 toneladas e 481 mil cruzeiros; jarina (1947), 6 toneladas e 10 mil cruzeiros; coquilhos de licuri, 4 toneladas e 14 milhões de cruzeiros; cera de licuri, 1,4 toneladas e 37 milhões de cruzeiros; frutos de oiticica, 29 mil toneladas e 28 milhões de cruzeiros; piaçava, 5 mil toneladas e 16 milhões de cruzeiros.

Há muitos outros produtos que não figuram nas estatísticas. E há as indústrias decorrentes dêstes produtos. O babaçu, o licuri e a oiticica, por exemplo, permitiram a instalação de grandes usinas de óleo vegetal. Ainda há óleos vegetais de pau rosa, andiroba, copaíba, ucuuba, rumuru, macaúba, etc. Há a balata e o caucho que não devem ser confundidos com a borracha. E há a indústria papeleira que já se instalou vitoriosamente e que tem, entre nós, um grande, quase ilimitado futuro.

Se levarmos todos êstes fatos em consideração e mais o aumento dos preços, creio poder-se calcular em dez bilhões de cruzeiros, no mínimo, o valor da produção das florestas brasileiras em 1951. Corresponde a um têrço de tôda a produção de Portugal.

RUMOS À EXPLORAÇÃO FLORESTAL

Apontemos apenas dois rumos, que parecem muito promissores, à exploração racional de nossas florestas, que parecem em condições de nos dar, anualmente, pelo menos 30 bilhões de cruzeiros.

A produção brasileira de celulose e papel ainda não basta ao nosso próprio consumo. Dependemos, em parte, das fábricas finlandesas, suécas e canadenses. E no entanto, em vez de importarmos, deveríamos ser um dos grandes exportadores de celulose e papel, para o que temos condições verdadeiramente excepcionais.

Enquanto, afirma Koscinski, para a fabricação do papel corta-se um pinheiro branco com 120 anos na Finlândia e com 80 em outros países, os nossos pinheiros são abatidos aos 12 e 15 anos. O guapuruvu e a embaúba podem ser utilizados desde o terceiro ou quarto ano. O bambu, excelente matéria-prima para papel, fornece cêrca de 500 toneladas de colmos, por hectare, de três em três anos. O eucalipto saligna pode ser levado às fábricas aos cinco anos. Há um processo moderno que permite fabricar celulose e papel com lenhos diversos. Está em prática nos Estados Unidos.

Outro rumo que me parece interessante seria um mais completo aproveitamento dos bacuais. Conforme o engenheiro Antônio Vivacqua, há, no Brasil, 7 bilhões e 500 milhões de palmeiras babaçu, revestindo uns 300 mil km2. Produzem, anualmente, algo como 375 milhões de toneladas de coquilhos. Destilando-os pelo seu processo dariam 37 milhões de toneladas de petróleo, 93 milhões de toneladas de coque siderúrgico, e carvão, 200 milhões de toneladas de gases, fenois, cresois, etc.

Há uma verba no Plano Salte destinada ao melhor aproveitamento do babaçu.

As florestas artificiais tendem a substituir as florestas naturais. Têm a vantagem de serem formadas de essências julgadas úteis e quase sempre de rápido crescimento. O fato de serem puras facilita a exploração.

No Brasil plantamos principalmente eucalipto, essência de origem australiana. Na Austrália há umas trezentas espécies de eucalipto. Importamos mais de cem espécies. Plantamos em grande escala saligna, citriodora, botrioídes, robusta e outras.

Calcula-se que em solos razoáveis e suficientemente úmidos um hectare de eucaliptal fornece uns 300 metros cúbicos de lenha de sete em sete anos. Pode fornecer uns .. 1.500 mastros ou postes.

Algumas companhias possuem milhões de eucaliptos plantados. Uma delas está plantando três milhões de eucaliptos na Baixada Fluminense. Fornecerão matéria-prima para uma fábrica de papel.

Existem em nosso país mais de 120 milhões de eucaliptos. Todos os anos são plantados vários milhões.

Estamos plantando grandes pinheirais ao sul do paralelo 20. Suas finalidades são múltiplas. Uma delas é a fabricação de celulose e papel.

Plantamos também, anualmente, alguns milhões de exemplares de outras essências, como cedros, sibipirunas, ipês, andirobas,

ATIVIDADES ALCOOLEIRAS EM CUBA

Em Cuba, onde predomina a cultura da cana de açúcar, a utilização dos subprodutos dessa indústria é de um interêsse todo especial para a estabilização da economia do país. No decorrer dos últimos anos, descobriu-se, entre outras novas aplicações da cana de açúcar, a possibilidade de se fabricarem papel e tabiques com o bagaço, e uma cera refinada e límpida com resíduos da fabricação de açúcar bruto. É pouco provável porém, que essas modernas indústrias possam adquirir proximamente importância igual à da principal atividade : a fabricação de álcool : — publica a revista "Esso Oilways", n. 6, do corrente ano.

A matéria prima básica para a produção de álcool industrial em Cuba é constituída pelos melaços. Após a diluição e a semadura de levedos, transportam-se os melaços para as cubas de fermentação. O gás carbônico desprendido é frequentemente aproveitado na fabricação do gêlo sêco, para o que se instalou recentemente, uma usina.

A separação do álcool contido no produto da fermentação, conhecido sob a denominação de mosto, efetua-se por destilação contínua, geralmente nos moldes do processo Melle. Utilizando o benzol puro ou em mistura, e um desidradante do tipo do heptano Esso, permite o processo produzir economicamente álcool anidro, sem passar pelo estado intermediário de álcool retificado.

Seguida de envelhecimento, a destilação dos melaços dá o rum. Essa indústria remonta aos princípios do século XVII, pouco depois da introdução da cana de açúcar em Cuba. O produto adquiriu fama no século XIX, quando surgiu nos Estados Unidos, em particular nos portos da Nova Inglaterra., que faziam comércio com as Antilhas. Seu consumo, de início restrito às tabernas dos portos, difundiu-se à medida que se aprimoraram os processos de destilação, que permitiram a obtenção de runs fracos e saborosos, constituindo importante exportação cubana.

Apesar de antiga, a indústria do álcool em Cuba não atingiu o apogeu senão à época da segunda guerra mundial. A produção máxima verificou-se em 1944, com 211.154.606 litros, decrescendo porém, para 90.063.620 litros produzidos em 1948. Boa parte dêsses totais foram exportados para os Estados Unidos, seu melhor comprador.

De acôrdo com as últimas estatísticas, Cuba possui 74 destilarias com capacidade anual de produção de 504.600.000 litros. Dezesseis outras destilarias, se bem que presentemente inativas, estão aparelhadas para entrarem em funcionamento. Todavia, a tendência atual das refinarias é de reduzir o rendimento de melaços por unidade de pêso de cana tratada, e de aumentar o teor de açúcar, mesmo arrostando o risco de elevar-se o preço dos melaços. Se essa tendência se acentuar, a indústria cubana será obrigada a lançar mão de outros sub produtos da cana de açúcar para obter álcool barato.

---

jacarés, paus-rosa, jacarandás, acácias negras, álamos, sabiás, jambolões, jaqueiras e muitas outras. Infelizmente, o reflorestamento, dada a vastidão do país, ainda se faz em escala diminuta, muito abaixo de nossas necessidades.

Uma essência que deveria estar sendo plantada em grande escala é a imbaúba. Verificou-se que a imbaúba é uma das árvores de mais futuro em nosso país. Trabalhos experimentais efetuados pela «Celulose Corporation» mostraram que a imbaúba é excelente matéria-prima para a fabricação de celulose e papel. Pode ser cortada três anos após o plantio. A fibra tem 1,45 milímetros de comprimento. Produz 42 % de celulose. Rústica, cresce por tôda parte e é de facílima multiplicação.

A imbaúba deveria ser experimentada pelas nossas fábricas de celulose e papel. Já estão sendo aproveitadas, no Perú, com esta finalidade.

Outra essência a aproveitar em suas finalidades é o morototó, árvore amazônica, comum no Pará, cuja denominação botânica é **Didymopanax morototoni.** Cresce com extrema rapidez. Invade os terrenos desbravados. A madeira é branca, branda, macia, homogênea, boa para a marcenaria. É excelente para a fabricação de celulose e papel. Tem 52,5 % de celulose. A fibra mede 1,62 milímetros de comprimento.

ENGENHOS DE AÇÚCAR NA «REZÃO DO ESTADO DO BRAZIL»

II

Miguel Costa Filho

Vimos no capítulo anterior (*) que os aimorés é que impediram o desenvolvimento da Capitania de Pôrto Seguro, afugentando os colonos e destruindo-lhes estabelecimentos e casas, inclusive engenhos.

Ésses índios, que, como se sabe, não pertenciam ao grupo linguístico tupi (1), começaram a infestar essa região em 1.560. De quando em vez atacavam a vila, as povoações, os engenhos e fazendas e cada vez mais apertavam o cêrco em tôrno dos europeus ou europeizados que teimavam em continuar naquêle trecho da remota colônia americana. Grande número desistia, voltando para o Velho Mundo ou indo estabelecer-se em outras Capitanias. Dêsse êxodo participavam inclusive indígenas, tupiniquins, que os colonos ao se estabelecerem ali, encontraram, tal como os primitivos descobridores.

A implantação da civilização européia na Capitania primitivamente doada a Pero do Campo Tourinho foi, pois, das mais difíceis, convindo lembrar aqui que os tupiniquins a princípio se deram mal com os portuguêses Pacificados à fôrça anos depois, submetidos ao jugo lusitano, nem assim a civilização européia pôde espraiar-se tranquila naquela região, hoje pertencente ao Estado da Bahia.

Os aimorés e os portugueses disputaram o domínio de Pôrto Seguro durante cêrca de meio século, conforme nos conta um dos biógrafos e contemporâneos de Anchieta (2). Ésse informe do jesuíta português reveste-se, aliás, de certa importância, já que deixa entrever que ao invés de atacantes os aimorés frequentemente eram atacados. É o que se depreende da seguinte afirmativa do Padre Pero Rodrigues : «a cauza de durar tanto esta gerra, foy por elles não peleijarem em campo, quando são acometidos, mas sempre de baixo do mato, espezo cada hum ao pee de sua aruore, com o arco armado agoardando o imigo, q. o vem buscar sem ser uist».

Ao que diz o autor da «Vida do Padre José de Anchieta», o entendimento entre aquêles tapuias e os portuguêses adveiu do fato de os ter esclarecido sôbre os desígnios dêstes uma aimoré que havia sido por êstes escravizada: já cristianizada, convenceu-os de que os europeus não eram tão maus quanto supunham e que até ganhariam em ter comunicação com êles. (3)

É através de depoimentos indiretos como êsses que se pode conhecer o que os aborígenes pensavam dos invasores da sua terra.

Os portuguêses e seus descendentes, como é natural, escreveram a crônica dessa época à sua maneira. Nesse pleito histórico,

---

(*) No trabalho anterior, dissemos que, há alguns anos, por sugestão do Sr. Jaime Cortesão, o Instituto do Açúcar e do Álcool pensara em promover a edição do "Livro que dá rezão do Estado do Brasil".

Houve aí um lapso nosso, já que o Prof. Afonso Várzea é que sugeriu a publicação do códice seiscentista, lembrando, ao mesmo tempo, o nome do ilustre historiador português para dirigí-la; a idéia, comunicada a êste, encontrou ótima acolhida. Era preciso, entretanto, obter cópia dos manuscritos existentes em Portugal e das respectivas cartas, a fim de que aquele pesquisador pudesse, cotejando-os com os de nosso Instituto Histórico, realizar o trabalho aprofundado de investigação e crítica que se propunha fazer. Infelizmente, antes de que pudessemos levar a bom têrmo os passos preliminares a serem dados naquele sentido, tivemos de abandonar a iniciativa ou deixá-la para melhores tempos.

---

(1) Por isso é que o autor da Informação da Capitania de Pôrto Seguro, cit., os chama tapuias.

(2) Padre Pero Rodrigues. "Vida do Padre José de Anchieta", in Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXIX, p. 194.

(3) Eis o que diz textualmente : "Neste aperto quando todo o remedio humano faltou, acodio o do Ceo por meyo de huã escraua cristam da mesma nação, a qual uindo a fala com os seus os desenganou, q. os nosos quando tomauão algus dos seus, na gerra, os não comião (q esta barbara imaginação era toda a cauza de seu odio) antes q. elles perdião muito por não tratarem com os portuguezes".

os indígenas não deixaram, não podiam deixar, depoimento escrito, a sua versão sôbre os acontecimentos em que se envolveram com os invasores da terra brasílica, fossem lusos, fossem francêses ou espanhois, a sua defesa e a sua acusação. E como seria possível, a nós outros, opinar e decidir com inteira justiça, sôbre tais fatos, se só conhecemos o que diz uma das partes ?

Foi em 1610 que se deu o maior ataque dos aimorés aos lusos de Pôrto Seguro, de acôrdo com um documento antigo, citado pelo Padre Serafim Leite. (4)

Em 1612, a Capitania já estava pacificada. A «Rezão do Estado», dando conta da nova situação consequente à sujeição dos bravos aimorés até que enfim domados, mostra as possibilidades que se oferecem aos colonos. Vai mesmo adiante, já que aconselha ou incita o refazimento das fazendas e engenhos, advertindo haver madeiras para a construção dêstes e rios para movê-los, em lugares em que já tinha havido, o que era uma prova, subentende-se, de que se prestavam à cultura da cana (5).

Embora o autor da «Razão do Estado do Brasil», escrevendo mais ou menos em 1613, apresentasse como pacificada a Capitania de Pôrto Seguro, conhecem-se depoimentos posteriores que modificam um tanto o quadro róseo debuxado por êle.

É assim que Brandônio, falando a Alviano, no prosseguimento de seu longo e instrutivo diálogo, sôbre a Capitania do Duque de Aveiro, afirma o seguinte : «... o mesmo gentio aymoré, que disse, molestava a capitania dos Ilhéos, faz de ordinario tambem grande dano nesta; e por isso não vai no crescimento que poderá ir por ter bonissimas terras e capacissimo sitio para tudo». (6)

Contudo, estavam de novo em funcionamento «alguns engenhos de fazer assucares», o que representava sem dúvida novo surto de progresso, relativamente ao tempo, seis anos antes, em que Diogo de Campos Moreno escrevia o seu substancioso relatório. Quantos seriam êsses engenhos não sabemos, pois, infelizmente Ambrósio Fernandes Brandão, no seu trabalho, peca pela falta de dados estatísticos; naquela, como em outras ocasiões, prefere falar de maneira vaga, talvez mesmo não estivesse sempre de posse de dados seguros, o que reduz um pouco o valor de suas informações. Sabemos, pois, apenas, através de seu livro, que a Capitania de Pôrto Seguro possuia, mais ou menos em 1618, alguns engenhos e que, devido a isso, Sua Majestade usufruia «pequeno rendimento nos dizimos della, e pelo conseguinte o senhorio nas suas redizimas e pensões».

De qualquer maneira, a Capitania avançara sensìvelmente nos cinco anos decorridos após a data do depoimento de Diogo de Campos Moreno, que menciona, como se viu no capítulo anterior, apenas uma fábrica de açúcar.

(4) História da Companhia cit., I, p. 205

(5) Aqui está como se exprime o guerreiro escritor : "... madeiras para engenhos, auguas e lugares em que ia os ouve, e se perderão com a guerra dos Himores e oje podem em vertude da pas asegurada que gozam tornar a refazerençe que tudo o que esta desponoado tornara como dantes".

(6) Ambrósio Fernandes Brandão. "Diálogos das Grandezas do Brasil", Ed. Dois Mundos Editora Ltda., Rio de Janeiro, p. 74.

AS QUATRO GRANDES FAZENDAS EM CAMPOS NO SÉCULO XVII

IV

Alberto Lamego

A notícia da descoberta do tesouro na Capitania da Paraíba do Sul, pelos dois missionários jesuítas despertou a ambição de muitos pretendentes que resolveram explorá-lo.

Os primeiros que apareceram foram os sete capitães: Miguel Aires (Arias) Maldonado, Gonçalo Corrêa, Duarte Corrêa, Manuel Corrêa, Antônio Pinto, João de Castilho e Miguel Riscado, que haviam prestado no decurso de 30 anos serviços à Coroa Portuguêsa e que pediram a Marim de Sá a doação de parte das terras da dita Capitania, compreendidas entre o rio Macaé e Cabo de São Tomé, sendo-lhes concedida em 19 de agosto de 1627.

Dias depois, outros capitães Antônio Pacheco Caldeira, Antônio de Andrade, Inácio de Andrade e Domingos Pacheco, alegando também serviços prestados a S. Majestade durante muitos anos «em tôdas as ocasiões de guerra, contra os piratas inglêses, francêses e holandeses e gentios, indo muitas vezes com suas pessoas de armada, correndo a costa para a banda do norte e do sul com as suas canoas e escravos à sua custa, acompanhando Marim de Sá na terra dos Goitacazes e nas pazes com que com êles mandaram fazer os governadores Afonso de Albuquerque, Constantino Menelau e Ruy Vaz Pinto, requereram àquele capitão-mór que lhe dessem de sesmaria, onde assistiam os gentios Goytacazes, oito léguas em quadra, como de comprido, começando a medição, onde acabar a data do capitão Gonçalo Corrêa e dos mais que na dita entram (os 7 Capitães) que é de um rio que chamam Hyguassú, por costa e rumo direito, para a banda do norte ditas 8 léguas e para o sertão, outras 8 léguas em quadra, o qual rio está além do Cabo de São Tomé, com tôdas as madeiras, pastos e águas que nas ditas terras houver».

Martim Corrêa despachou favoràvelmente, a petição e concedeu a sesmaria pedida em 27 de agosto de 1627.

Não sabemos se êles tomaram posse da sesmaria pedida, o contrário dos sete Capitães, que trataram logo de explorar a planície goitacá, coberta de campos nativos, entrecortada de piscosas lagoas e florestas virgens.

Reunidos êstes em Cabo-Frio, onde permaneceram poucos dias, partiram para explorar a sua sesmaria, acompanhados dos dois indios: Miguel e Valério Corsunga, chegando a Macaé, aos 11 do mesmo mês.

Era uma pequena povoação, fundada em 1615, sendo os seus primeiros povoadores os índios Goitacás, que habitavam a aldeia fundada por ordem régia.

Viviam ali alguns mamelucos que se amasiaram com as índias; habitavam em casas de palha e se entregavam à pesca e ao cultivo da mandioca.

O pequeno arraial de Macaé era então governado por Domingos Leal, nomeado pelas autoridades de Cabo-Frio, que indicou aos sete Capitães a rota a seguir, dandolhes para acompanhá-los «um intérprete ou língua que conhecia o idioma goitacá».

No dia seguinte partiram na sumaca «Senhora da Guia», para descobrir a barra do rio Iguassú, onde pretendiam desembarcar, levando 10 pedras que deviam servir de marcos divisórios.

Descoberta essa barra deixaram os marcos em terra, mas não conseguiram desembarcar, por ter mudado o vento, só aí ficando o intérprete, que não pôde alcançar a sumaca.

Rumaram para as Ilhas de Santa Ana, onde permaneceram alguns dias, aguardando vento favorável para o regresso a Macaé, onde aportaram em 16 do mesmo mês.

Comunicaram a Domingos Leal o fracasso do desembarque, mas êste lhes assegurou que risco algum corria o guia por-

que era prático na língua dos Goitacás e aconselhou-os que seguissem por terra, juntamente com alguns mamelucos que já tinham relações com os índios das aldeias que lá existiam.

Aceitaram o alvitre e, no dia 19, atravessaram o rio Macaé e se embrenharam nas florestas e campos dos goitacás. Pernoitaram em uma mata não longe do mar e no dia seguinte passaram a noite perto de um chavascal.

No dia 21 chegaram à primeira aldeia dos Goitacás que foram presenteados com missangas, prosseguiram a viagem, atingindo à outra aos 25. Como na primeira, foram bem recebidos, pois, já os índios tinham sido informados pelo intérprete, da próxima chegada.

Nessa aldeia viviam 11 náufragos de uma embarcação, que havia tempo, viéra de Lisboa para o Rio de Janeiro e se perdera nas costas do Cabo de São Tomé.

Quatro eram marinheiros e sete degradados «não por crimes de morte, nem ladrões, mas, deportados por outros motivos».

A pena de degrêdo era aplicada aos súditos portuguêses, mesmo aos que desfrutavam certos privilegiados e, por isso, as sentenças condenatórias eram comutadas em banimento para o ultramar. Êsses privilegiados eram muitas vêzes fidalgos, cavaleiros e até prelados. Também, os que andavam homisiados fora de Portugal, com temor da justiça, sem distinção de classes, podiam passar às terras dos donatários e nelas viver, sem serem perseguidos, qualquer que fôsse o crime cometido, excetuados, apenas, os de heresia, traição, sodomia e moéda falsa.

Êsses náufragos se amancebaram com as índias e tiveram filhos que foram os primeiros campistas que povoaram a terra goitacá.

Os sete Capitães regressaram da sua primeira viagem de exploração das suas terras em 28 de dezembro do mesmo ano (1632) e fizeram a segunda em 27 de outubro do ano seguinte, descançando 3 dias em Macaé.

No dia 31 partiram de Macaé com destino à aldeia do Cabo de São Tomé em companhia dos mesmos índios Miguel e Valério Corsunga e do escravo Antônio Dias.

Como vinham dispostos a dar início à criação de gado, trouxeram 17 cabeças; sendo 3 touros, uma vaca e 13 novilhas.

No dia 8 de novembro seguinte, deram início à demarcação dos quinhões de cada um e, terminada, levantaram os currais.

O 1º foi levantado em 8 de dezembro de 1633, em Campo-Limpo, junto à Lagoa Feia «nome que deram por estar agitada com vento sudoeste, tão crespas as suas águas e tão turvas que metiam horror». Ali construíram uma choupana, coberta de palha para o curraleiro Valério Corsunga. Neste curral que era de propriedade do capitão João Castilho, ficaram 3 novilhas, uma vaca e um touro.

O 2º curral foi armado no dia 10 do dito mês, na ponta do Cabo de São Tomé, pelo capitão Miguel Riscado que dias depois formou outro, não muito distante, deixando, em cada um dêles, 3 novilhas e 1 touro. Naquele ficou como curraleiro o escravo Antonio Dias e no último o índio Miguel que tendo trazido uma imagem de S. Miguel, ali erigira um tosco oratório.

Depois de darem instruções aos curraleiros e aos náufragos para que os auxiliassem, distribuiram ferramentas entre todos e se retiraram para os seus lares, em 8 de fevereiro de 1634.

Nesse mesmo ano, em 14 de outubro, alguns dos sete Capitães voltaram a Campos não só para visitar os currais e contar o gado nascido, como arrendar algumas terras a negociantes do Rio que queriam cuidar da pecuária.

Contaram os bezerros nascidos; abençoaram os primeiros campistas em cujas veias corria o sangue goitacá e que lhes foram apresentados pelos náufragos que muito auxiliavam aos curraleiros e já tinham dado início à plantação de mandioca, cujas sementes foram buscar em Macaé e depois de arrendarem alguns sítios a Gaspar de Sousa Monteiro e ao capitão Tomaz José de Barcelos Velho, que só em 1637 levantaram currais, regressaram às suas casas.

Desfrutavam alguns dos sete Capitães e seus herdeiros, as rendas da pecuária, quando a maior parte das suas terras lhes é arrebatada, como veremos a seguir.

PRODUÇÃO E CONSUMO DE AÇÚCAR

TOTAIS DO BRASIL

TIPOS DE USINA

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

PERÍODO	Estoque inicial	Produção	Exportação	Consumo	Estoque final
MÊS					
ABRIL					
1951	4.834.617	795.578	63.147	1.708.333	3.858.715
1950	4.479.894	430.641	738	1.465.521	3.444.276
1949	3.880.968	1.051.863	2.069	1.570.963	3.359.799
SAFRA					
JUNHO/ABRIL					
1950/51	2.144.729	24.542.180	514.399	22.346.085 (1)	[illegible]
1949/50	2.504.355	21.030.960	83.704	20.163.13[illegible] (2)	[illegible]
1948/49	4.876.887	22.900.500	5.172.[illegible]	19.510.127 (3)	[illegible]
ANO CIVIL					
JANEIRO/ABRIL					
1951	5.180.286	6.210.33[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1950	5.426.989	4.943.296	[illegible]	[illegible]	[illegible]
1949	5.162.140	6.411.459	854.711	[illegible]	[illegible]

(1) — Inclusive 32.290 sacos remanescentes da safra de 1949/50, produzidos nos meses de junho a agosto de 1950.
(2) — Idem, idem, 155.802, idem, idem, safra 1948/49, idem, idem, idem, de 1949.
(3) — Idem, idem, 264.967, idem, idem, safra 1947/48, idem, idem, de 1948.

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA - SAFRA 1950/51

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

UNIDADES FEDERADAS	PRODUÇÃO		
	Estimada	Realizada	A realizar
NORTE	12.601.617	12.343.738	257.879
Guaporé	—	—	—
Acre	—	—	—
Amazonas	—	—	—
Rio Branco	—	—	—
Pará	2.643	2.643	—
Amapá	—	—	—
Maranhão	5.974	5.974	—
Piauí	1.000	—	1.000
Ceará	30.000	18.972	11.028
Rio Grande do Norte	135.000	133.669	1.331
Paraíba	577.000	567.356	9.644
Pernambuco	8.100.000	7.893.220	206.780
Alagoas	2.100.000	2.078.099	21.901
Fernando de Noronha	—	—	—
Sergipe	710.000	707.323	2.677
Bahia	940.000	936.482	3.518
SUL	12.198.585	12.198.442	143
Minas Gerais	893.000	892.857	143
Espírito Santo	108.318	108.318	—
Rio de Janeiro	3.850.595	3.850.595	—
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	6.729.697	6.729.697	—
Paraná	450.945	450.945	—
Santa Catarina	117.117	117.117	—
Rio Grande do Sul	—	—	—
Mato Grosso	24.858	24.858	—
Goiás	24.055	24.055	—
BRASIL	24.800.202	24.542.180	258.022

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR

TIPOS DE USINA — SAFRAS DE 1948/49 — 1950/51

UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

UNIDADES FEDERADAS	TOTAIS POR UNIDADE FEDERADA (Posição em 31 de Abril)		
	1948/49	1949/50	1950/51
NORTE	12.064.277	9.976.264	12.343.738
Guaporé	—	—	—
Acre	—	—	—
Amazonas	—	—	—
Rio Branco	—	—	—
Pará	810	1.331	2.643
Amapá	—	—	—
Maranhão	5.950	5.418	5.974
Piauí	1.150	1.173	—
Ceará	35.238	27.439	18.972
Rio G. do Norte	143.830	142.698	133.669
Paraíba	576.585	480.780	567.356
Pernambuco	7.506.457	6.423.600	7.893.220
Alagoas	2.084.467	1.536.311	2.078.099
Fernando de Noronha	—	—	—
Sergipe	776.773	499.072	707.323
Bahia	933.017	858.442	936.482
SUL	10.836.223	11.054.696	12.198.412
Minas Gerais	751.886	868.060	892.557
Espírito Santo	91.217	67.160	108.318
Rio de Janeiro	3.938.430	3.828.934	3.850.595
Distrito Federal	—	—	—
São Paulo	5.801.309	5.944.423	6.729.697
Paraná	185.716	243.554	450.945
Santa Catarina	39.702	72.547	117.117
Rio Grande do Sul	—	—	—
Mato Grosso	22.627	16.478	24.858
Goiás	5.536	13.540	24.055
BRASIL	22.900.500	21.030.960	24.542.180

MESES	TOTAIS DO BRASIL POR MÊS		
	1948/49	1949/50	1950/51
Junho	1.203.649	778.888	898.668
Julho	1.800.628	1.941.651	2.167.910
Agôsto	1.938.653	2.245.129	2.584.5[illegible]
Setembro	2.527.511	2.567.618	3.064.989
Outubro	3.602.109	3.369.014	3.4[illegible]
Novembro	2.952.664	2.909.147	[illegible]
1º Semestre	14.025.214	13.811.747	[illegible]
Média	2.337.536	2.301.958	[illegible]
Dezembro	2.460.827	2.275.917	[illegible]
Janeiro	[illegible]	1.819.61[illegible]	[illegible]
Fevereiro	1.730.946	1.618.7[illegible]	[illegible]
Março	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Abril	1.051.86[illegible]	[illegible]	[illegible]
Junho a Abril	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Maio	[illegible]	[illegible]	
2º Semestre	[illegible]	[illegible]	
Média	[illegible]	[illegible]	
Junho a Maio	[illegible]	[illegible]	
Média	[illegible]	[illegible]	

NOTA — Êsses dados representam apurações procedidas ao término de cada mês, com exclusão portanto de pequenas [illegible] em tempo. — Além da produção mensal acima, devem ser consideradas as parcelas remanescentes de 159.413, 65.[illegible], 39.94[illegible], 1[illegible], 1[illegible].630, 616, 28.836, 122 e 3.332 sacos referentes, respectivamente, aos meses de junho a agôsto de 1948 (safra de [illegible]) [illegible] 1948/49) e 1950 (safra de 1949/50).

ESTOQUE DE AÇÚCAR

DISCRIMINAÇÃO POR TIPO E LOCALIDADE — 1951
UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS
POSIÇÃO EM 30 DE ABRIL

Unidades Federadas	Grã-Fina	Refinado	Cristal	Demerara	Somenos	Bruto	Total	Resumo por Localidade — Praça — Capitais	Praça — Interior	Nas Usinas	Nas Destilarias do I.A.A
R. G. do Norte	—	543	6.006	—	—	358	6.907	3.369	—	3.538	—
Paraíba	—	1.327	135.074	—	—	10.103	146.504	32.714	98.177	15.613	—
Pernambuco	12.559	767.788	1.192.262	85.224	—	4.597	2.062.430	1.759.559	38.987	263.884	—
Alagoas	19.871	7.180	436.432	16.346	—	46.575	526.404	431.668	—	94.736	—
Sergipe	—	—	309.503	8.726	—	—	318.229	111.139	99.222	107.868	—
Bahia	—	1.951	315.680	—	—	—	317.631	175.561	89.881	52.189	—
Minas Gerais	—	524	78.067	964	—	—	79.555	52.085	—	27.470	—
Rio de Janeiro	—	736	184.723	4.836	—	—	190.295	8.097	9.848	172.350	—
D. Federal	—	5.159	19.116	31.652	—	4.175	60.102	60.102	—	—	—
São Paulo	—	18.136	168.937	4.277	—	8.547	199.897	35.101	25.947	138.849	—
Demais Un. Fed.	—	—	22.019	3.097	—	—	25.116	—	—	25.116	—
BRASIL	32.430	803.344	2.867.819	155.122	—	74.355	3.933.070	2.669.395	362.062	901.613	—

1949 - 1951
POSIÇÃO EM 31 DE MARÇO
UNIDADE: SACO DE 60 QUILOS

UNIDADES FEDERADAS	Todos os Tipos — 1949	Todos os Tipos — 1950	Todos os Tipos — 1951	Tipos de Usina — 1949	Tipos de Usina — 1950	Tipos de Usina — 1951
Rio Grande do Norte	23.268	13.210	6.907	18.025	11.976	6.549
Paraíba	144.760	117.755	146.504	138.646	115.562	136.401
Pernambuco	1.339.820	1.368.619	2.062.430	1.110.531	1.364.348	2.057.833
Alagoas	524.679	231.814	526.404	491.120	229.360	479.829
Sergipe	269.703	244.268	318.229	269.703	244.268	318.229
Baía	355.221	248.517	317.631	355.221	248.517	317.631
Minas Gerais	38.408	47.249	79.555	38.408	47.249	79.555
Rio de Janeiro	196.578	234.365	190.295	196.578	234.365	190.295
Distrito Federal	142.900	234.658	60.102	142.770	234.208	55.927
São Paulo	581.567	716.114	199.897	574.117	708.286	191.350
Demais Unidades Federadas	24.580	6.137	25.116	24.580	6.137	25.116
BRASIL	3.641.484	3.462.706	3.933.070	3.359.799	3.444.276	3.858.715

COTAÇÃO DE AÇÚCAR

'POR SACO DE 60 QUILOS

1949 - 1951 — ABRIL

VALOR EM CRUZEIROS — 1. TIPOS DE USINA

PRAÇAS	CRISTAL								
	MAXIMA			MINIMA			MÉDIA		
	1949	1950	1951	1949	1950	1951	1949	1950	1951
João Pessoa	148,5	200,0	190,0	140,0	145,0	185,0	144,3	190,8	187,5
Recife	124,0	126,0	171,4	124,0	126,0	171,4	124,0	126,0	171,4
Maceió	168,0	175,0	175,0	168,0	175,0	175,0	168,0	175,0	175,0
Aracajú	125,0	159,1	159,1	125,0	159,1	159,1	125,0	159,1	159,1
Salvador	158,0	175,0	182,0	135,0	173,0	178,5	142,4	174,0	181,9
Belo Horizonte	180,0	204,0	204,0	175,0	204,0	204,0	177,5	204,0	204,0
Campos	143,0	210,0	205,0	143,0	190,0	185,0	143,0	200,0	192,8
Distrito Federal	165,7	193,0	193,0	165,7	193,0	193,0	165,7	193,0	193,0
São Paulo	167,9	195,3	195,3	167,6	195,3	195,3	167,8	195,3	195,3

PRAÇAS	DEMERARA								
	MAXIMA			MINIMA			MÉDIA		
	1949	1950	1951	1949	1950	1951	1949	1950	1951
João Pessoa	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Recife	90,0	90,0	154,3	90,0	90,0	154,3	90,0	90,0	154,3
Maceió	138,0	150,0	150,0	138,0	150,0	150,0	138,0	150,0	150,0
Aracajú	110,0	159,1	143,2	110,0	159,1	143,2	110,0	159,1	143,2
Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	125,0	—	—	120,0	—	—	122,5	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	150,0	177,0	177,0	150,0	177,0	177,0	150,0	177,0	177,0
São Paulo	153,8	177,8	177,8	153,8	177,8	177,8	153,8	177,8	[illegible]

2. Tipo de engenho

PRAÇAS	BRUTO								
	MAXIMA			MINIMA			MÉDIA		
	1949	1950	1951	1949	1950	1951	1949	1950	1951
João Pessoa	100,0	150,0	140,0	100,0	100,0	[illegible]	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Recife	115,0	115,0	112,0	115,0	115,0	112,0	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Maceió	73,0	100,0	100,0	73,0	100,0	100,0	73,0	[illegible]	[illegible]
Aracajú	68,0	127,3	127,3	68,0	127,3	127,3	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Salvador	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Belo Horizonte	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campos	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal	130,0	161,0	161,0	130,0	161,0	[illegible]	130,0	[illegible]	[illegible]
São Paulo	145,9	160,3	160,3	145,9	160,3	[illegible]	145,9	[illegible]	[illegible]

LUIZ DE ABREU MOREIRA

(Chefe do Serviço de Estatística e Cadastro)

BIBLIOGRAFIA

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Álcool uma Biblioteca para consulta dos seus funcionários e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à indústria do açúcar e do álcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sôbre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

"MEMORIA Y BALANCE GENERAL", *Banco de la Nacion Argentina* — Êste relatório, correspondente ao ano de 1949 vale dizer ao 56º exercício do Banco de la Nación Argentina, constitui um documento dos mais completos sôbre a situação econômico-financeiro do país amigo. Nele são abordados os principais aspetos da economia argentina, de maneira a evidenciar o esfôrço realizado pelo estabelecimento de crédito oficial em pról da constante valorização das riquezas naturais da Argentina.

No que toca à economia canavieira o relatório dá informações oportunas. Havendo os fornecedores de cana reclamado maior financiamento para suas atividades, devido à elevação dos salários e à majoração dos gastos de cultura, foram ampliados para 6 pesos os recursos para a cultura e para 2 pesos os destinados à colheita. Com a garantia da cana foi assegurado um limite de 3,60 pesos por 10 quilos de rendimento calculado em açúcar, não excedente de 16 pesos por sulco, e com a garantia do açúcar fabricado foi fixado o de 62 pesos por saco de 72 quilos de açúcar bruto.

Dado que as lavouras de muitos fornecedores haviam chegado ao limite da produtividade e para evitar a redução da produção de açúcar foi concedido um tipo de crédito especial para replantio dos canaviais, na base de 5 pesos por 100 metros de cana plantados, cabendo 3 pesos à compra da semente e 2 pesos aos trabalhos de extirpação e plantação.

"PROBLEMAS DO SAL FLUMINENSE", *Edição do Instituto Nacional do Sal,* 1951. — Neste folheto estão reunidos materiais da Mesa Redonda reunida em Cabo Frio, em abril do corrente ano, para debater os problemas da indústria salineira fluminense. Pela leitura dos mesmos verifica-se a significação dessa atividade economica tradicional, que oferece excelentes condições de desenvolvimento, uma vez superadas as dificuldades que ora entravam o seu normal funcionamento. Na Mesa Redonda foram anotadas as falhas mais sensíveis e apontadas as fórmulas mais capazes de resolvê-la. Daí a importância da leitura do folheto ora publicado para quantos desejam ter idéia precisa sôbre os problemas do sal fluminense.

"CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO", Relatório de 1950. — O relatório do exercício de 1950 do órgão máximo do comércio brasileiro dá idéia pormenorizada das atividades sociais no período e permite acompanhar os esforços da entidade em favor do comércio e dos comerciantes. Na apresentação do relatório o Sr. João Daudt d'Oliveira afirma que o incremento à produção foi sempre a preocupação máxima da Confederação Nacional do Comércio que, desde a sua fundação, tem batalhado pelo advento de uma política econômico-financeira que obedeça às necessidades do país.

DIVERSOS

BRASIL : — Dos Critérios de Promoção, por Enor de Almeida Carneiro, Comissão de Serviço Civil, de Hermógenes Brenha Ribeiro Filho, publicações do DASP; Divisão Territorial do Brasil, publicação do IBGE; A Produção Agrícola na Economia Sergipana, de José Cruz; Agricultura e Pecuária, n. 330; A Agricultura em São Paulo, n. 2; Arquivos do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vol. /; Arquivos do Serviço Florestal, vol. 3, nº único (1947); Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, ns. 700/1; Boletim da Associação Química do Brasil, vol. 9, n. 1; Boletim da Superintendência dos Serviços do Café, n. 289; Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, Pernambuco, ns. 3/4; Banco do Brasil, Relatório de 1950; Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia, n. 4; Boletim Informativo da Confederação Nacional da Indústria, ns. 63/4; Boletim da S.O.S.,

ns. 194/6; Conjuntura Econômica, n. [illegible]; Colheitas e Mercados, ns. 3-12; Câmara de Comércio Belgo-Brasileira e Luxemburguesa no Brasil, Boletim de Informações, n. 4; Coop. n. 83; Cooperação, ns. 91/2; Câmara de Comércio e Indústria do Brasil, Boletim de maio/junho 1951; Cia. Siderúrgica Nacional, Relatório da Diretoria, 1950; O Economista, ed. mensal n. 386; Imposto de Consumo, n. 115; Instituto Agronômico do Estado de São Paulo, Pesquisas e trabalhos experimentais em andamento, 1950; A Lavoura, março/abril 1951; O Mês Econômico e Financeiro, n. 28; Mensário Estatístico, Prefeitura do Distrito Federal, n. 130; Orientação Econômica e Financeira, n. 93; Revista Duperial do Brasil, n. 59; Revista Brasileira de Química, n. 18[illegible]; Revista de Tecnologia das Bebidas, n. 7; Revista Brasileira de Economia, ano 5, n. 1; Revista Esso, n. 142; Revista de Química Industrial, n. 227; Revista Brasileira de Estatística, n. 43; Revista Fiscal da Bahia, ns. 62/3; Saúde, n. 42; Sítios e Fazendas, n. 5; UMA, n. 310;

ESTRANGEIRO : — Sugar as a Food, publicação da Sugar Research Foundation; Progress and Prospects, 7h Annual Report, Sugar Research Foundation, Inc.; L'Agronomie Tropicale, ns. 3/4; Américas, ns. 9/10; Actividade Economica de Angola, n. 27; Boletim de Informações Argentinas, n. 4; Boletin de la Camara de Agricultura de la 2ª Zona, Guaiaquil, n. 20; Boletim da Junta de Exportação da Colônia de Angola, 16/17; Boletin Brasileño, n. 115; Boletim Mexicano, n. 115; Brazilian Government Trade Bureau, Canadá, num. especial; Boletim de Paris, n. 27; Bulletin Officiel de la Chambre de Commerce Franco-Brésilienne, n. 32; Boletim Britânico, n. 39; Boletim Paraguaio, n. 43; Boletin de Información, Ministerio de Agricultura, Espanha, n. 25; Boletim Uruguaio, n. 28; Carta do Canadá, n. 38; Chapingo, n. 38; Cenco News Chat, n. 51; Camara de Comercio Argentino-Brasileña, boletin mensual, n. 427; Cadernos Mensais de Estatística e Informação do Instituto do Vinho do Porto, n. 136; Da Índia Distante, n. 5; L'Économie Internationale, n. 5. E. D. & F. Man., General Remarks on the Sugar Situation, n. 22; Fortnightly Review, n. 383; F. O. Licht's, Sugar Information Service, Supplementary Report, n. 10; The Hispanic American Historical Review, vol. 31, n. 1; Investigación Económica, n. 1; The International Sugar Journal, n. 629; Informações da Itália, n. 48; La Industria Azucarera, n. 691; Informaciones Comerciales, Lima, n. 16; Lamborn Sugar-Market Report, ns. 19/22; Noticioso Ilustrado Massey Harris, n. . . [illegible]5; Noticiario de las Naciones Unidas, n. 20; No[illegible], Ministerio de Agricultura, Argentina, ns. 285/7; La Oficina, 1951; Producción, n. 50; Revista de la Union Industrial Uruguaya, Memoria y Balance de la Union 1950-51; Revue Internationale des Industries Agricoles, ns. 7/12; Revista de la Camara de Comercio Uruguayo-Brasileña, n. 15[illegible]; Revista de Historia de America, n. 30; Revista de la Unión Industrial Uruguaya, n. 7[illegible]; Revue de la Chambre de Commerce France-Amérique Latine, n. 2; Sugar Journal, ns. 11/12; Sugar Beet Journal, n. 4; La Sucrerie Belge, ns. 17/18; Statistical Bulletin of the International Sugar Council, vol. 10, n. 8; United States Department of Agriculture, Monthly List of Publications and Motion Pictures, fevereiro e março de 1951; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 19/22.

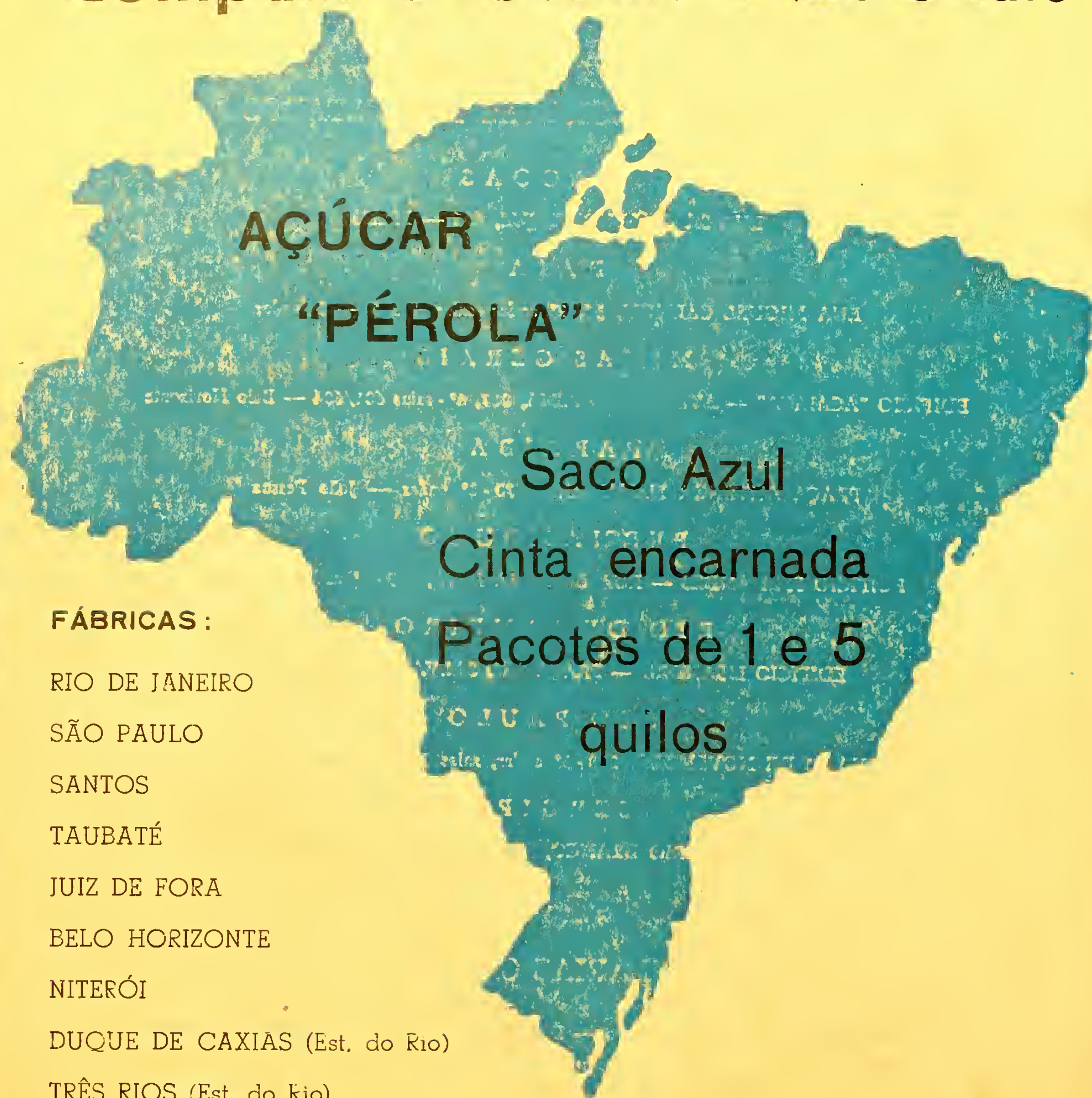
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA URUGUAIA

A "Revista de la Unión Industrial Uruguaya", número de junho de 1951, *publica um quadro sôbre as atividades industriais do país. Em relação à indústria açucareira o quadro apresenta os seguintes resultados:* 3 *emprêsas dispõem de um capital total de* 8.816.000 *pesos e de um capital industrial de* 7.428.000 *pesos. As compras respectivas somam* 16.070 000 *pesos e as importações* 10.088.000 *mil pesos. O número de empregados e operários dessas emprêsas atinge a* 1.626 *e o total dos vencimentos e salários pagos a* 2.549.000 *pesos.*

Livros à venda no I. A. A.

	Cr$
ÁLCOOL-MOTOR E MOTORES A EXPLOSÃO — Eduardo Sabino de Oliveira	25,00
ANAIS DO 1º CONGRESSO AÇUCAREIRO NACIONAL	30,00
ANAIS DO 1º CONGRESSO NACIONAL DE CARBURANTES	12,00
ASPECTOS AÇUCAREIROS DE PERNAMBUCO — Gileno Dé Carli	10,00
CANAVIAIS E ENGENHOS NA VIDA POLÍTICA DO BRASIL — Fernando de Azevedo	40,00
CONFERÊNCIA CANAVIEIRA DE 1941	12,00
CONGRESSOS AÇUCAREIROS NO BRASIL	25,00
CONVÊNIO AÇUCAREIRO DE 1935	5,00
DEFESA DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA — Leonardo Truda	12,00
DICIONÁRIO COMERCIAL INGLÊS-PORTUGUÊS — Teodoro Cabral	20,00
ECONOMIA AÇUCAREIRA NACIONAL — Nelson Coutinho	20,00
ECONOMIA DIRIGIDA NA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA — O. W. Willcox	12,00
ESTATUTO DA LAVOURA CANAVIEIRA E SUA INTERPRETAÇÃO — Chermont de Miranda	20,00
FUNDAMENTOS NACIONAIS DA POLÍTICA DO AÇÚCAR — Barbosa Lima Sobrinho	5,00
HISTÓRIA DO AÇÚCAR (2º vol.) — Edmundo O. von Lippmann	40,00
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO AÇÚCAR NO BRASIL — Gileno Dé Carli	10,00
IMPORTÂNCIA DO AÇÚCAR — Ademar Vidal	8,00
INDÚSTRIA AÇUCAREIRA DE DEMERARA — A. Menezes Sobrinho	5,00
MEMÓRIA SÔBRE O PREÇO DO AÇÚCAR — D. José Joaquim Azeredo Coutinho	5,00
O BANGUÊ NAS ALAGOAS — Manuel Diégues Júnior	40,00
O PROBLEMA DO COMBUSTÍVEL NO BRASIL — Gileno Dé Carli	5,00
OS HOLANDESES NO BRASIL — Jan Andries Moerbeeck	10,00
PROBLEMAS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA LAVOURA CANAVIEIRA — Barbosa Lima Sobrinho	12,00
PROBLEMAS DA INDÚSTRIA DO ÁLCOOL — Anibal R. de Matos	10,00
QUESTÃO ALCOOLEIRA — Moacir Soares Pereira	5,00
QUESTÃO DAS CALDAS NAS DESTILARIAS DE PERNAMBUCO — Anibal R. de Matos	5,00
RELATÓRIO SÔBRE AS CAPITANIAS CONQUISTADAS NO BRASIL PELOS HOLANDESES (1639) — Adriaen van der Dussen — Traduzido e anotado por José Gonsalves de Melo, neto	25,00
RESOLUÇÕES DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I. A. A. — De 1939 a 1949 — Cada vol. br.	10,00
UM DECÊNIO DE DEFESA DO AÇÚCAR — Joaquim de Melo	5,00

Companhia Usinas Nacionais



Sede: Rua Pedro Alves, 319

Telegramas "USINAS" ★ TELEFONE 4[illegible]-4830

RIO DE JANEIRO

Ind. Graf. TAVEIRA Ltda. — Rua 7 de Setembro, 217 — Rio


6 7 8 9 10




6 7 8 9 10 11


70